UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Escola de Design
Programa de Pós-Graduação em Design – PPGD

INTERIORES RESIDENCIAIS CONTEMPORÂNEOS:

TRANSFORMAÇÕES NA ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS EM BELO HORIZONTE

GLAUCO HONORIO TEIXEIRA

Belo Horizonte
2011

UNIVERSIDADE
DO ESTADO DE MINAS GERAIS
UEMG
ESCOLA DE DESIGN

Programa de Pós-graduação em Design (PPGD)
MESTRADO EM DESIGN

INTERIORES RESIDENCIAIS CONTEMPORÂNEOS:

TRANSFORMAÇÕES NA ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS EM BELO HORIZONTE

GLAUCO HONORIO TEIXEIRA

Belo Horizonte
2011

GLAUCO HONORIO TEIXEIRA

INTERIORES RESIDENCIAIS CONTEMPORÂNEOS:
TRANSFORMAÇÕES NA ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS EM BELO HORIZONTE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Design da Universidade do Estado de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Design, na área de concentração em Design, Inovação e Sustentabilidade.

Orientador:
Prof. Jairo José Drummond Câmara Dr.

Co-orientadora:
Profª. Rita de Castro Engler Drª.

Belo Horizonte
2011

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho,
por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde
que citada a fonte

Ficha Catalográfica

T266i Teixeira, Glauco Honorio

Interiores residenciais contemporâneos: transformações na atuação dos profissionais em Belo Horizonte/ Glauco Honorio Teixeira. - - Belo Horizonte, 2011.

143 f. (enc.): il. Color. grafs. tabs. ; 31cm

Orientador: Jairo José Drummond Câmara
Co-orientador: Rita de Castro Engler

Dissertação (Mestrado) – Universidades do Estado de Minas Gerais / Escola de Design / Mestrado em Design, 2011.

1. Decoração de interiores - Teses. 2. Arquitetura de Habitações – Séc. XXI. 3. Designers – Belo Horizonte. I. Câmara, Jairo José Drummond. II. Engler, Rita de Castro. III. Universidade do Estado de Minas Gerais. IV. Título.

CDU: 747

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS
UEMG
ESCOLA DE DESIGN

Programa de Pós-graduação em Design (PPGD)
MESTRADO EM DESIGN

INTERIORES RESIDENCIAIS CONTEMPORÂNEOS:
TRANSFORMAÇÕES NA ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS EM BELO HORIZONTE

Autor: GLAUCO HONORIO TEIXEIRA

Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para a obtenção do título de Mestre em Design no Programa de Pós-Graduação em Design da Universidade do Estado de Minas Gerais.

Belo Horizonte, 24 de novembro de 2011

Profª Sebastiana Luiza Bragança Lana, PhD.
Coordenadora do PPGD

BANCA EXAMINADORA

Profª. Rita de Castro Engler, Drª.
Co-orientadora
Universidade do Estado de Minas Gerais

Profª. Marcelina das Graças Almeida, Drª.
Universidade do Estado de Minas Gerais

Prof. Tito Flávio Rodrigues de Aguiar, Dr.
Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP

Prof. Carlos Alberto Miranda, Dr.
Universidade do Estado de Minas Gerais
Suplente

AGRADECIMENTOS

Ao meu amigo e orientador, professor Jairo José Drummond Câmara, que acreditou no nosso projeto de pesquisa e confiou na nossa capacidade de levá-lo a bom termo.

À co-orientadora e incentivadora, Rita de Castro Engler. Por tudo. Por todas as leituras, e principalmente pela imensa paciência e o apoio nas horas de aperto.

Aos colegas do mestrado, em especial ao Sérgio Luciano pela revisão e as ajudas providenciais com os conceitos e teorias.

À Maria Lúcia Machado pela ajuda, apoio e sugestões preciosas.

A todos os profissionais que responderam pacientemente ao questionário pelas informações gentilmente confiadas à pesquisa.

Ao meu pai, pela enorme ajuda com a digitação do texto, e à minha mãe por me apoiar em todas as circunstâncias em que precisei de apoio.

Ao Erico, pela ajuda com os gráficos e planilhas.

E, por fim, mas mais importante, à Claudinha e ao Nuno por estarem ao meu lado me incentivando a ir sempre em frente.

Obrigado.

RESUMO

TEIXEIRA, Glauco H. **Interiores residenciais contemporâneos: transformações na atuação dos profissionais Belo Horizonte.** 2011. 143 f. Dissertação (Mestrado) - Escola de Design, Programa de Pós-Graduação em Design da Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

Este trabalho busca identificar como as principais transformações em curso dos últimos dez anos- de 2001 a 2010- influenciaram os projetos de interiores em Belo Horizonte. O século XXI, depois de decorridos dez anos de seu início, apresenta significativas transformações que tiveram origem no século anterior, mas que somente agora começam a sedimentar. Essas mudanças se deram no âmbito da economia, agora globalizada; no social e as novas relações entre as divisões de trabalho, produção e consumo; no tecnológico onde a informática e a rede mundial de computadores criaram possibilidades de comunicação e troca de informações inimagináveis; e principalmente, no espaço urbano inchado pelo translado da população rural para as cidades. Tudo isso se dá com reflexos inevitáveis no modo de vida dessa população urbana, acarretando mudanças no comportamento e no cotidiano das pessoas. Posto este cenário, buscou-se averiguar se essas transformações causaram também mudanças no modo de morar e, consequentemente, na configuração dos espaços residenciais contemporâneos, do ponto de vista do design de seus interiores. A partir do entendimento de que o design é uma tradução do contexto social, cultural e econômico em que está inserido, estudaram-se aqui as transformações ocorridas nesses âmbitos como forma de melhor compreender as mudanças por que passa o design de interiores residenciais, suas mais novas demandas e as novas questões que trazem para a praxis projetual do profissional de interiores. A abordagem dessas questões se deu em duas etapas, onde inicialmete se buscou estudar as principais transformações dos modos de vida ao longo do século XX e seus reflexos nos modos de morar do século XXI. Em seguida se levantaram os dados estatísticos referentes a essas transformações nos modos de morar constantes nas estatísticas oficiais, complementados pelos dados obtidos através de questionários aplicados a profissionais de design de interiores para que se possa, confrontando os dois conjuntos de informações, determinar quais transformações se refletem na atuação dos profissionais de design e na configuração dos espaços de moradia em Belo Horizonte no período estudado.

Palavras-chave: Interiores residenciais contemporâneos. Modos de morar. Moradia no século XXI.

ABSTRACT

TEIXEIRA, Glauco H. **Contemporary residential interiors: changes in the work of the professionals in Belo Horizonte**. 2011. 143 f. Dissertação (Mestrado) - Escola de Design, Programa de Pós-Graduação em Design da Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

This work means to identify how the changes happened in the last ten years- from 2001 to 2010- influenced the projects of interior design in Belo Horizonte. The twentieth-first century displays significant changes that begun back in the past century, but are only getting settled nowadays. Those changes happened in the fields of global economy; in the new social relations in work, production and consumption habits; in technological improvements such as the world wide web and informatics that enable new communication possibilities and information exchanges never imagined before; and mainly, in the urban spaces crowded by the great rural inhabitants migration. All these changes reflect unavoidably in the ways of living of the urban inhabitant, bringing on changes in their behavior and routine. The present work intends to investigate if those changes also changed the way people live inside their houses and, consequently, in contemporary interior residential spaces. Since we understand design as a consequence of social, cultural and economic circumstances, this works studies the changes happened in that circumstances as a way of understanding changes in the interior design, its new demands and the new project issues that emerge from them. The approach to these issues was made in two stages, first studying the main changes in the ways of living during the 20th century and its consequences in dwelling in the 21st century. Afterwards, the official statistics of the changes in the dwelling ways were researched and were completed with the data from the questionnaire submitted to the professional interior design, in order to appoint which of that changes are detected in the work of that professionals and in the design of the interior spaces of the houses in Belo Horizonte in the studied period.

Key words: Contemporary interior design. Ways of living. Dwelling in the XXI century.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Interior burguês.....20
Figura 2 - Interior moderno.....20
Figura 3 - Mapa Crescente Fértil.....27
Figura 4 –Casa Medieval.....28
Figura 5 – Fechadura de Joseph Bramah.....35
Figura 6 – Privada a válvula com vedação hidráulica de Joseph Bramah.....35
Figura 7 - Interior da exposição da casa modernista de Warchavchik.....47
Figura 8 - Planta de Comissão Construtora da Nova Capital – 1895.....98
Figura 9 - Casa tipo A ou B.....100
Figura 10 - Mapa do município de Belo Horizonte com área projetada original em destaque.....103

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Participação percentual no PIB por setores 2003-2007.....67
Tabela 2 – Percentual pessoas ocupada por setor de atividades 2004/2009.....68
Tabela 3 – Renda familiar por classes.....74
Tabela 4 – Taxa de atividade das mulheres no Brasil e países selecionados.....82
Tabela 5 – Taxa geral de separações e divórcios.....83
Tabela 6 – Taxa de fecundidade 2009.....84
Tabela 7 – Esperança de vida ao nascer 2009.....85
Tabela 8 – Proporção de idosos no Brasil 1999/2009.....86
Tabela 9 – Distribuição dos tipos de arranjos familiares.....87
Tabela 10 – Percentual de tipos de arranjos familiares nos domicílios.....88
Tabela 11 – Número médio de pessoas por domicílio.....91
Tabela 12 – Evolução da população de Belo Horizonte.....102
Tabela 13 – Percentual de mudanças na forma de trabalhar.....110
Tabela 14 – Perfil dos clientes por faixa etária.....111
Tabela 15 – Percentual grupos domésticos.....112
Tabela 16 – Percentual famílias por número de membros.....113
Tabela 17 – Percentual dos tipos de imóveis.....114
Tabela 18 – Percentual das principais alterações nos espaços.....116
Tabela 19 – Percentual características dos móveis.....118
Tabela 20 – Percentual mídias e equipamentos.....120
Tabela 21 – Percentual de ações para sustentabilidade.....122

LISTA DE ABREVIATURAS

ABD – Associação Brasileira de Designers de Interiores

ABEP – Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

AMIDE – Associação Mineira de Decoradores de Nível Superior

ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações

CAD – Computer Aided Design

CD – Compact Disc

DVD – Digital Video Disc

ED – Escola de Design

ESAP – Escola Superior de Artes Plásticas

ESDI – Escola Superior de Desenho Industrial

EUA – Estados Unidos da América

FUMA – Fundação Mineira de Arte

HDF – High Density Fiberboard

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LCD – Liquid Cristal Display

LED – Light Emitting Diode

LP – Long Playing

MASP – Museu de Arte de São Paulo

MDF – Medium Density Fiberboard

MIT – Massachussets Institute of Technology

NICs- Newly Industrializing Countries

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PBH – Prefeitura de Belo Horizonte

PIB – Produto Interno Bruto

SENAC – Serviço Nacional do Comércio

UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UMA - Universidade Mineira de Arte

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....11
1.1 Objetivos.....13
1.2 Metodologia.....14
1.3 Estrutura dos capítulos.....17

Capítulo 2 - Referencial teórico e contextual.....18
2.1 Pressupostos teóricos e conceituais.....18
2.2 As primeiras transformações: a era pré-industrial.....26
2.3 As transformações da era industrial.....30

Capítulo 3 - As transformações do século XX.....40
3.1 A primeira metade do século XX.....41
3.2 A segunda metade do século XX.....48
3.3 As transformações sociais e culturais.....54
3.4 A era pós-industrial.....65

Capítulo 4 - O Contexto do século XXI.....70
4.1 Os novos modos de produção.....77
4.2 O design no contexto do século XXI.....79
4.3 As transformações da família no século XXI.....81
4.4 As transformações nos espaços residenciais.....89
4.5 Os espaços residenciais em Belo Horizonte.....97

Capítulo 5 - Análise dos dados.....104
5.1 O perfil do profissional.....106
5.2 Atualização na formação profissional.....108
5.3 Mudanças na forma de trabalhar.....109
5.4 Perfil dos clientes- faixa etária e faixa de renda.....110
5.5 Perfil das famílias e grupos domésticos.....112
5.6 Perfil dos imóveis residenciais.....114
5.7 Alterações nos espaços.....115
5.8 A flexibilização nos projetos.....116

5.9 As mudanças nos móveis.....117
5.10 As novas mídias e equipamentos.....119
5.11 Os novos materiais e tecnologias.....120
5.12 As ações para a acessibilidade.....121
5.13 As ações para a sustentabilidade.....122

6 CONCLUSÕES.....124

REFERÊNCIAS.....129

APÊNDICE A - Modelo do questionário.....136

1 INTRODUÇÃO

A constatação de que o mundo contemporâneo passa por uma série de transformações importantes não é nova e, desde a década de 1960, vem sendo tema de análise de diversos autores de campos variados do pensamento científico. Autores como Daniel Bell (1919- 2011), Darcy Ribeiro (1922- 1997), Domenico de Masi, Eric Hobsbawm, Felix Guattari (1930- 1992), Krishan Kumar, Zigmunt Bauman, Milton Santos (1926- 2001), Rafael Cardoso, Roberto DaMatta e muitos outros, procuram identificar e avaliar os reflexos dessas transformações no planeta como um todo e no contexto brasileiro em particular. Kumar (1997, p. 9) inicia sua obra dizendo: "Ao longo do último quarto de século, temos ouvido persistentes afirmações de que as sociedades do mundo ocidental ingressaram em uma nova era de sua história"; e finaliza concluindo: "Vivemos, de fato, em um mundo saturado de informações e comunicações. A natureza do trabalho e a organização industrial estão de fato mudando com uma rapidez alucinante" (KUMAR, 1997, p. 210). Apesar dessas análises se realizarem nas áreas da sociologia, da antropologia e da história, o campo de estudo do design de interiores tem grande interesse em detectar a medida desse fenômeno de forma a conseguir incorporar em sua práxis parâmetros e requisitos cada vez mais em sintonia com a sociedade brasileira contemporânea e seu caráter multicultural e multiétnico.

Questões importantes se colocam nesse contexto complexo a todos os que se dedicam à prática e ao ensino do design. E para que sejam equacionadas de maneira menos equivocada, é necessário levar em conta toda essa complexidade nos campos social, econômico, ambiental e tecnológico. Em todos esses campos, novas demandas para o exercício do design estão surgindo a partir das transformações que se iniciaram no final do século XX, e agora se mostram mais sedimentadas e então podem ser compreendidas e analisadas no contexto adequado. São demandas de ordem social que dizem respeito à inclusão da diversidade de novos grupos, minorias étnicas, etárias, religiosas e outras; há também as demandas por acessibilidade para portadores de necessidades especiais, dos idosos e crianças no ambiente urbano e no interior dos edifícios. Essas reflexões também devem incluir a compreensão de como os diversos grupos dessa sociedade se comportam na sua interação com os espaços. No caso dos grupos domésticos investigamos, além da tradicional família nuclear - pai, mãe e filhos-, que novos arranjos estão surgindo, em que proporção, e como seus espaços são configurados.

No âmbito das transformações econômicas no Brasil, assistimos a uma transição dos nossos modos de produção, em um curto espaço de quatro décadas, de uma sociedade primordialmente agrícola- nos anos 1960- para uma sociedade pós-industrial consolidada no final do século XX. O país passou nesse intervalo por um processo de industrialização forçada que, associado à globalização, apresenta desdobramentos de ordem tecnológica e ambiental ainda em pleno andamento (MORAES, 2006, p. 102).

A forma como somos afetados pelos efeitos decorrentes de tantas e tão rápidas mudanças provocam a sensação de estarmos em descompasso com o nosso tempo, com a velocidade do mundo contemporâneo e com a tecnologia. A atividade profissional de conceber, projetar e configurar espaços sempre foi muito influenciada pelas mudanças dos modos de vida, das tecnologias e dos contextos políticos e econômicos. Como veremos, os modos de morar são um reflexo da época em que se vive. Quando se trata de ensino de projeto de interiores, as maiores dúvidas sempre se relacionam à compreensão do contexto e da complexidade decorrentes dessas transformações.

Identificar que tipos de espaço residencial melhor caracterizam os modos de vida atuais é e sempre foi de difícil resposta em qualquer contexto de análise. As incertezas quanto ao papel das novas tecnologias e seus usos, as questões ambientais e sociais cada dia mais urgentes, os papéis sociais cada vez mais indefinidos e a avalanche de informações desconexas que nos bombardeiam dia a dia, tudo isso torna muito complicada a tarefa de pensar, propor e projetar espaços melhor identificados com o nosso contexto atual. Desenvolvemos, ao longo dos tempos, uma relação com o espaço que transcende uma mera construção, organização e utilização, não raro assumindo uma dimensão simbólica, afetiva e até espiritual.

A pertinência dessa pesquisa tem alicerces na relevância que o espaço construído assume em todas as nossas atividades, das mais cotidianas e íntimas às públicas ou formais. No mundo moderno, a experiência da vida humana se desenrola principalmente em espaços interiores, como Pile (2005) afirma:

> A maior parte do tempo, a maioria de nós vive dentro de uma casa, um apartamento ou um cômodo. Nós dormimos, comemos, tomamos banho e gastamos o tempo livre *em casa*- que significa *dentro*. [...] O design de interiores, seja profissional ou não, é um aspecto da vida ao qual é impossível escapar. (PILE, 2005, p. 10, tradução nossa).

E, por entendermos ser a residência o espaço das ações mais íntimas e mais essenciais à nossa existência, o design do interior residencial foi escolhido como objeto de estudo dessa pesquisa. Ficou claro quando iniciamos os trabalhos que era preciso estabelecer

um conjunto básico de conceitos e definições que pudessem servir de base para se estabelecer um vocabulário próprio da área do design de interiores, uma vez que não há muitas referências nem muitos autores que se dediquem sistematicamente a refletir sobre o tema. Em seguida, procuramos apontar as principais transformações ocorridas ao longo da história que influenciaram as moradias e seus interiores, com mais ênfase naquelas transformações cujos efeitos ainda se fazem sentir hoje em dia. Finalmente, pesquisamos junto aos profissionais de interiores quais são as mudanças na forma de trabalhar, nos espaços, nas famílias, tecnologias e mobiliário que mais têm influenciado os projetos dos interiores residenciais em Belo Horizonte nesses primeiros dez do século XXI. Como essas questões sempre estiveram presentes nas atividades profissionais e acadêmicas dos designers de interiores, essa pesquisa se propõe a respondê-las ou, ao menos, indicar caminhos para se encontrar algumas respostas que sirvam para nortear o enfrentamento da práxis do projeto de interiores.

Dada a natureza mutável dos espaços internos e, principalmente sua durabilidade cada vez menor, percebemos que tentar definir que tipos de espaços estão predominando no século XXI é tarefa fora das possibilidades dessa pesquisa. Entretanto acreditamos que a contribuição desse trabalho seja no sentido de iniciar uma discussão que se faz necessária há muito tempo e, quem sabe estimular outras pesquisas na área dos interiores residenciais e dos modos de morar. Estamos convencidos de que "[...] a existência humana tem uma dimensão espacial que é parte da própria experiência do homem no mundo, pois todas as ações humanas ocorrem no espaço". (MALARD, 2006, p. 25).

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivos gerais

Pesquisar como os profissionais do design de interiores, na primeira década do século XXI, estão incorporando em seus projetos as transformações provenientes das mudanças nos modos de vida, nas tecnologias e nos comportamentos. Estudar a relação entre as transformações ocorridas no âmbito social, econômico, tecnológico, ambiental, e as novas formas de morar e de configurar o espaço interno das moradias pelos profissionais de Belo Horizonte entre 2001 e 2011.

1.1.2 Objetivos específicos

Identificar quais as principais transformações no contexto social, econômico, tecnológico e ambiental que tiveram implicações nos modos de vida contemporâneos.

Mostrar quais as principais conseqüências dessas transformações nos espaços interiores residenciais e nos modos de morar do século XXI.

Investigar se novas formas de organização do espaço residencial estão surgindo no contexto dessas transformações, e como atendem às necessidades dos novos grupos domésticos emergentes na última década.

Verificar que inovações tecnológicas, que novos tipos de mobiliário, materiais, equipamentos e mídias vêm sendo incorporados aos projetos de espaços residenciais.

1.2 Metodologia

Esta pesquisa foi organizada em duas partes: primeiro uma revisão bibliográfica e em seguida a pesquisa de levantamento de dados sobre a atividade dos designers de interiores em Belo Horizonte, através da aplicação de questionários. A pesquisa bibliográfica visou determinar os conceitos, definições e termos ligados ao tema dos interiores residenciais, habitação, modos de morar e seus significados; também entraram na revisão bibliográfica o levantamento das transformações e mudanças nos fatores históricos, sociais, tecnológicos, econômicos e políticos que mais afetaram as moradias e seus interiores ao longo do tempo, com mais ênfase nos seus reflexos no século XX e XXI.

O levantamento de dados junto aos profissionais de design de interiores- arquitetos e designers- foi executado através de questionários aplicados com o objetivo de identificar o perfil desses profissionais, as mudanças na sua forma de trabalhar, as atualizações profissionais efetuadas, o perfil dos seus clientes e de seus imóveis, as modificações nos imóveis mais freqüentes, as demandas por espaços flexíveis, os tipos de móveis mais usados, os novos materiais e tecnologias, os equipamentos e mídias incorporados aos interiores e as demandas por acessibilidade e sustentabilidade nos projetos, tudo isso no intervalo dos dez primeiros anos do século XXI- entre 2001 e 2011.

Foram entrevistados dezesseis profissionais formados em curso superior e atuantes no mercado de interiores e decoração de Belo Horizonte, de todos os níveis de

experiência profissional, dos mais experientes até aqueles com pouco tempo de formados. A validade desse número aparentemente pequeno deve-se à convicção de que, no universo dos profissionais em atividade, tem uma representatividade satisfatória para o objetivo dessa pesquisa, pois são registrados na AMIDE[1] 600 profissionais em todo o Estado; na ABD[2] são 19 associados no Estado, sendo 17 deles em Belo Horizonte. A seleção dos profissionais entrevistados se deu através de uma pequena lista inicial de três profissionais que se dispuseram a ser entrevistados pessoalmente e cada um deles indicou outros colegas de profissão que julgavam dispostos a participar da pesquisa e responder os questionários. Esses, por sua vez, também indicaram outros colegas, até que atingimos o número de vinte e um profissionais. Então, vinte e um questionários foram aplicados, dezoito enviados pela internet e aqueles três iniciais foram novamente submetidos ao questionário com a nossa presença. Desses, somente dezesseis foram respondidos a tempo de serem tabuladas suas respostas e incluídas suas informações no texto final.

O questionário foi definido a partir da primeira entrevista onde propusemos a uma profissional uma série de questões que pretendíamos abordar. Essa, por sua vez, muito contribuiu sugerindo outras questões e o delineamento final das questões propostas inicialmente. A entrevista foi registrada em vídeo para posterior checagem e revisão do seu conteúdo, e dela nasceram as questões presentes no questionário aplicado (ver apêndice A).

1.2.1 Caracterização da pesquisa

A pesquisa proposta aqui tem como característica principal o seu recorte temporal: os dez anos entre 2001 e 2011, seu campo: design de interiores, e seu objeto: os espaços de morar em Belo Horizonte. Entende-se aqui que pesquisa "[...] envolve um conjunto de ações que permitem chegar a conclusões que respondam às questões colocadas no início do processo" (COELHO, 2008, p. 258). Assim optamos pelo seguinte conjunto de ações e procedimentos, segundo os quais caracterizamos a pesquisa da seguinte maneira: pela natureza, é uma pesquisa aplicada, pois tem caráter local; pela forma, é uma pesquisa mista com características primordialmente qualitativas, mas com viés quantitativo; e pelos objetivos: é uma pesquisa exploratória, se levamos em conta o pouco estudo anterior na área

---

[1] Associação Mineira de Decoradores de Nível Superior- informações disponíveis em: <www.amide.com.br>. Acesso em 21/09/2011.
[2] Associação Brasileira de Designers de Interiores- informações disponíveis em <www.abd.org.br>. Acesso em 21/09/2011.

específica. De acordo com os procedimentos: é uma pesquisa bibliográfica, e de levantamento de dados (DIAS, 2010).

1.2.2 Procedimentos metodológicos

Pesquisa, revisão bibliográfica, fichamento, reprodução e anotações dos títulos, artigos e publicações relacionadas aos temas: metodologia de pesquisa, conceitos de design, design enquanto atividade projetual, transformações históricas, transformações sociais e culturais, transformações tecnológicas e econômicas, cultura e sociedade pós-industrial, globalização, sustentabilidade e design de interiores, cotidiano, modos de vida, modos de morar, famílias e grupos domésticos, conceitos de espaço, evolução dos espaços interiores, contextualização e conceitos de espaço.

1.2.3 Levantamento de dados

Pesquisas de dados estatísticos sobre demografia, grupos domésticos, domicílios, economia e urbanização, a partir dos Censos, Pesquisas e estatísticas oficiais efetuadas pelo IBGE.

Entrevistas e questionários com designers e arquitetos profissionais atuantes em Belo Horizonte nos dez anos a partir de 2001, com objetivo de detectar as transformações nos seus modos de trabalhar e nos modos de configurar os espaços residenciais no período. O questionário foi estruturado conforme descrito anteriormente e contempla as questões mais importantes para que se determine as principais transformações na formação e atualização do profissional, no seu modo de trabalhar, no perfil dos seus clientes, no perfil dos imóveis residenciais submetidos à sua intervenção, nos materiais empregados, nas tecnologias e mídias incorporadas aos projetos residenciais, no mobiliário e também no modo de abordar as importantes questões da sustentabilidade e da acessibilidade nesses projetos.

Registro de dados: gravação das entrevistas e/ou filmagem. Anotações. Fichamento. Tabulação de dados em planilhas eletrônicas e geração de gráficos a partir desses dados.

1.2.4 Análise dos dados

Análise dos dados obtidos, estudo dos gráficos e planilhas, reflexões e conclusões, no contexto da análise das transformações que são objeto desse estudo e no âmbito dos espaços residenciais projetados por profissionais.

1.3 Estrutura dos capítulos

A dissertação se desenvolve em seis capítulos. Sendo o primeiro a Introdução, o segundo o Referencial teórico e contextual, o terceiro as Transformações no século XX, o quarto o Contexto do século XXI, o quinto a Análise dos dados da pesquisa e o sexto a Conclusão.

Na introdução, resumimos o que é a pesquisa, qual são sua pertinência, seus objetivos e a metodologia adotada.

No capítulo 2, estabelecemos os conceitos e definições mais importantes do campo do design de interiores e contextualizamos as principais transformações ocorridas nos espaços domésticos desde o advento da agricultura até o final do século XIX.

No capítulo 3, nos dedicamos a contextualizar as principais transformações ocorridas no século XX e suas influências nas moradias.

O capítulo 4 trata do contexto do século XXI, indicando quais as transformações ocorridas nos seus dez primeiros anos que influenciam os interiores residenciais.

No capítulo 5, fazemos a análise dos dados obtidos no levantamento junto aos profissionais da área de interiores e no contexto estabelecido nos capítulos anteriores.

Nas conclusões, apresentamos como os objetivos foram alcançados e as reflexões que induziram às conclusões.

Capítulo 2

REFERENCIAL TEÓRICO E CONTEXTUAL

Para compreender como os interiores das residências estão sendo configurados na primeira década do século XX, é preciso identificar as transformações da tecnologia, da economia, dos modos de vida, dos modos de produção e do cotidiano que mais influenciaram na configuração dos espaços residenciais dos nossos dias. Sabemos que qualquer proposta de reflexão a respeito do desenho e da produção dos espaços domésticos contemporâneos deve levar em consideração o contexto em que tais transformações ocorreram no âmbito da família e seus novos arranjos- os novos grupos domésticos- e suas relações com os padrões econômicos de produção e consumo, mas também com as inovações tecnológicas: novas mídias, materiais e equipamentos introduzidos no espaço residencial.

Antes de entrarmos na análise das transformações e seus contextos ao longo do tempo, optamos por estabelecer os fundamentos conceituais necessários para servir como base para essa reflexão. Como forma de melhor organizarmos esse estudo, em primeiro lugar buscamos definir a natureza do objeto de pesquisa: os interiores das habitações, como são produzidos no contexto da atividade profissional e suas peculiaridades próprias. Em segundo lugar, procuramos colocar os principais conceitos e definições mais estreitamente associadas à atividade de produzir interiores e objetos e os seus significados dentro de suas relações com o homem/usuário/habitante e com a sociedade na qual são gerados esses espaços.

2.1 Pressupostos teóricos e conceituais

Para a contextualização do objeto dessa pesquisa partimos do seguinte pressuposto: o design dos interiores dos edifícios tem uma natureza muito diversa do design de produtos e do design gráfico, porque seu produto são espaços ou ambientes. Esses sem dúvida apresentam uma diversidade muito maior de funções, formas, escalas, materiais e informações do que aqueles gerados pelo design de produto e gráfico. Apesar de os espaços incluírem produtos, objetos e elementos gráficos em sua composição, sua natureza não é definida exclusivamente por eles, mas pela interação de todos os elementos entre si, com a estrutura construída e, principalmente, com os usuários.

É importante ressaltar que a natureza do objeto produzido no design de interiores não é criada somente pelo designer. Diferentemente do que ocorre no design de produto e no

gráfico, o profissional de interiores trabalha sobre uma base anteriormente estabelecida pelo arquiteto, pelos engenheiros e construtores que a projetaram e executaram. Assim o trabalho do designer de interiores é previamente delimitado por uma moldura configurada pela arquitetura, e a natureza do espaço arquitetônico é parte intrínseca da configuração dos espaços internos projetados pelo designer. Por isso é que alguns dos conceitos e valores relativos à arquitetura podem ser aplicados também aos seus interiores, na sua relação íntima com o edifício. Pile (2005, p. 11, tradução nossa) chega mesmo a afirmar que "[...] o design de interiores está inextrincavelmente ligado à arquitetura e só pode ser estudado dentro de um contexto arquitetônico [...]", pois os interiores são "[...] parte integral das estruturas que os contém [...]". Entretanto, sabemos que às vezes essa integração não se dá de forma harmônica.

No nosso entendimento, assim se dá a relação entre o espaço interno e a sua arquitetura: esta é o envoltório composto de paredes, tetos, aberturas, estrutura, alicerces, etc. que define e delimita o vazio interno que chamamos de interior onde efetivamente ocorrem as ações humanas. É a arquitetura que estabelece, com todos os seus componentes, a fronteira entre o exterior e o interior, entre o lado de dentro, o privativo domínio do conhecido e da proteção, em oposição ao lado de fora, que é público, domínio do desconhecido, da exposição e da ausência de proteção. E, portanto a arquitetura estabelece a primeira conformação do seu interior.

No campo do design, há que se distinguir o que é *objeto* do que é *produto* no contexto da cultura contemporânea. Produto é o artefato que homem fabrica. E, conforme ensina Maria Eugênia Dias de Oliveira (2004), o produto se torna objeto quando é investido da função-signo, ou seja, quando passa a ser considerado como algo que comunica a função que exerce. Assim, o homem não é só usuário do objeto, ele também se comunica através do objeto. Dessa forma, a sociedade atual passou de uma sociedade de produção, de fabricação de produtos, para uma sociedade que produz conceito, produz funções-signo. Roland Barthes (2001, p. 44) afirma que a partir do momento em que existe sociedade, todo uso torna-se signo daquele uso. O fato de existirem talheres em nossa sociedade indica o hábito de levar o alimento à boca com eles. Neste caso temos um exemplo de função-signo, já que o objeto é funcional e ao mesmo tempo comunica a função que desempenha. (OLIVEIRA, 2004).

Em *O Sistema dos Objetos*, Baudrillard (1973) se propõe analisar as relações do homem com seus objetos do ponto de vista da semiologia[3]. Ele estabelece os conceitos de *estruturas do arranjo* e *estruturas da ambiência*, tendo como base o interior residencial

[3] Semiologia ou semiótica (semeion= sinal) entendida como a teoria dos sinais, que pressupõe que a cultura pode ser estudada como comunicação. (OLIVEIRA, 2004).

tradicional burguês e os interiores modernos para ilustrar seus argumentos. Temos que fazer aqui uma ressalva, uma vez que Baudrillard não vê o interior moderno como produto do design e atividade criativa, nem se propõe a discutir o papel do designer nesse contexto, conforme relata Deyan Sudjic (2010, p. 8). Entretanto ele mesmo reconhece que "[...] desde as imprecisões de *O sistema dos objetos*, de Jean Baudrillard, poucos críticos submeteram o design à mesma análise minuciosa" (SUDJIC, 2010, p. 8).

Segundo Baudrillard, o arranjo diz respeito à configuração ordenada dos objetos- mobiliário- de forma a desempenhar uma função- sala de jantar, quarto de dormir, etc.-, mas também de forma a comunicar a estrutura hierárquica do grupo familiar, seus valores e suas relações pessoais. E a importância desse conceito fica evidente quando ele afirma que "[...] a configuração do mobiliário é uma imagem fiel das estruturas familiais e sociais de uma época" (BAUDRILLARD, 1973, p. 21). Através da disposição dos móveis de uma casa podemos saber sobre os valores, os gostos e a formação da cultura dos seus moradores. Assim, os interiores modernos, mais flexíveis e funcionais proporcionam uma grande diversidade de usos no mesmo ambiente, e são a expressão da família e do homem modernos; enquanto os interiores burgueses do século XIX refletiam os modos rígidos e hierarquizados do homem daquela época, quando cada função ocorria em um espaço destinado especificamente a ela.

Figura 1: Interior burguês
Fonte: http://www.englishheritageprints.com Acesso: 21/09/2011

Figura 2: Interior moderno
Fonte: < http://www.guiasaude.org> Acesso: 21/09/2011

Não é sem razão que Le Corbusier, um dos ícones da arquitetura moderna considerava deplorável o "[...] hábito burguês de colecionar móveis- ele ridicularizava suas casas como sendo *labirintos de móveis*" (RYBCZYNKI, 2002, p. 196). Nessa mesma obra, Rybczynski (2002) investiga as origens da idéia de *casa* e do conceito de *conforto*, desde a

Idade Média até o século XX. Ele mostra que a ideia de casa e o conceito de conforto tiveram significados diferentes em épocas diferentes, e que os arranjos dos interiores sempre refletiram essas diferenças. Também os arranjos dos interiores medievais, renascentistas, barrocos, rococós, dentre outros, cada um à sua maneira, podem ser entendidos como uma expressão da sociedade e da cultura na qual foram gerados. Desta forma, organizar e criar arranjos para os objetos é tão importante dentro de uma cultura quanto criar os objetos.

O arranjo produz a ambiência. E a estrutura da ambiência é definida como o uso da cor, dos materiais, das formas e do gestual combinados na constituição dos espaços. Segundo Baudrillard (1973, p. 37), "o arranjo como tratamento do espaço torna-se de resto também ele elemento de ambiência". A estrutura do arranjo mostra a estrutura hierárquica, os valores e as relações de poder no seu contexto. A estrutura da ambiência, por sua vez, "[...] revela os aspectos do chamado *estilo de vida* [...]", conforme a leitura que Malard (2006, p. 40) faz desse conceito de Baudrillard. Enquanto estilo de vida, Baudrillard percebeu que a ambiência dos interiores atuais virou objeto de consumo sujeito às variações ditadas pela moda, como a autora mostra nesse exemplo:

> [...] nos últimos cincoenta anos, o conceito de "ambiente agradável" tem sido progressivamente ligado à noção do que está em moda. No Brasil, por exemplo, essa moda tem sido ditada pelas novelas de televisão. Percebe-se pouca diferença entre os ambientes mostrados nas novelas e os "showrooms" das lojas de móveis. Isso quer dizer que, hoje em dia, a noção de um "ambiente agradável" está ligada ao que está em moda para os ambientes interiores. (MALARD, 2006, p. 42)

O conceito de *consumo* definido por Baudrillard não se limita à concepção do consumo como uma conseqüência da nossa civilização industrial ou pós-industrial, ou seja, ele não se presta somente à satisfação das necessidades. Na sua visão, o consumo é "[...] um modo de atividade sistemática e de resposta global no qual se funda todo nosso sistema cultural. [...] é uma atividade de manipulação sistemática de signos" (BAUDRILLARD, 1973, p. 206). E para ele um signo é um elemento qualquer que recebe arbitrariamente um significado determinado por convenção. Nesse conceito, os objetos perdem a sua coerência enquanto símbolos e tradicionais mediadores de situações vividas para adquirir sentido somente em relação a outros objetos-signos e em relação a quem os consome. Parece, portanto, que "[...] o que é consumido nunca são os objetos e sim a própria relação" (idem, ibidem p. 207), ou seja: hoje consumimos o significado que os objetos têm para nós e para os outros e não o objeto em si. Chegamos então ao ponto em que o autor critica a nossa relação com o consumo ao afirmar que "[...] os objetos não existem absolutamente com a finalidade de serem possuídos e usados, mas sim unicamente com a de serem produzidos e comprados."

(idem, ibidem, p. 172). Assim também se dá com os interiores atuais mostrados na televisão, nas revistas e nas mostras de decoração: na maioria das vezes não são feitos para serem usados, mas para serem mostrados.

Retomando a idéia de que o espaço arquitetônico estabelece a delimitação entre o interior e o exterior, o sagrado e o profano, abrigo e desabrigo, Malard ([2003b?], p. 4) define a ambiência de um espaço como "[...] o conjunto de qualidades que fazem de um lugar um domínio sagrado", e acrescenta que a ambiência se forma no processo de apropriação do espaço, "[...] é um processo sem fim de construir, arranjar, arrumar, modificar, cuidar e embelezar os lugares. E nesse processo o homem se apropria dos espaços humanizando-os, modificando-os para dotá-los de sua própria natureza". (Idem, ibidem, p.4).

Assim, humanizar um espaço é aqui entendido como o processo de apropriação em que o espaço passa a se adequar ao uso humano. Por outro lado, apropriação quer dizer "interação recíproca usuário/espaço", onde o usuário atua no sentido de "moldar os lugares segundo suas necessidades e desejos. Os lugares, em contrapartida, tornam-se receptivos" (MALARD, [2003b?], p. 4). Pode-se afirmar então, a partir desses conceitos, que "[...] as pessoas e os grupos encontram sua identidade nos lugares em que vivem em razão dessa influência mútua entre usuário/espaço" (ibidem, P. 4), e esse processo se dá por intermédio da ambiência do espaço. Como a ambiência depende dos valores estabelecidos pela cultura, ela não depende de classe social ou econômica, já que se estabelece no âmbito do desejo e aparece no cotidiano das interações usuário/espaço. (Ibidem, p. 5).

Mas, Malard ([2003b?], p. 4) também identifica na ambiência aspectos de outra ordem, diferentes dos *aspectos subjetivos*- a combinação de formas, materiais, cores e texturas para compor o ambiente- os *aspectos objetivos* da ambiência são descritos como "as sensações corpóreas que se experimentam num lugar" (idem, ibidem, p. 4), aqueles determinados pelas condições de iluminação, térmicas, acústicas e das dimensões do lugar. A diferença entre os dois aspectos reside no fato de que "[...] os subjetivos são relacionados à cultura, enquanto os objetivos são inerentes à condição humana" (idem, ibidem, p. 4). Entretanto, ambos afetam o comportamento dos usuários do espaço. Portanto, as sensações físicas- aspectos objetivos de uma ambiência- devem estar em conformidade com os parâmetros e necessidades biológicas dos seus usuários para que os aspectos subjetivos possam estabelecer as relações afetivas que permitem a identificação das pessoas com seus espaços. Um exemplo disso é quando uma pessoa está sentindo muito frio ou muito calor em um ambiente. Essa pessoa não se sentirá à vontade nem confortável e, mesmo que o espaço seja muito atraente, a interação espaço/usuário não vai se estabelecer a ponto de possibilitar a

apropriação daquele espaço pelo o usuário. (Idem, ibidem, p. 4). Se o aspecto do conforto térmico é objetivo, ele pode ser mesurado, como diz Rybczynski (2002, p. 231), é possível se medir em que temperaturas as pessoas sentem calor ou frio, para se determinar entre esses extremos uma área de conforto térmica para maioria das pessoas. Mas, o conforto também é uma experiência pessoal de satisfação e é portanto subjetivo nesse aspecto.

O ser humano, nas suas interações com o espaço construído, não tem no envoltório arquitetônico o lugar das suas ações, nesse contexto ele é primordialmente objeto de percepção visual e simbólica. É na sua interação com o interior do edifício que se estabelecem a maioria das relações entre o sujeito e o espaço. Então o espaço interno funciona como uma *interface*[4] que faz a mediação entre o usuário, a arquitetura e todos os seus sistemas, instalações e conexões, através das quais ele se relaciona com a habitação e nela desenvolve suas ações. É no interior que o homem mora, habita.

Precisamos aqui definir em que se constituem a experiência de morar e o objeto onde essa experiência se dá, ou seja, a casa. Podemos discernir que casa e lar são conceitos diferentes, com origens distintas e que descrevem fenômenos bem diferentes. Entretanto, casa, na nossa língua, tanto pode ser o objeto que podemos comprar ou vender, como pode indicar o lugar onde moramos- o lar. Muitos se referem ao lar como "nossa casa" ou "lá em casa". Casa e lar se confundem na língua portuguesa. Em inglês, as palavras *home* e *house* se referem a lar e casa, e distinguem duas entidades muito diferentes. Todavia, o objeto casa pode ser o lugar de uma experiência existencial, transformando-se a partir de então na nossa morada, no nosso lar. Bachelard (1978) descreve através de diversas imagens poéticas o significado que a casa tem para o homem, comparando ocupar uma casa e todos os seus cantos com o ato de tomar consciência de nós mesmos, no nosso íntimo. Para Bachelard:

> A casa é nosso canto no mundo. [...] a casa abriga o devaneio, a casa protege o sonhador, as casa nos permite sonhar em paz. [...] Sem ela o homem seria um ser disperso. Ela mantém o homem através das tempestades do céu e das tempestades da vida. Ela é corpo e alma. É o primeiro mundo do ser humano. [...] em nossos devaneios, a casa é um grande berço. (BACHELARD, 1978, p. 200 e 201)

Por fim, descrevemos o conceito de *habitabilidade*, associado ao significado de morar. Morar tomado como sinônimo de habitar significa não somente estar sob um abrigo, mas principalmente "[...] estar enraizado num lugar seguro e pertencer àquele lugar" (MALARD, [2003?], p. 12). Pode-se perceber que nem todo edifício que abriga (escritório,

---

[4] "A interface [...] indica a possibilidade de adaptação, de interconexão, de *comunicação* (grifo do autor) entre dois ou mais sistemas, equipamentos, unidades, etc. que, de alguma forma apresentam diferenças [...]" (COELHO, 2008, p. 208).

fábrica, hotel) constitui uma moradia nesse sentido relatado acima, pois o *abrigar* se refere a algo de caráter temporário, enquanto que *morar* é de caráter definitivo. Vê-se que ambos têm diferentes significados nesse contexto. Quando nos hospedamos, de passagem, em um hotel, nós não moramos nele, mas o habitamos durante nossa estada. Portanto, casa ou hotel, "[...] ambos são habitações, pois servem como abrigos do homem na sua lida com o mundo. [...] não importando quais sejam as suas finalidades funcionais" (ibidem, p. 12). Assim, a habitabilidade pode ser definida como o conjunto de características e qualidades que as edificações devem possuir para permitir que o morador experimente o *morar* de forma plena.

A forma como Michel de Certeau aborda o conceito de morar, dentro de suas reflexões sobre o cotidiano, privilegia a idéia de *espaços privados* como a casa da gente, o espaço doméstico, "[...] o território onde se desdobram e se repetem dia a dia os gestos elementares das *artes de fazer*" (DE CERTEAU; GIARD & MAYOL, 2003, p. 203). Ele afirma que temos a necessidade de proteger o espaço privado de olhares indiscretos, uma vez que a moradia revela a personalidade do seu ocupante e "[...] confessa sem disfarce o nível de renda e as ambições sociais" (Idem, ibidem, p. 204). Essa abordagem mostra uma proximidade com os conceitos desenvolvidos por Malard em relação ao tema, mas acrescenta outros aspectos da moradia como um "[...] lugar protegido, onde a pressão do corpo social sobre o corpo individual é descartada, onde o plural dos estímulos é filtrado [...]" (Idem, ibidem, p. 205). A nossa intolerância com o barulho dos vizinhos, por exemplo, vem do sentimento de invasão desse filtro protetor que experimentamos nas grandes cidades contemporâneas.

Outros aspectos do morar em De Certeau, Giard e Mayol (2003) podem ser identificados com os conceitos de DaMatta (1986) quando naquela obra se afirma que "[...] nesse espaço privado, via de regra, quase não se trabalha, a não ser o indispensável: cuidar da nutrição, do entretenimento e convivialidade [...]" (DE CERTEAU, GIARD E MAYOL, 2003, p. 205). Mas, a virada do século XX para o XXI vem mostrar que o trabalho em casa, que predominava antes da revolução industrial inventar a fábrica como lugar primordial do trabalho, pode voltar a ser incorporado ao programa das atividades e finalidades das casas atuais, tornando-se mais uma das qualidades necessárias à nova habitabilidade contemporânea.

Diversos autores vão elaborar o conceito de casa a partir dessa oposição entre interior/exterior, ordem/caos, dentro/fora. O antropólogo Roberto DaMatta parte da dualidade casa/rua, vida privada/vida pública, tranqüilidade/movimento para estabelecer o conceito de casa no Brasil do ponto de vista das ciências sociais. Ele distingue casa de lar, sendo o lar o

lugar da identidade do grupo que ocupa a casa. A definição dessa identidade muitas vezes se dá "[...] mesmo quando são residências baratas ou casas de vila, construídas de modo idêntico, algo marca e revela sua identidade: [...] um pedaço de azulejo estrategicamente colocado próximo a uma janela, [...] flores e jardins; a cor de suas janelas e portas" (DAMATTA, 1986, p. 26). Nos anos 1980, DaMatta percebeu uma forte distinção entre a casa como local das relações familiares, caseiras, tradicionais e íntimas, em oposição ao trabalho como atividade que se dava fora da casa. O brasileiro não considerava o trabalho doméstico como trabalho, em casa não se trabalhava. No século XXI, novas definições estão surgindo no mundo das relações casa-rua, que parecem estabelecer novas relações entre casa e trabalho, típicas da sociedade pós-industrial, já que não há mais um lugar específico (fábrica) para o trabalho e as modalidades de trabalho em casa mediado pelo computador, fax, internet e outras mídias despontam como opções viáveis e até desejáveis no âmbito do sistema produtivo atual.

Pode-se supor que os interiores residenciais estão a caminho de transformações que possibilitem sua apropriação para outros usos diferentes dos que prevaleciam no século XX. A importância da questão da moradia e suas possíveis configurações no século XXI merecem uma maior reflexão e compreensão dos fenômenos em curso e suas conseqüências para a casa como lugar do homem contemporâneo, de seus sonhos, seus comportamentos e ações. Entendemos que o espaço é parte essencial dessas ações e não somente o palco onde elas ocorrem, pois o homem é um ser espacial, suas ações se dão no espaço que ele habita. "O espaço habitado transcende o espaço geométrico", de acordo com Bachelard (1978, p. 227), e é na relação do homem com o espaço que esse estabelece seus verdadeiros limites e sua verdadeira essência: a natureza do espaço vivido. Seu significado se encontra nas experiências que esse espaço proporciona, não na sua geometria ou na sua arquitetura.

Vimos que lidar com o espaço de morar é lidar ao mesmo tempo com formas, dimensões, cores, texturas, materiais, arranjos, ambiências, percepções e emoções. Mesmo se tratando dos interiores domésticos mais simples, estaremos sempre no território de significados complexos, de requisitos essenciais à existência humana, de expectativas e desejos, mesmo que impulsionados pela mídia e o consumo. Consideramos que nos dias atuais a relação da nossa sociedade com a produção e o consumo, inclusive de espaços, passa por importantes transformações. Sãos essas transformações que vamos analisar em seguida, suas origens e suas principais conseqüências para os espaços interiores.

2.2 As primeiras transformações: a era pré-industrial

Quando o ser humano deixou de ser nômade e passou a se fixar em determinados locais, por volta de 10.000 antes de Cristo, o desenvolvimento da agricultura fez com que aqueles grupos não precisassem mais se deslocar atrás de alimentos. De fato, a domesticação de plantas e animais foi uma mudança que pode ter demorado milênios, mas significou uma transformação crucial, pois possibilitou o aparecimento das primeiras comunidades agrícolas, aldeias e vilas que originaram as primeiras cidades. É certo que "[...] a civilização, como a conhecemos hoje, origina-se das comunidades agrícolas" (WILLIAMS, 2009, p. 33).

Essa primeira evolução técnica importante marca o início de uma nova sociedade e de uma nova era: a era agrícola ou pré-industrial. Foi uma longa era, de quase seis mil anos, caracterizada principalmente pelas atividades de caça, pastoreio, pelo trabalho agrícola e, no seu final pela grande transformação mercantil. Bell (1999), ao descrever a era pré-industrial, mostra o contraste de sua grande duração com a era industrial relativamente pequena que se seguiu, destacando as limitadas condições de vida da época:

> Nos primeiros cinqüenta e cinco dos últimos cinqüenta e sete séculos, a maior parte da população mundial vivia em geral de economias de subsistência baseadas em indústrias extrativistas- agropecuária, mineração, pesca e extração de madeira. E nesse grande período, o aumento da população estava sujeito a surtos de doenças, exaustão dos solos e esgotamento dos recursos naturais. (BELL, 1999, p. xi, tradução nossa).

Entre as descobertas e inovações do início da era pré-industrial, o uso seguro e controlado do fogo, as primeiras técnicas de construção de estruturas mais duráveis e as primeiras formas de escambo e trocas de bens e artefatos foram fundamentais para a evolução das moradias. Em seguida, a invenção da linguagem e da escrita, a invenção do calendário para as colheitas, entre outros, definiram os modos de vida da humanidade dali em diante. Surgem as primeiras cidades conhecidas- Jericó, Damasco, Tebas, Beirute, Jerusalém- todas localizadas na região conhecida como Crescente Fértil[5], onde, ao que tudo indica, a agricultura surgiu. (PILE, 2005, p. 18; WILLIAMS, 2009, p. 34).

[5] Uma área que cobre cerca de 3000 km desde o vale do rio Jordão, ao norte do Mar Morto, até o Golfo Pérsico- ao longo dos vales dos rios Eufrates e Tigre. Ali o solo, o clima e a média de precipitação pluviométrica, eram apropriados para o cultivo. (WILLIAMS, 2009, p. 34). Ver figura 1, p. 18.

Figura 3 - Mapa Crescente Fértil
Fonte: <http://www.rodhandeland.com/BreakFE1a.htm> Acesso em 21/09/2011

Depois das primeiras cidades, surgiram os grandes impérios antigos, os estados e as nações; os transportes se expandiram com os veículos a roda e os navios de madeira; moinhos de água ou de vento foram construídos e aumentaram a produção de alimentos. Gutemberg aperfeiçoou a impressão por tipos móveis, dando início à imprensa moderna e à difusão de idéias por todo o mundo alfabetizado. Surgiram as primeiras universidades. Enormes progressos se deram em quase todas as áreas do conhecimento humano, inclusive a expansão do mundo então conhecido com o descobrimento do novo continente.

Em se tratando dos interiores residenciais e das atividades domésticas da era pré-industrial, tantas evoluções se deram no decorrer de período tão longo, que seria difícil enumerá-las todas. Algumas foram tão importantes que permaneceram até hoje incorporadas nos modos como organizamos nossas casas. Alguns exemplos são os móveis como mesas e cadeiras, poltronas e sofás, armários e camas; tapetes e papéis de parede; velas e lampiões a óleo; lareiras, braseiros, fogões e fornos, quase sempre usando madeira ou carvão como combustível; utensílios de cerâmica e porcelana; bacias e panelas de ferro, aço e cobre. Mas quase tudo isso era luxo existente só nas moradias da minoria mais rica, enquanto que para a maioria das pessoas, a casa não passava de uma edificação simples de um só cômodo construído com o material disponível nas proximidades- madeira, pedra e tijolos de barro seco ao sol. (WILLIAMS, 2009, passim).

Uma grande mudança seu deu no tamanho e na formação das famílias desde a Idade Média, quando o grupo familiar era composto de empregados, criados, aprendizes,

amigos e afilhados, além da família direta. Tal grupo chegava com freqüência a vinte e cinco pessoas que dividiam no máximo dois compartimentos e não conheciam a privacidade. A casa medieval era um lugar público. O trabalho e os negócios se misturavam às atividades domésticas (RYBCZYNSKI, 2002, p. 41). Somente no século XVII, na Holanda, é que essa situação começa a mudar devido às condições econômicas e sociais peculiares do país, que possibilitaram o surgimento de uma classe média predominante e urbana. A família holandesa normalmente já não contava com tantos integrantes, e na maioria das casas morava somente o casal com seus filhos.

A moradia deixa de ser pública e se transforma na casa de família particular, passando a ser mais íntima. Essa mudança tem repercussão não só no espaço físico, mas também na formação da nossa consciência da casa como lugar dos sentimentos de domesticidade, sossego e privacidade. (Idem, ibidem, p. 61 e 85). Essa trajetória é também confirmada por Tramontano (1993), que diz haver no século XVI uma noção de clã ainda forte, que aos poucos vai sendo substituído pelo grupo familiar mais restrito "[...] que resultará, às portas do século XX, na aceitação da família nuclear como o modelo de família *moderna*" (TRAMONTANO, 1993, p. 7). Este modelo predominou até o final do século XX, e que tem na casa sua referência de intimidade e privacidade, mas outros arranjos domésticos vão surgir no limiar do século XXI.

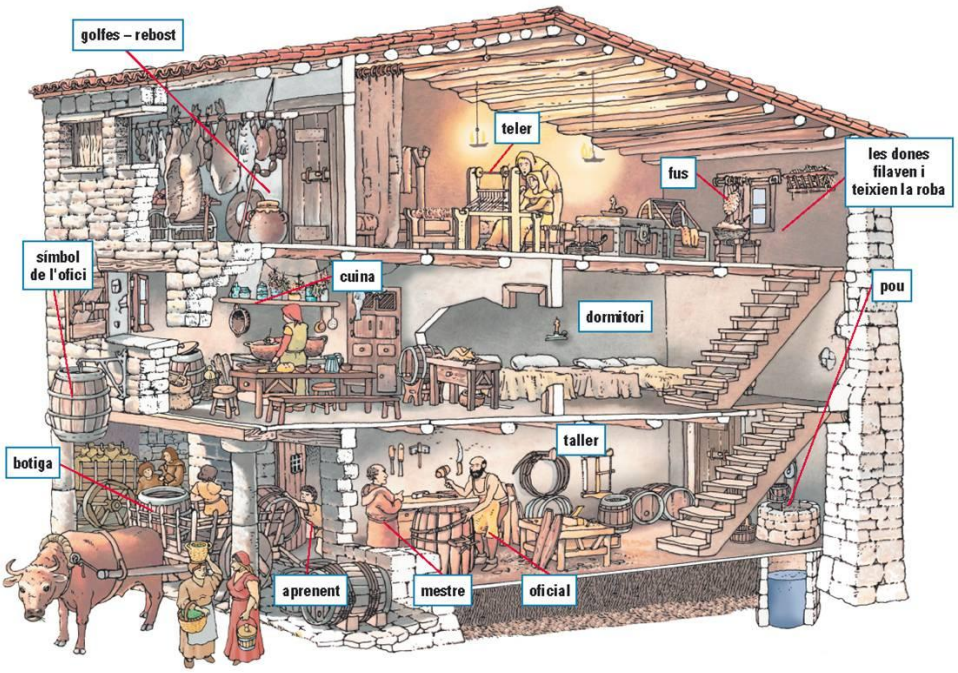


Figura 4: Casa Medieval: moradia e trabalho
Fonte: <http://intercentres.edu.gva.es> Acesso: 21/09/2011

Roger Chartier (2009) vê esse processo que definiu uma nova forma privada de viver como uma evolução não linear e não regular ocorrida entre os séculos XVI e XVIII. Ele identifica três premissas básicas para que essa privatização se estabelecesse: "[...] a busca de um individualismo de costumes, separando o indivíduo do coletivo; [...] a multiplicação dos grupos de convivialidade [...]; por fim, a redução da esfera do privado à célula familiar" (CHARTIER, 2009, p. 398). Nesse contexto a família passou a ser o objeto quase exclusivo dos investimentos afetivos e da intimidade. Mesmo não sendo linear e apresentando uma grande complexidade, conflitos e contradições, essa trajetória acabou levando, no século XIX, a um antagonismo entre o espaço do trabalho e o espaço doméstico, dissociando de forma permanente as condutas profissionais e públicas dos comportamentos familiares. (Idem, ibidem, p. 399). A casa, como abrigo dessa nova existência privada, passa a ser a concretização espacial da conquista da soberania e da intimidade da família, assim Chartier (2009) demonstra essa relação da casa com o novo modo de vida do homem moderno do século XVI em diante:

> Assim a família se torna a sede por excelência do privado. Por um lado, identifica-se com um espaço próprio, distinto: o da habitação doméstica. Para a maioria das sociedades antigas, esta consiste numa casa que abriga os recém-casados, depois as crianças resultantes da união; todavia, mesmo onde persiste a coabitação de vários casais de uma só família, cada um possui um espaço protegido que esconde sua intimidade. Mesmo na cidade, na promiscuidade obrigatória dos imóveis urbanos, o quarto, o cômodo mobiliado ou o sótão constituem frágeis refúgios para o indivíduo sozinho, o casal ou a família estrita. (CHARTIER, 2009, p. 401)

No século XVII, inicia-se a Modernidade e, segundo Kumar (1997, p. 87), seus marcos mais evidentes são a pólvora, a imprensa e a bússola, mas também as obras de Montaigne, Francis Bacon e Descartes com o seu *Discurso do Método* de 1637. Apesar de tantas importantes transformações sociais, culturais e técnicas, as casas do homem comum ou da pequena burguesia pouco mudaram depois da transição da casa medieval pública para a casa de família particular. O trabalho deixa de ser feito em casa, e a economia progride com a expansão comercial marítima liderada pela Inglaterra que atinge todo o globo. Entretanto as principais fontes de força e energia da era pré-industrial ainda eram a tração humana ou animal, a força do vento e das águas. (WILLIAMS, 2009, passim). Essas limitadas fontes de energia eram o grande gargalo da produção de bens e do crescimento econômico. Até que outra transformação nos modos de produção viesse revolucionar outra vez a forma como as pessoas viviam, produziam e se organizavam em sociedade.

2.3 As transformações da era industrial

A próxima transformação importante só foi ocorrer com o advento da industrialização, por volta do final do século XVIII. É o processo que Cardoso (2004) chama de primeira Revolução Industrial e assim a define: "[...] uma série de transformações nos meios de fabricação, tão profundas e tão decisivas que costuma ser conceituado como o acontecimento econômico mais importante desde o desenvolvimento da agricultura" (CARDOSO, 2004, p. 18). Alguns autores, como Eric Hobsbawn (1996) e Nicolau Sevcenko (1998) estabelecem seu início por volta de 1780. Domenico De Masi (2000, p 12), delimita a ocorrência da fase que ele chama de sociedade industrial nos dois séculos entre meados do século XVIII e a meados do XX, quando então é sucedida pela era denominada pós-industrial.

Hobsbawm (1996) dá o nome de *dupla revolução*- "dual revolution"- ao período que vai de 1789 a 1848, quando eclodiram a Revolução Francesa e a primeira revolução industrial, na Inglaterra. Esses dois eventos transformaram as sociedades nas quais se originaram, e a partir delas, propagaram suas mudanças para todo o resto do mundo. Ele considera que os fatos ocorridos nesse período ainda repercutem nos dias de hoje no mundo todo e define assim sua importância:

> [...] constitui a maior transformação da história humana desde os tempos remotos em que o homem inventou a agricultura e a metalurgia, a escrita, a cidade e o Estado. Esta revolução transformou e continua a transformar o mundo inteiro. (HOBSBAWM, 1996, p. 1, tradução nossa).

Conforme o autor, em determinado momento da década de 1780, a humanidade superou os limites impostos à produção de bens e serviços pela sua estrutura social agrária, sua ciência e sua tecnologia deficientes. Essa primeira fase industrial, baseada na nova fonte de energia da máquina a vapor desenvolvida por James Watt em 1784, levou à criação de um sistema de fabricação mecanizado que produz em grandes quantidades e a um custo cada vez mais baixo a ponto de não mais depender da demanda existente, mas de criar seu próprio mercado (HOBSBAWM, 1996, p. 32). A mecanização do sistema de produção é o fator que melhor define a industrialização e, "[...] através de uma série de inovações tecnológicas entre o final do século XVIII e o início do XIX foi permitindo o aumento constante da produtividade" (CARDOSO, 2004, p. 19). Desse modo, com custos cada vez menores, os produtos se tornavam acessíveis a uma grande parcela da população que antes da mecanização

não teriam como adquiri-los. É um marco fundamental da sociedade industrial: pela primeira vez a produção passa a gerar demanda em vez de apenas atender àquela pré-existente.

A criação de novas demandas para uma enorme variedade de produtos é um dos sustentáculos da sociedade de consumo do século XX como foi definida anteriormente por Baudrillard. Entretanto, Rafael Cardoso (2004, p. 19) diz que no século XVIII em alguns países da Europa já existia "[...] senão uma sociedade de consumo, pelo menos uma classe consumidora numerosa, que detinha um forte poder de compra e já começava a exigir bens de consumo mais sofisticados". Alguns fabricantes, para incrementar a qualidade de seus produtos, contratam artistas ou desenhistas para conceber o projeto do objeto e assim surgem os primeiros designers, quando se dá a separação entre a execução e o projeto dentro da produção na fábrica, ainda no século XVIII. (CARDOSO, op. cit., p. 21-23)

No período inicial da industrialização, apesar de todo o esforço de mecanização, divisão de tarefas e estandardização, as mudanças que deram melhor resultado foram mudanças derivadas da forma de se organizar o trabalho, a produção e a distribuição e não a utilização de novas máquinas. Isso quer dizer que foram mudanças mais sociais que tecnológicas. As idéias de Adam Smith e Frederick W. Taylor de divisão de tarefas e gerenciamento científico dos métodos de trabalho tiveram impacto positivo na produção. Mas, Rafael Cardoso afirma que o maior impacto foi causado pela transformação simultânea nos meios de transporte e de comunicação que se seguiu à "[...] introdução das estradas de ferro, da navegação a vapor, do telégrafo, da fotografia e de outras inovações [...] alterou inteiramente as perspectivas para a distribuição de mercadorias e de informações [...]" (CARDOSO, op. cit., p. 35). Até hoje sentimos as consequências dessas transformações através do processo de globalização que vem se instalando no mundo.

Até a década de 1830 a indústria do algodão foi a maior responsável pelo formidável crescimento econômico da Grã-Bretanha, onde gerou a construção de parques industriais, máquinas, inovações químicas, mecanização industrial, uma frota mercante, entre outras atividades. Entretanto, esse progresso produziu também grandes problemas. Os mais graves foram os problemas sociais com o surgimento da miséria e o descontentamento, que eclodiu na forma de revoltas dos trabalhadores das indústrias e dos contingentes de pobres das cidades. Mas a indústria algodoeira britânica chega a um limite e se vê estagnada por volta de 1830, com seus índices de rentabilidade em declínio, queda de preços e das margens de lucro (HOBSBAWM, 1996, passim). Então, na segunda metade do século XIX, inicia-se a segunda fase do desenvolvimento industrial: o surgimento de uma indústria básica de bens de capital.

A segunda etapa de revolução industrial é baseada na produção de ferro, aço e de carvão mineral. O carvão foi a principal fonte de energia industrial do século XIX e também um combustível doméstico essencial num país que tinha poucas florestas para extração de madeira. Foi o crescimento de cidades como Londres que provocou um grande incremento na mineração do carvão, em cuja extração se fez uso, pela primeira vez das recentes máquinas a vapor para bombeamento de água e para rebocar vagões no transporte dos minerais para fora das minas. (WILLIAMS, 2009, p. 157; HOBSBAWN, 1996, p. 44). A invenção básica que iria transformar as indústrias de bens de capital e se tornaria o símbolo da segunda fase da industrialização na Inglaterra era a ferrovia movida a carvão e vapor.

Segundo Williams (op. cit., p. 148), a primeira estrada de ferro- de Stockton a Darlington- ligava uma mina de carvão ao litoral e foi inaugurada em 1825, na Inglaterra. Mas a Estrada de Ferro Liverpool-Manchester foi a primeira ferrovia pública inteiramente movida a vapor, inaugurada em 1830. Ambas se provaram investimentos viáveis e lucrativos e desencadearam uma verdadeira "[...] *mania de ferrovia*, quando em meados do século XIX foram investidos 250 milhões de libras, 250 mil empregos foram criados, e rede britânica chegou a 16 mil quilômetros" (WILLIAMS, op. cit., p. 149). O fato de ser o único meio de transporte de longa distância rápido e barato explica seu enorme sucesso em não só no Reino Unido, mas em todo o mundo. A ferrovia foi a inovação da revolução industrial que mais mexeu com a imaginação das pessoas, Hobsbawm (1996, p. 45, tradução nossa) diz que ela foi "[...] o único produto da industrialização do século XIX totalmente incorporado ao vocabulário imagético da poesia erudita e popular". Em pleno século XIX nada se comparava à velocidade e à força de uma locomotiva- que podia chegar a 96 quilômetros por hora- e isso explica a atração exercida sobre as pessoas que viam no seu poder o símbolo de uma nova era de triunfo do homem pela tecnologia (HOBSBAWM, loc. cit.). Nessa era em que as distâncias se encurtaram e a velocidade da vida nunca mais voltou a ser como antes, percebemos também o início de uma transformação nos comportamentos, no cotidiano da vida doméstica e nas consciências. Isso pode ser exemplificado nas palavras de um grande projetista de ferrovias do século XIX, Henry Booth: "O que era devagar agora é rápido; o que era longe agora é perto, e essa mudança em nossos conceitos impregna a sociedade como um todo" (WILLIAMS, op. cit., p. 149).

Pode-se compreender a evolução da moradia através do estudo da evolução técnica, social e cultural e, principalmente dos modos de vida das sociedades ocidentais, como fazem Rybczynski (2002) e Tramontano (1993), uma vez que "[...] às transformações da

sociedade correspondem- ao que parece- transformações nos espaços de morar, para melhor ou para pior, planejadas ou não" (TRAMONTANO, 1993, p. 1). Os novos modos de vida demandados pela indústria transformam radicalmente o cotidiano dos seus trabalhadores, a maioria formada por camponeses ou pequenos artesãos que não tinham as habilidades e qualificações necessárias, nem estavam habituados ao ritmo regular de trabalho diário e ininterrupto. Portanto todo operário tinha que aprender a trabalhar da maneira adequada à indústria, e só podemos imaginar hoje o impacto que essa mudança deve ter causado na vida, na família, na saúde física e na mentalidade de um enorme contingente de pessoas e, mais importante ainda, o impacto nas cidades e na sociedade como um todo (HOBSBAWM, 1996, p. 50). Por tudo isso é que se aplica o nome de *revolução* a esse evento que "explodiu"- para usar um termo de Hobsbawm- no mundo no final do século XVIII.

Entre as principais consequências da revolução industrial, Hobsbawm (op.cit., p. 169) cita o crescimento da população, que impulsionou a economia e a o mesmo tempo foi impulsionada por ela, pois criando mais empregos, produziu também mais consumidores. Essa explosão demográfica deu início no século XIX ao fluxo constante e irreversível de migração do campo para as cidades industrializadas, inchando-as. Outra importante mudança decorrente da já mencionada revolução dos transportes e das comunicações, é que possibilitaram unir campo e cidade, regiões pobres e ricas, a ponto de amenizar os problemas de escassez de alimentos em épocas de quebra de safras e reduzir a fome e a mortalidade.

Todavia, a consequência mais impressionante dessas transformações para a história do mundo foi "[...] estabelecer o domínio do globo por uns poucos regimes ocidentais- especialmente pelos britânicos- que não tem paralelo na história" (HOBSBAWM, op. cit., p. 3, tradução nossa). Esse domínio ocorreu devido à necessidade das indústrias britânicas de exportar os excedentes de sua produção, principalmente da indústria de tecidos de algodão. Os mercados representados pelas colônias ultramarinas incrementaram muito essas exportações, quando as guerras napoleônicas e os bloqueios econômicos interromperam o comércio da Inglaterra com os países europeus. Ásia, África e América eram grandes importadores, estabelecendo-se um monopólio da indústria britânica em relação aos países menos desenvolvidos dessas regiões. Entre os maiores importadores de produtos ingleses se destacavam a Índia e a América Latina, principalmente depois de sua separação de Portugal e Espanha, quando se tornou quase totalmente dependente economicamente da Grã-Bretanha (HOBSBAWM, op. cit., passim). A divisão entre países *adiantados* e *subdesenvolvidos* tem origem nessa época e, como diz o autor, "[...] nenhum outro fato determinou a história do século XX de maneira mais forte" (Idem, ibidem, p. 181, tradução nossa). Foi assim que

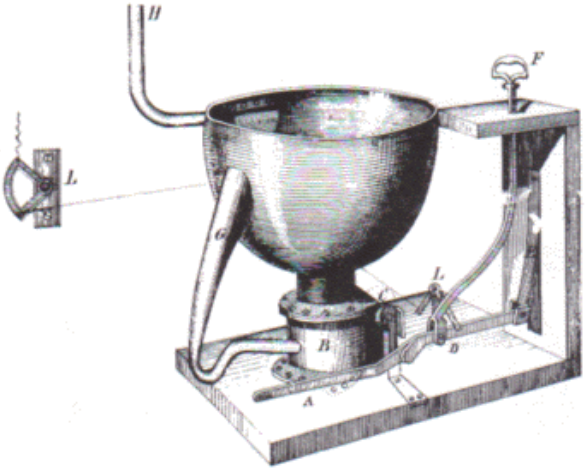
nasceu a separação do globo entre o primeiro, o segundo e o terceiro mundo que predominou até o final do século XX.

A etapa industrial foi de seminal importância para o design como o entendemos hoje, pois essa atividade surgiu como uma profissão a partir das possibilidades abertas pelos avanços e pelas transformações geradas pela industrialização dos modos de produção. A profissão do designer de interiores- também chamado de decorador- surgiu no fim do século XVIII, quando a arquitetura era considerada antes uma arte que um negócio e não haviam ainda escolas de arquitetura na Inglaterra. Os arquitetos estavam mais empenhados em resolver bem a aparência dos edifícios do que seu bom funcionamento, e também davam mais atenção ao seu exterior que ao interior. O arranjo do interior ficava geralmente a cargo do dono da casa, que na maioria das vezes ficava sem saber o que fazer diante da quantidade e variedade de objetos colocados à disposição no mercado pelas indústrias. A ajuda era fornecida pelo estofador, que era um comerciante de tecidos e coberturas de estofamentos, mas passou a incluir em seus serviços toda a decoração interna, sendo promovido então a um fornecedor de orientação especializada necessária ao dono da casa. Rybczynski (2002, p. 135) assim descreve o surgimento da profissão, e acrescenta num tom de crítica:

> Quando os arquitetos perceberam que haviam perdido o controle da arrumação da casa, já era muito tarde. Os estofadores, ou os decoradores de interiores, como foram chamados mais tarde, começaram a dominar o conforto doméstico cada vez mais. (RYBCZYNSKI, 2002, p. 136)

No final do século XVIII, especialmente na Inglaterra, os interiores "[...] começaram a ser vistos como um local para se realizar atividades humanas; não eram mais simplesmente um *espaço* bonito, mas estavam se tornando um *lugar*" (RYBCZYNSKI, 2002, p. 128). Isso quer dizer que estavam começando a se *humanizar*, conforme o conceito de Malard [ver capítulo 2]. Ou seja, a noção de conforto da época passou a incluir a utilidade junto ao bem-estar físico e ao encanto visual, atributos da ambiência. Mas antes do início da revolução industrial, poucas coisas haviam mudado nos interiores das residências, de acordo com Rybczynski (2002). Não havia ainda pias, nem água encanada, usava-se uma tigela para a água; não havia banheiros nem saneamento, usava-se o urinol; não havia aquecimento, mas lareiras ou fornos de porcelana; e iluminação desde a Idade Média era à luz de velas. Dessa forma, a casa do século XVIII ainda não tinha incorporado nenhuma inovação tecnológica importante. (Idem, ibidem p. 134).

Entretanto, no final daquele século, com os avanços industriais, a tecnologia doméstica começou a se desenvolver lentamente. Surge a primeira privada a válvula com vedação hidráulica, em 1778; a fechadura à prova de arrombamento, do mesmo inventor da privada, Joseph Bramah; o lampião Argand a óleo, de 1783, melhora a qualidade da iluminação; as lareiras passam por aperfeiçoamentos para reduzir a fumaça e irradiar mais calor, em 1795; a iluminação a gás foi adotada tanto nos interiores quanto na de rua, na década de 1800; sistemas para ventilação e renovação do ar; e até fornos e fogões a gás são desse período. Dentre essas mudanças, destaca-se a grande melhoria trazida pela iluminação a gás, pois os interiores mais claros possibilitavam a leitura à noite, o que resultou num aumento nos níveis de instrução, além um aumento da limpeza doméstica e pessoal (RYBCZYNSKI, op. cit., p. 132-150). A tecnologia começou então a invadir o espaço doméstico e nunca mais parou.



Figuras 5 e 6: Fechadura e privada a válvula com vedação hidráulica inventadas por Joseph Bramah por volta de 1778
Fonte: <http://www.robinsonlibrary.com> Acesso: 21/09/2011

Paralelamente a essas melhorias nos interiores, as técnicas de construção também passam por inovações, mesmo que de forma lenta e pouco abrangente. Diversos edifícios comuns como casas, lojas e pequenos prédios ainda são construídos com os mesmos princípios, mesmos materiais e processos ao longo dos últimos três séculos ou mais. “Ao longo da história, a indústria da construção tem sido, em geral, muito conservadora e a construção do século XX mostrou não ser exceção” (WILLIAMS, 2009, p. 239).

Mesmo assim a revolução industrial trouxe importantes avanços em novos materiais e novas técnicas. O ferro fundido começa a ser usado primeiramente em pontes e

ferrovias, por volta de 1780, e logo passa a ser adotado como estrutura para edifícios industriais- fábricas e armazéns- e estabelecimentos comerciais, associado a alvenarias nas vedações de pisos e paredes. Embora o ferro não seja combustível, ele perde sua resistência mecânica quando aquecido a altas temperaturas, podendo entrar em colapso no caso de um incêndio. A alternativa que veio solucionar esse problema foi o aperfeiçoamento da produção do aço laminado, que substituiu por completo o ferro fundido nas estruturas dos edifícios. A mais famosa construção do mundo em ferro é a torre Eiffel, de 1889, com seus trezentos metros, e foi também provavelmente a última construção importante com esse material.

A partir de 1890 o aço passou a ser uma alternativa disponível e foi amplamente usado desde então. (WILLIAMS, op. cit., p. 240). A primeira utilização da estrutura de aço em edificações residenciais se deu em Chicago, nos Estados Unidos. A cidade foi destruída por um grande incêndio em 1871 e na sua reconstrução surge a oportunidade de se empregar essa nova técnica construtiva para construir edifícios de muitos pavimentos, pois a demanda crescente por habitações resultou na necessidade de se aproveitar ao máximo os terrenos melhor localizados e mais valorizados. Depois da invenção do elevador, em 1854, a altura dos edifícios em estrutura de aço aumentou cada vez mais. (TRAMONTANO, 1993, p. 34).

Outro material essencial para a indústria da construção civil surgido no século XIX no bojo das inovações da revolução industrial é o concreto armado. Os romanos da antiguidade já conheciam e faziam uso de um tipo de concreto conhecido como pozolana, que era obtido por uma mistura de cal e cinza vulcânica. O cimento, que é semelhante à pozolana dos romanos, foi inventado na Inglaterra em 1824 e passou a ser muito empregado por construtores e engenheiros devido ao seu baixo custo e à facilidade de uso e manuseio, e quando misturado a areia e cascalho pode ser moldado em formas de diversos formatos. O concreto armado surge de uma tentativa de melhorar sua resistência à flexão, quando são embutidas hastes de ferro no concreto. Esse sistema foi patenteado por Joseph Monier, na França em 1867 (WILLIAMS, op. cit., p. 242). Desde então o concreto armado foi amplamente empregado na construção de casas, prédios de muitos pavimentos, pontes, represas, silos. Segundo Marcelo Tramontano (1993, p. 35), a primeira edificação residencial em concreto armado data de 1903, na França, da autoria de Auguste Perret, e consistia num edifício de apartamentos de sete andares em Paris. Sua estrutura independente das paredes permitiu que o uso de divisórias leves e móveis para as vedações deixasse a planta das unidades completamente independentes umas das outras. Esse recurso ainda viria a ser uma das premissas da arquitetura modernista do século XX.

Como resultado das transformações sociais da Revolução Francesa e das mudanças econômicas da revolução industrial, a burguesia se estabelece como classe predominante. Mesmo não sendo uma classe homogênea, todos adotam um mesmo sistema de valores e práticas sociais similares. Tramontano (1993, p. 10) afirma que a habitação burguesa é como uma grande vitrine do seu êxito social, pois é o lugar da família e seus valores. A casa burguesa toma forma no século XIX e estabelece um padrão que, de certa forma, é usado até hoje no século XXI. A principal característica dessa conformação é a "[...] tripartição burguesa da habitação: espaços *sociais*, ou representativos; espaços *de serviço*, ou de rejeição e espaços *íntimos*" (TRAMONTANO, op. cit., p. 12). Os valores burgueses ficam claramente expostos na forma como suas casas são divididas, com seus cômodos de mais prestígio- salas e às vezes quartos- voltados para a fachada principal; os banheiros e cozinhas pequenos, mal iluminados e ventilados e os quartos que devem ter sua privacidade resguardada a todo custo.

A cozinha da casa burguesa aos poucos vai sendo equipada com utensílios e equipamentos com acabamento esmaltado, suas paredes passam a ser lisas e sem reentrâncias, cobertas com ladrilhos ou pintura brilhante impermeável, tomando o aspecto de laboratório que ainda vemos em muitas casas. Ainda assim, a cozinha da casa burguesa não passa a fazer parte dos cômodos *representativos* (TRAMONTANO, p. 10-12). Percebemos nessa conformação da habitação burguesa na França a origem de muitos dos valores que ainda adotamos socialmente. Intimidade, privacidade, cotidiano, valores morais, aparência, e todo um sistema de conceitos estabelecidos ao longo do tempo por um modo de vida que resultou num modo peculiar de morar.

No Brasil, essa tripartição do espaço interno da casa em social, íntimo e de serviços começa a ser adotada a partir da segunda metade do século XIX, inicialmente nas residências mais abastadas (MACHADO, 2011, p. 95), provavelmente pelo contato com as referências trazidas em 1816 pela Missão artística Francesa. Antes disso as referências das casas coloniais no Brasil eram portuguesas, e até a chegada da Família Real em 1808 nenhuma mudança digna de nota se operou na forma como se constituíam os interiores de nossas casas e sobrados coloniais. A família colonial brasileira se assemelhava muito com a família medieval européia, sendo constituída, conforme Machado (2011, p. 20), "[...] pelo chefe da casa, esposa, filhos, parentes, amigos, dependentes, escravos e agregados, todos submetidos à autoridade indiscutível do patriarca", e essa era a base da organização da sociedade colonial brasileira. Nesse momento se dá a primeira mudança nos hábitos e modos de morar da sociedade de então, quando a família colonial, "[...] em contato direto com a

corte, deve mudar seus hábitos arraigados. A vida social intensifica-se mais uma vez, e o receber, ainda que contra a vontade dos velhos senhores de engenho, é uma prática inevitável" (VERÍSSIMO; BITTAR, 1999, p. 24).

A transformação dessa estrutura social no Brasil se deu com o surgimento de uma elite urbana em meados do século XIX. Formada pelo enriquecimento de comerciantes e industriais, essa nova classe média viu nascerem em seu meio as noções de individualidade e intimidade. Como expressão dessa individualidade cresce uma preocupação com a aparência, inicialmente da própria pessoa, através da escolha do vestuário, das leituras, dos hábitos e comportamentos; depois, por extensão, da moradia, através do acúmulo de objetos, móveis estofados, tapetes, quadros, almofadas, papéis de parede, adornos e bibelôs. De acordo com Cardoso (2004, p. 55- 57) essa "[...] impressão de conforto, de luxo e às vezes de elegância revela uma preocupação extrema com o bem-estar, a estabilidade e a solidez" e também uma pretensão de se igualar à antiga nobreza- ainda no poder no Brasil. E é assim que, desde então e pela primeira vez, os interiores domésticos passam e ser associados à personalidade dos donos da casa, refletindo a própria essência da hierarquia, dos gostos e da cultura da sociedade que os gerou. O que está em consonância com o conceito de "arranjo" de Baudrillard apontado no capítulo 2 (p. 18).

Podemos perceber, através dos relatos de Marcelo Tramontano (1993) e de Rafael Cardoso (2004) sobre as casas burguesas na França e no Brasil, que essa preocupação em tornar especial e diferenciar a moradia é um fenômeno bem característico do século XIX. Fato que ajudou a consolidar a ideia da dualidade entre casa e rua, privado e público, severidade e brandura, que DaMatta (1986) bem identificou (ver capítulo 2, p. 22). A casa como oposição ao perigo e à instabilidade das ruas e, principalmente os seus interiores, como o lugar de refúgio, da intimidade e da segurança.

Cardoso (op. cit., p. 57) associa também a "abundância relativa de objetos" encontrada na casa burguesa aos "efeitos do avanço industrial em termos de distribuição de bens de consumo", possibilitando acesso a uma grande quantidade de produtos "antes considerados supérfluos ou proibitivos, como tapetes e louças, por exemplo."

No Brasil, o modo de morar seria afetado pela segunda vez com a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República. A partir desses dois eventos, Veríssimo e Bittar (1999, p. 24) apontam uma progressiva compactação dos espaços da casa, pois, entre outros fatores, não há mais o escravo para limpar a casa, recolher o lixo e realizar as tarefas consideradas servis, que a partir de então são de responsabilidade direta ou indireta da dona

da casa. E, com o passar do tempo, a mão-de-obra começa a ficar rara e cara para grande parte das famílias, além de surgir o desejo de privacidade e intimidade nas famílias burguesas.

O século XX vai se iniciar com o país em acelerado processo de urbanização, crescimento econômico e industrialização. O grande fluxo de imigrantes estrangeiros muda o padrão demográfico e cultural do país. Surgem os cortiços, as primeiras vilas e favelas nas cidades, para onde vão as camadas pobres da população. (SEVCENKO, 1998, p. 34). E, como veremos no próximo capítulo, tudo isso vai resultar em modificações nas residências e nos seus interiores, transformando os modos de morar predominantes do século XIX.

Capítulo 3

AS TRANSFORMAÇÕES DO SÉCULO XX

Os modos de vida urbanos já passavam por constantes transformações devido a pressão exercida pelo acúmulo de gente nas cidades e a degradação do espaço urbano e doméstico. Foram ainda impulsionadas por uma segunda revolução com novas fontes de energia e novos aparatos tecnológicos que começavam a surgir no final do século XIX, mas que somente no século XX foram adotados em larga escala. Segundo Sevcenko (1998, p. 7) a intensidade do fluxo dessas mudanças alterou profundamente a ordem e as hierarquias sociais, as noções de tempo e espaço das pessoas foram afetadas, os modos de perceberem os objetos ao seu redor, e até a maneira de organizar suas afeições. Isso no mundo todo, inclusive no Brasil, como deixa transparecer essa passagem em que o autor dimensiona a profundidade e o alcance dessas transformações da passagem do século XIX para o XX:

> [...] nunca em período anterior, tantas pessoas foram envolvidas de modo tão completo e tão rápido num processo dramático de transformação de seus hábitos cotidianos, suas convicções, seus modos de percepção e até seus reflexos instintivos. (SEVCENKO, op. cit., p. 7 e 8)

O século XX quando visto em retrospectiva parece uma grande sucessão de turbulentas revoluções, transformações, reviravoltas e mudanças radicais em todos os campos da vida humana e do meio ambiente no planeta. Para os que sofreram as conseqüências de tantas mudanças políticas, econômicas e tecnológicas, parece que foram longas décadas de uma transição interminável em direção a um futuro mais estável e tranqüilo. Nem todos vêem assim. O historiador Eric Hobsbawm (1995) chama o século passado de “breve século XX” e também de ”era dos extremos”. Ele considera que seu início somente se deu em 1914, com a Primeira Guerra Mundial, e o seu término no início da década de 1990 com a dissolução da antiga União Soviética. Para ele, a Primeira Guerra Mundial encerrou um ciclo e marcou o colapso da civilização ocidental do século XIX, cuja essência era capitalista na economia, liberal na estrutura constitucional, burguesa na classe social predominante, eurocêntrica, e cuja confiança no avanço da ciência, do conhecimento e do progresso material e moral moldaram o mundo de então e levaram ao seu fim. (HOBSBAWM, 1995, p. 15 e 16).

3.1 A primeira metade do século XX

Não caberia nesse trabalho uma descrição da história do século passado, nem é nosso objetivo tentar mostrar tudo o que aconteceu de importante no período. Mas não podemos nos furtar em apontar quais dentre as inúmeras transformações, a nosso ver, tiveram influência mais profunda e abrangente no modo de vida das pessoas e nos seus espaços domésticos. A segunda revolução industrial ou Revolução Científico-Tecnológica, segundo Sevcenko (1998, p. 8) se configura por volta de 1870 e "[...] é muito mais complexa, ampla e profunda do que um mero desdobramento da primeira [...]" e é "[...] um salto enorme, tanto em termos qualitativos quanto quantitativos, em relação à primeira". É ela que vai moldar à sua maneira todo o século XX, através das aplicações de suas descobertas científicas, novas fontes de energia como a eletricidade e o petróleo, e os novos processos produtivos decorrentes deles.

Abrem-se novos campos ainda inexplorados pela a indústria, como a indústria química e petroquímica; a siderurgia e seus altos-fornos; a metalurgia dos aços especiais, do alumínio, níquel e cobre; a indústria aeronáutica e aeroespacial; a indústria elétrica, eletrônica e de informática; além da indústria médica, biológica, farmacêutica e alimentícia, e outras mais (WILLIAMS, 2009, p. 250 e 251; SEVCENKO, 1998, p. 9). A grande maioria dessas áreas evolui após a Segunda Guerra Mundial na segunda metade do século XX, mas suas origens estão nas possibilidades criadas pela Revolução Científico-Tecnológica de fins do século XIX. A produção de novos artefatos criados por essas novas modalidades industriais vai encher o mundo de produtos, objetos e serviços em proporções incalculáveis, como se pode ter uma idéia pelos exemplos listados por Sevcenko (1998, p. 9):

> [...] os veículos automotores, os transatlânticos, os aviões, o telégrafo, o telefone, a iluminação elétrica e a ampla gama de utensílios eletrodomésticos, a fotografia, o cinema, a radiodifusão, a televisão, os arranha-céus e seus elevadores, as escadas rolantes e os sistemas metroviários, os parques de diversões elétricas, as rodas gigantes, as montanhas-russas, a seringa hipodérmica, a anestesia, a penicilina, o estetoscópio, o medidor de pressão arterial, os processos de pasteurização e esterilização, os adubos artificiais, os vasos sanitários com descarga automática e o papel higiênico, a escova de dentes e o dentifrício, o sabão em pó, os refrigerantes gasosos, o fogão a gás, o aquecedor elétrico, o refrigerador e os sorvetes, as comidas enlatadas, as cervejas engarrafadas, a Coca-cola, a aspirina, o Sonrisal e mencionada por último mas não menos importante, a caixa registradora.

Poderíamos acrescentar ainda o cartão de crédito e uma longa lista de complementos a essa avalanche de coisas fabricadas e consumidas num ritmo perturbador, invadindo o cotidiano das pessoas especialmente nas grandes metrópoles, que também são um produto dessa revolução. Essa produção vai gerar, por um lado um crescimento econômico e uma melhoria substancial na qualidade de vida das pessoas, mas por outro o desperdício, a poluição e a degradação do meio ambiente. Mas, seu pior desdobramento é o crescimento das desigualdades entre ricos e pobres em todo o mundo. Sem falar nas guerras e conflitos locais ou regionais originados dessas diferenças entre interesses das nações, povos e etnias, herdados de séculos anteriores.

As guerras, em especial a Segunda Guerra Mundial, apesar de toda sua iniqüidade, impulsionaram avanços técnicos e aprimoraram os métodos de produção em massa, acelerando e difundindo essas mudanças. Tecnologias que depois de algum tempo estavam disponíveis para uso civil, como o radar, o motor a jato, a eletrônica e a tecnologia de informação do pós-guerra, o transistor, o computador, os circuitos integrados e o laser, foram inventados inicialmente para fins militares ou durante a guerra. Os EUA- Estados Unidos da América- tiveram grande crescimento no período e foram os grandes beneficiados por estarem longe da luta e serem o maior fornecedor de armas para seus aliados. Todos os demais países envolvidos na Segunda Guerra tiveram graves perdas econômicas e sofreram seus efeitos negativos. Mas o lado mais deplorável da guerra é a catástrofe humana por ela desencadeada, o número astronômico de mortes e outro tanto de refugiados e sem pátria "O aspecto não menos importante dessa catástrofe é que a humanidade aprendeu a viver num mundo em que a matança, a tortura e o exílio em massa se tornaram experiências do dia a dia que não mais notamos". (HOBSBAWM, 1995, p. 58).

A primeira metade do século XX, excetuando as duas guerras, foi um período de formidável desenvolvimento das artes de vanguarda, que buscavam um rompimento com o século anterior e seus estilos de arte considerados ultrapassados e incompatíveis com os novos tempos *modernos*. As principais vanguardas e correntes que definiram o *modernismo*[6] já existiam em 1914. Entre elas o cubismo, o expressionismo, o futurismo, o dadaísmo, o construtivismo e o abstracionismo "puro" na pintura; o funcionalismo e ausência de ornamentos na arquitetura; o atonalismo na música; a ruptura com a tradição na literatura. Quase todas as formas de manifestação artísticas existente foram influenciadas pelas idéias do

[6] "Sob o termo genérico *Modernismo* resumem-se as correntes artísticas que, na última década do século XIX e na primeira do século XX, propõem-se a interpretar, apoiar e acompanhar o esforço progressista, econômico-tecnológico, da civilização industrial". (ARGAN, 1992, p. 185).

modernismo no período entre guerras, desde o balé até o cinema, passando pela fotografia e a poesia (HOBSBAWM, 1995, p. 178 e 179). Segundo Rafael Cardoso (2004, p. 113), com exceção do Surrealismo, os principais movimentos de vanguarda tiveram as máquinas e os artefatos industriais, a geometria, a síntese das formas, a ordem matemática e a racionalidade como fundamento para a busca de uma nova estética mais adequada ao novo século.

Na área do design, também intitulado desenho industrial, a *Staatliches Bauhaus*, escola de arte e desenho de Weimar, foi o modelo de modernismo na arquitetura e artes aplicadas até muito depois de ter sido fechada pelos nazistas. A escola era o centro de uma vanguarda política e artística que contava com talentos como Paul Klee, Wassily Kandinsky, Moholy Nagy, Mies Van der Rohe, Walter Gropius, entre outros. A influência da Bauhaus se faz sentir até hoje devido à sua ruptura deliberada com as antigas tradições em busca de funcionalidade, praticidade e facilidade de produção industrial. Mas não se deve esquecer que, através de uma proposta inovadora de ensino e uma capacidade de reunir um número considerável de mentes criativas e diferentes entre si, seu maior legado foi abrir a possibilidade de se pensar e construir uma sociedade melhor, mais justa e mais livre fazendo uso da arquitetura e do design. (HOBSBAWM, 1995, p. 185; CARDOSO, 2004, p. 116- 118).

Antes da metade do século XX, os maiores veículos de comunicação de massa- a imprensa, o cinema e o rádio- passavam por uma grande expansão no mundo todo, especialmente nos países desenvolvidos. Desses três, o cinema era o que tinha maior alcance internacional e levava a língua, a ideologia e o estilo de vida americano a quase todo o mundo através dos filmes de Hollywood. O rádio era o mais novo e demorou até o final da década de 1930 para atingir um grande número de ouvintes. Depois dessa data seu crescimento foi espetacular e sua abrangência, inclusive nas camadas de renda mais baixa, levou a audiência a milhões em todos os países. O rádio teve grande impacto na vida doméstica dos mais pobres, principalmente das mulheres, pois levava tudo o que pudesse ser falado, cantado ou tocado, para dentro das suas salas. Sua força residia na sua capacidade de atingir simultaneamente milhões de indivíduos, servindo assim a políticos e vendedores como veículo ideal para suas mensagens. Boa parte dos hábitos atuais de assistir à televisão vem do tempo do rádio, quando a família ouvia o noticiário, o comentário esportivo, a novela e o programa de entrevistas. Foi a primeira vez que um veículo de comunicação foi incorporado à decoração, fazendo parte e interferindo no arranjo interno das residências e, principalmente modificando hábitos e criando novos modos de se relacionamento entre as pessoas e com os espaços.

Mudou também o papel da música na vida contemporânea e a forma como se ouve música, inclusive como pano de fundo para a vida cotidiana e durante as atividades domésticas.

No Brasil, o período entre as guerras foi de expansão do parque industrial. Foi também uma fase de expansão do rádio como principal veículo de comunicação de massas, quando as vendas do aparelho cresceram muito em todo o território nacional, por isso aqueles anos ficaram conhecidos como a Era do Rádio. E isso se refletiu positivamente na produção cultural, especialmente na música popular. Em 1927 chega ao país o sistema eletromagnético de gravação de som. O sucesso comercial de rádios, discos e vitrolas possibilitou o surgimento de uma indústria fonográfica forte e de uma nova cultura musical brasileira. (CARDOSO, 2004. p. 122). A qualidade e a força comercial da música popular brasileira, que é um dos símbolos culturais mais reconhecidos do país, têm suas origens nessa época.

Na década de 1870 chegou às casas uma importante inovação: a água pressurizada. Antes da descoberta da eletricidade, muitas tentativas foram feitas para resolver o problema da mecanização de equipamentos domésticos como a máquina de lavar roupa, de lavar louça, prensas de roupas, máquinas de costura, aparelhos de sucção, ventiladores, e máquinas de fazer sorvete usando a força da pressão da água ou mesmo a força humana através de manivelas e alavancas. Mas o grande avanço na tecnologia doméstica viria com o advento da energia elétrica que possibilitou a invenção do pequeno motor elétrico, do aquecedor com resistor e da lâmpada incandescente. Assim estavam disponíveis em larga escala, por volta de 1900, uma fonte de luz mais clara e limpa, uma fonte de calor mais eficiente e a força motriz capaz de fazer funcionar todos aqueles equipamentos antes movidos à mão e muitos outros eletrodomésticos que foram inventados depois. A lista é grande e começou com o ferro elétrico, as torradeiras, cafeteiras, chapas e fogões elétricos, aspiradores de pó. Essa parafernália não parou de crescer até hoje, mas seu sucesso só foi possível devido ao baixo custo da eletricidade que por volta de 1927 já estava disponível em mais de dezessete milhões de casas americanas, principalmente nas cidades. (RYBCZYNSKI, 2002, p. 155- 161).

Os interiores residenciais e as atividades domésticas sofreram uma verdadeira transformação como decorrência desses eventos e inovações do começo do século XX. A configuração interna da casa contemporânea tomou a forma que hoje nos é familiar. E a forma como vivemos dentro e fora de casa foi profundamente alterada, inclusive na maneira como lidamos com nosso tempo. A economia de tempo era o apelo inicial de todas essas inovações elétricas, assim teríamos mais tempo livre. Mas, na verdade, foi a economia de esforço que eles proporcionavam o motivo de seu sucesso universal. Menos esforço, mais conforto.

Segundo Rybczynski (op. cit., p. 162), “[...] os primeiros eletrodomésticos distinguiam-se por reduzirem de verdade o trabalho domestico”. Essa redução do esforço associada ao fato de que vinha declinando cada vez mais o número e a disponibilidade de empregados domésticos nos lares do século XX é uma tendência que nunca mais se reverteu e, até hoje é uma das premissas nos projetos de interiores do século XXI.

O banheiro contemporâneo compacto, com o vaso sanitário, o espaço para banho-chuveiro ou banheira- e pia no mesmo cômodo para uso comum de toda a família é uma invenção americana da virada do século XIX para o XX. Esse tipo de banheiro compacto de três peças não era comum na Europa da época, mas foi amplamente adotado no resto do mundo em que a influência americana, como vimos, passou a predominar. Na verdade não há nesse tipo de banheiro uma grande inovação além do seu arranjo interno e seu tamanho reduzido, como diz Rybczynski (2002, p. 172): “O banheiro moderno com encanamento feito por engenheiros e com paredes ladrilhadas parecia eficiente e funcional, mas foi conseqüência da casa sem criados, e não um grande avanço técnico”. Apesar de sua aparente eficiência, pode-se criticar a inadequação do *banheiro americano* pela falta de conforto, pela dificuldade de se limpar e porque, por motivos higiênicos, o lavatório deveria ser separado do vaso. Essa solução é mais comum na Europa e passou a ser adotada aos poucos no Brasil desde a década de 1980, mas ainda predomina o banheiro de três peças americano.

Outra invenção americana é o armário embutido, que data do século XIX. Sua função era substituir todos os tipos de armários, arcas, baús encontrados nos cômodos das casas daquela época. Seu uso não ficou restrito aos quartos, mas espalhou-se pela cozinha e banheiros, tanto para se guardar roupas, como vassouras, material de limpeza e remédios. Essa vocação para a praticidade levou a um crescente interesse pela eficiência doméstica por parte das mulheres americanas.

A mulher é que fazia e faz quase todo o serviço doméstico, portanto toda inovação que viesse beneficiar a redução desse trabalho de forma efetiva passou a ser adotada pelas mulheres de classe média. E o seu interesse não se limitava aos novos eletrodomésticos, mas principalmente no processo de reorganização das tarefas domésticas, segundo Rybczynski (op. cit., p. 165): “A grande inovação americana na casa era de se exigir conforto não só no lazer doméstico, mas também no trabalho doméstico”. Surgiram no começo do século XX nos EUA diversas publicações, livros e manuais escritos por mulheres, cujo conteúdo tratava da organização e da administração das casas. Baseadas nas idéias de Taylor para melhorar o processo de trabalho, essas autoras, chamadas de *engenheiras domésticas*, propunham novas

maneiras tornar mais eficiente as tarefas domésticas, realizando o trabalho mais rapidamente com menor esforço. No início do século XX, importantes instituições de ensino como o Massachussets Institute of Technology- MIT- e a Columbia University ofereciam cursos de Economia doméstica. (RYBCZYNSKI, op. cit., p. 165-177). Toda essa racionalização do trabalho e da ergonomia dos espaços domésticos foi incorporada aos projetos de todos os cômodos das residências, mas foi na cozinha onde primeiro se concentraram as tentativas de melhorias e onde tiveram maior êxito. Como resultado desses aprimoramentos desenvolveu-se o que conhecemos por *cozinha americana,* sinônimo de cozinha eficiente, prática e compacta. Hoje se associa o termo cozinha americana somente às cozinhas integradas ao espaço da sala, mas o conceito original é muito mais complexo e abrangente que a simples integração dos dois espaços.

Esses aprimoramentos trazidos pela mecanização e racionalização dos espaços do lar trouxeram melhorias efetivas e visíveis ao reduzir o tempo para se limpar toda a casa, lavar roupa ou para cozinhar. Rybczynski (op. cit., p. 178) afirma que são dessa época muitas das características que identificamos na casa moderna, como "[...] casas pequenas, a altura certa das bancadas de trabalho, a localização dos eletrodomésticos maiores para poupar passos desnecessários, a organização da maneira da guardar as coisas". Esse modelo de casas planejadas para funcionar bem, compactas e com tudo no seu devido lugar logo ganhou o mundo e chegou ao Brasil. Isso aconteceu na década de 1920, época em que Maria Lucia Machado (2011, p. 103) identifica uma "[...] crescente desvalorização das raízes lusitanas de nossa cultura para inaugurar um novo estilo, o norte-americano, que por sua vez, substituiu as referências exclusivamente francesas no país".

Surge também nos anos 1920 um novo modo de morar no Brasil: os edifícios de apartamentos. Inicialmente, de acordo com Veríssimo e Bittar (1999, p. 27 e 71), a novidade causa admiração, mas a rejeição e a resistência a eles fazem com que só venham a se popularizar mais adiante, ao longo da década de 1940. Essa discriminação se deve à associação das moradias coletivas com os cortiços, comuns no começo do século XX, nas capitais brasileiras, conforme Paulo Cesar Garcez Marins (in: SEVCENKO, 1998, p. 187).

Em Belo Horizonte, o primeiro edifício de apartamentos foi o Edifício Lutetia, de 1939 e, segundo Ângela Pinho, é descrito como "[...] expressão de exclusividade, distinção social, luxo e bem-viver [...] primeiro marco da modernidade associada ao modo de vida doméstico [...] a 100 metros da praça Sete de Setembro, centro oficial da cidade [...]" (PINHO, 2005, p. 50).

O marco inicial da arquitetura moderna no país é a obra do arquiteto de origem russa, Gregory Warchavchik. A casa de linhas retas e fachadas com paredes lisas projetada para sua própria moradia na Vila Mariana, em São Paulo, entre 1927 e 1928, é apontada por Bruand (2002, p. 63- 70) como a primeira casa moderna do Brasil. Sua construção causou impacto na opinião pública e foi motivo de acalorados debates na imprensa de São Paulo. Com toda a polêmica na imprensa, Warchavchik ficou conhecido, e outras casas lhe foram encomendadas. Estimulado com os bons resultados de seus primeiros projetos, ele organiza uma exposição na casa que construiu na Rua Itápolis, no bairro Pacaembu, em 1930.

A chamada *exposição da casa modernista* foi inaugurada no dia 26 de março e foi visitada por mais de vinte mil pessoas até o seu encerramento no dia 20 de abril de 1930. A exposição, precursora da moda de exposições de arquitetura e decoração no Brasil, mostrava um conjunto de consistente harmonia entre arquitetura e decoração interior- também executada por Warchavchik- além de pinturas, esculturas e gravuras de artistas da vanguarda do país que participaram com suas obras. Segundo Bruand (2002, p. 69), o arquiteto "[...] não admitia um mobiliário antigo em uma casa moderna. Assim ele próprio montou oficinas que fabricavam, com base em seus desenhos, os móveis, sóbrios e funcionais, adequados às linhas de sua arquitetura". Como resultado, o sucesso da exposição causou mais polêmica e mais publicidade para a arquitetura modernista que começava a atrair a atenção da elite brasileira.

Figura 7: Interior da exposição da casa modernista de Warchavchik- 1930

Fonte: Estado de São Paulo, 25 de março de 2010. Foto: José Luis da Conceição/ AE

3.2 A segunda metade do século XX

Depois da Segunda Guerra Mundial, na segunda metade do século, o mundo viveu uma época de relativa paz, reconstrução e crescimento econômico. Hobsbawm (1995) dá o nome de *Era de Ouro* a esse período que durou até a crise do petróleo de 1973. Foi um fenômeno mundial de crescimento econômico e populacional, principalmente nos países capitalistas desenvolvidos. E também em todo o resto do mundo em desenvolvimento, onde a industrialização em andamento diminuía a dependência da produção agrícola e pecuária. Seu auge foi na década de 1960, quando houve uma explosão da população, da produção e do consumo mundiais, assim descritos pelo autor: "A economia mundial, portanto, crescia a uma taxa explosiva. [...] A produção mundial de manufaturas quadruplicou entre o início da década de 1950 e o início da década de 1970, e, [...] o comércio mundial de produtos manufaturados aumentou dez vezes" (HOBSBAWM, 1995, p. 257). A produção agrícola mundial também disparou, não tanto com o aumento da área cultivada, mas elevando a sua produtividade através da mecanização dos seus processos e do uso dos novos fertilizantes e defensivos químicos, com o efeito perverso de tornar dispensável a mão de obra tradicional do camponês.

Não se pode deixar de assinalar que as inovações do setor químico e farmacêutico dessa época foram as que começaram a transformar o mundo assim que a guerra acabou. Com impactos imediatos na demografia de todo o mundo, e com efeitos culturais que se prolongam até hoje, como a revolução sexual e dos costumes, o controle da natalidade e o aumento da expectativa de vida e seus efeitos na estrutura das famílias. Para isso contribuíram a descoberta dos antibióticos, a pílula anticoncepcional e o desenvolvimento geral da medicina e suas técnicas de diagnóstico avançado. (HOBSBAWM, 1995, p. 265).

Esse *boom* econômico e populacional tem seus reflexos na indústria da construção que se beneficia da enorme transferência de contingentes populacionais das zonas rurais para as urbanizadas. Isso levou à especulação imobiliária em grande escala, com incorporadores imobiliários obtendo lucros incríveis, financiando a construção e depois simplesmente esperando o valor do imóvel subir para vender depois de valorizado. Assim, nessa época as áreas centrais da maioria das grandes cidades ao redor do mundo passaram por uma onda de demolição dos antigos prédios para dar lugar a outros maiores, mais *modernos* e mais lucrativos. Sob o lema da modernização e do progresso econômico, muita destruição de precioso patrimônio construído foi posto abaixo. Hobsbawm (1995, p. 257) afirma que "[...] a

década de 1960 provavelmente ficará como a mais desastrosa na história da urbanização humana".

O Brasil também apresentou nesse período um grande crescimento da sua população e teve na década de 1950 o período de maior aceleração do crescimento absoluto da população com um aumento de 18,1 milhões. E manteve o padrão elevado do crescimento na década de 1960 com um aumento de 23,1 milhões. A população que era de 51, 9 milhões em 1950, passou a 70 milhões em 1960 e depois a 93,1 milhões em 1970, segundo o IBGE (2011, p. 31). O mesmo fenômeno se deu em Belo Horizonte, só que de forma muito mais intensa, visto que a população passou de 352 mil em 1950 para 693 mil em 1960 e, depois explodiu para absurdos 1,23 milhões em 1970, conforme a Prefeitura de Belo Horizonte- PBH (ver tabela 12, página 100). Evidentemente, o processo de especulação imobiliária descrito acima ocorreu também em Belo Horizonte de forma agressiva e ao custo da qualidade de vida e da perda de inestimável patrimônio edificado.

Na década de 1950 inicia-se o fenômeno do crescimento acelerado da população nas áreas urbanas e a respectiva diminuição do volume da população rural no Brasil. A causa dessa migração para as cidades é a atração exercida pelo dinamismo econômico do Parque Industrial do Sudeste (IBGE, 2011, p. 45). Desse modo se constituíram as grandes metrópoles brasileiras da época, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. O resultado desse processo é que hoje o Brasil apresenta 84,4% da sua população vivendo nas cidades. Nos Estados do Rio de Janeiro, Distrito Federal e São Paulo os graus de urbanização são os mais altos do país e chegam a 96,7%, 96,6% e 95,9% respectivamente. Em Minas Gerais o grau de urbanização é por volta dos 85% da população, a oitava mais alta do país. (IBGE, op. cit., p. 46 e 47).

O crescimento desordenado e a degradação da qualidade de vida nas cidades no mundo todo foram as conseqüências do boom econômico que afetaram as populações urbanas de forma mais visível, mas não foram as únicas. O crescimento econômico sem precedentes também causou danos ao meio ambiente que hoje se fazem sentir na forma do aquecimento global e da destruição da camada de ozônio. O preço do petróleo entre 1950 e 1973 em torno de dois dólares foi um dos motores da expansão econômica e do desenvolvimento mundial do pós-guerra. Esse crescimento, que foi grandemente baseado em combustível fóssil- carvão, petróleo, gás natural- gerou o impacto que hoje vemos sobre a natureza, nas áreas urbanas e industriais, mas também nas agrícolas, desde meados do século XX. Isso levou as emissões de dióxido de carbono a quase triplicarem entre 1950 e 1973 (HOBSBAWM, 1995, p. 258).

Naquela época o padrão de consumo médio aumentou bastante, com um número cada vez maior de pessoas tendo acesso a bens e serviços antes restritos a uma minoria. Foi incentivada a criação de um mercado de consumo em massa para dar vazão à produtividade da indústria, especialmente nos EUA, que durante a guerra tinha incrementado muito sua capacidade produtiva para fabricar equipamentos militares para seus aliados. Cardoso (2004, p. 148) argumenta que não bastava produzir muito e estimular os consumidores a comprar, era também preciso reforçar o poder de compra do consumidor. A solução foi ampliar de forma fácil e abrangente o crédito ao consumidor e estimulá-los a trocar seus aparelhos velhos por novos. A implantação do crédito fácil e rápido aumentou em cinco vezes a soma concedida em crédito nos EUA entre 1946 e 1958, e em 1950 ficou ainda mais fácil com a invenção do cartão de crédito. "O que antes era um luxo tornou-se o padrão do conforto desejado, pelo menos nos países ricos: a geladeira, a lavadora de roupas automática, o telefone. [...] Em suma, era agora possível o cidadão médio desses países viver como só os muitos ricos tinham vivido no tempo de seus pais [...]" (HOBSBAWM, 1995, p. 259).

Dessa forma, Cardoso (2004, p. 149) identifica a transformação de uma sociedade de consumo simples em "[...] um estágio inédito de uma sociedade consumista, no qual o consumo se torna a força motriz de toda a economia e no qual a abundância e o desperdício se tornam condições essenciais para a manutenção da prosperidade". Os efeitos nefastos desse modo de vida em que se trocam os produtos e bens duráveis estimulados pela moda ou pela novidade levaram, no final do século XX, a sérios problemas ambientais, devido ao esgotamento de recursos naturais e de fontes de energia, à poluição e ao volume de lixo incrementado pelo descarte de produtos ainda em funcionamento trocados por outros. A euforia consumista do pós-guerra durou trinta anos, e muitos previam que não poderia durar para sempre sem uma crise. A crise do petróleo em 1973 foi a marca do seu fim.

Os interiores das residências começam a ficar abarrotados de novos equipamentos, eletrodomésticos, móveis e acessórios de toda ordem que, de certa forma, forçam um rearranjo interno das casas para que sejam incorporados às atividades do dia a dia. Algumas soluções são adaptações provisórias, mas projetos e reformas que incorporam de forma mais adequada todo o aparato começam a surgir e, nas casas mais abastadas privilegiam a linguagem do Estilo Internacional, que é a manifestação do modernismo arquitetônico herdado do começo do século, mas que retorna com força renovada no pós-guerra. A arquitetura de nomes como Gropius, Mies van der Rohe, Le Corbusier e outros, buscava ser a expressão da simplicidade e da redução da forma à sua essência funcional ideal, perfeita e

definitiva. Para Cardoso (2004, p. 153), “[...] ao longo da década de 1950 foi-se consolidando um novo cânone de gosto no design derivado, na sua origem, dos preceitos funcionalistas genericamente associados à Bauhaus [...]”.

No Brasil, aparece na década de 1950 uma referência a esse Estilo Internacional na decoração em *estilo pé de palito,* no uso de materiais industrializados artificiais como plásticos, fórmica, concreto e tudo que se pudesse associar ao termo *moderno.* Esses novos materiais sintéticos não apareciam somente na arquitetura, mas nos ambientes- especialmente nas cozinhas-, nos móveis e até nas roupas. Segundo Hobsbawm (1995, p. 261) a razão dessa atração por tudo o que fosse tecnológico era porque “[...] a revolução tecnológica entrou na consciência do consumidor em tal medida que a novidade se tornou o principal recurso de venda para tudo, desde os detergentes sintéticos até os computadores [...]”. E inúmeros produtos eram mesmo novidades tecnológicas: televisão, disco de vinil, fita cassete, cd`s, pequenos rádios portáteis transistorizados, relógios digitais, calculadoras de bolso a bateria e depois a energia solar, os eletrodomésticos, equipamentos de foto e vídeo.

A arquitetura moderna no Brasil passa por um processo de amadurecimento na década de 1950, tornando suas propostas mais aceitáveis por uma grande parcela da população. Para isso contribuem muito o clima de euforia desenvolvimentista reforçado pela conquista da copa de 58 na Suécia, a renovação da música pela Bossa Nova, a conquista da Palma de Ouro em Cannes e, principalmente as obras construção de Brasília iniciadas naquela década (VERÍSSIMO E BITTAR, 1999, p. 39 e 40). A aceitação por parte da classe média dos edifícios de apartamentos iniciada na década anterior se consolida definitivamente nos anos 1950, entretanto sem apresentar inovações importantes no modo de morar. A novidade fica por conta da garagem, que começa a aparecer nas casas mais abastadas em decorrência da adoção do automóvel como novo símbolo de status, mobilidade e liberdade (VERÍSSIMO E BITTAR, 1999, p. 53 e 76). Nesse contexto, as transformações dos costumes e dos comportamentos na sociedade da década seguinte já se insinuavam através do *rock and roll, d*o cinema e do vestuário.

São também da década de 1950 algumas iniciativas pioneiras de criação de cursos voltados para a formação de profissionais em desenho industrial, ainda que em nível técnico, como foram os cursos do Museu de Arte de São Paulo- MASP- de 1951, fundado por Pietro Maria Bardi e o curso da UMA- Universidade Mineira de Arte, de 1957. O curso do MASP só funcionou por três anos e foi desativado. Entretanto a UMA, com o nome de Escola Superior

de Artes Plásticas- ESAP da Fundação Mineira de Arte- FUMA tornou-se curso superior em desenho industrial em 1968 (MORAES, 2006, p. 28), e hoje é a Escola de Design da Universidade do Estado de Minas Gerais. Outra escola pioneira no Brasil é a ESDI- Escola Superior de Desenho Industrial, hoje incorporada à Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que ofereceu o primeiro curso de desenho industrial em nível superior da América Latina, em 1963. Entretanto a ESDI nunca possuiu curso de design de interiores ou decoração[7]. A ESAP da FUMA já oferecia o curso de Decoração que hoje é o curso de Design de Ambientes da ED-UEMG. Hoje no Brasil, conforme a Associação Brasileira de Designers de Interiores[8], são cinquenta e três cursos superiores em design de interiores oferecidos por instituições de ensino por todo o país. Somente em Minas Gerais são dez cursos superiores, seis em Belo Horizonte.

Aqueles cursos pioneiros criados nas décadas de 1950 e 1960 já tinham como certa a importância do profissional de design para o desenvolvimento dos produtos industriais no Brasil. Entretanto a atividade projetual em design já existia antes do advento daqueles primeiros cursos, como reconhece Moraes (2006, p. 30). Alguns pioneiros do projeto de móveis já atuavam no país com algum sucesso e seguindo os preceitos modernistas então em voga no mundo todo. Cardoso (2004, p. 159) lista os seguintes nomes: Geraldo de Barros, Henrique Mindlin, Vilanova Artigas, Zanine Caldas, Lina Bo Bardi, Michel Arnoult de São Paulo e Joaquim Tenreiro, Sérgio Bernardes e Sérgio Rodrigues, do Rio de Janeiro, entre outros. Alguns desses profissionais chegaram a constituir diversas empresas, fábricas e lojas para comercializar a produção dos seus móveis. Esse empreendedorismo se justificava devido ao bom momento econômico e político pelo qual passava o país. Esse bom momento é bem caracterizado nessa passagem de Rafael Cardoso:

> A fecundidade de propostas de trabalho nesse período em torno do design de interiores reflete um momento de grande importância na formação do Brasil contemporâneo. Sob o segundo governo Vargas e sob Juscelino Kubitschek, o País experimentava uma verdadeira febre de modernização, de rejeição anunciada das tradições patriarcais e de renovação de valores de costumes. Nada mais adequado para uma nação que buscava se livrar de velhos trastes da cultura e da política que trocar também os velhos trastes que mobiliavam as salas e os quartos de dormir das suas elites. (CARDOSO, 2004, p. 160).

Em vinte anos, a partir de meados da década de 1950, o êxodo rural e conseqüente explosão de crescimento urbano no mundo como um todo transforma as cidades ao ponto de

---

[7] Só constam no curso de graduação em Desenho Industrial as habilitações em Projeto de Produto e Comunicação Visual, conforme o < http://www.esdi.uerj.br>, acesso em 30/09/2011.
[8] Disponível em: <www.abd.org.br>, acesso em 30/09/2011.

torná-las irreconhecíveis. Em outros locais do planeta essa mudança se deu num período ainda mais curto- entre 1962 e 1971- como em boa parte das grandes cidades da América Latina e do Brasil. O fato inesperado, segundo Hobsbawn (1995, p. 285), é que o declínio da população agrícola não ocorreu somente nos países industrializados [contrariando as previsões], mas também nos países pobres, com os da América Latina. No Brasil, entre 1960 e 1980 a porcentagem de camponeses se reduziu quase à metade.

Os motivos desse êxodo maciço do campo devem-se em parte ao progresso agrícola, que promoveu uma formidável explosão de produtividade por hectare, por meio de investimento de capital intensivo, e com uso de grande quantidade de maquinário, mas também de irrigação, adubos e pesticidas químicos, criação seletiva e até biotecnologia. Dessa forma, a urbanização ocorrida a partir da segunda metade do século XX esvaziou o campo e encheu as cidades de praticamente todas as partes do globo- exceto na China e na Índia- de forma inédita até então. Multiplicaram-se as cidades com muitos milhões de habitantes- em geral as capitais-, sendo as maiores localizadas no terceiro mundo: Cairo, Cidade do México, São Paulo e Xangai, todas acima de 10 milhões de habitantes. Curiosamente, as cidades grandes de países desenvolvidos, como Nova York, Paris, deixaram de fazer parte do time das maiores do mundo (HOBSBAWM, op. cit., p. 287 e 288). Belo Horizonte passa por esse mesmo processo entre os anos 1950 e 1970, aumentando a área urbanizada do município a ponto de hoje não existir mais área rural dentro dos seus limites. O censo de 2010 aponta todos os moradores da cidade em domicílios localizados em área urbana. (IBGE, 2011, p. 158).

Os problemas advindos dessa urbanização súbita e quase sempre sem o mínimo planejamento ou controle, se multiplicavam em proporções muito acima da capacidade de se encontrar solução que lhes pudesse fazer frente. O mais visível desses problemas é o exemplo do tráfego urbano, que entra em colapso devido à utilização maciça de veículos particulares. O que resulta na disseminação por todas as grandes cidades da adoção de novos sistemas de metrô e transporte rápido suburbano, sendo construídos ao mesmo tempo de Viena a São Francisco, de Seul ao México. E também em São Paulo e no Rio, apesar de nelas ainda predominar os velhos sistemas obsoletos e inadequados- ônibus, táxis, etc.- fazendo seus habitantes gastar várias horas por dia na ida e na volta do emprego. (HOBSBAWM, 1995, p. 288 e 289). Belo Horizonte até hoje, em 2011, se ressente da falta de investimentos em metrô ou outras soluções de transporte coletivo mais efetivas para os problemas do trânsito.

3.3 As transformações sociais e culturais

Desde meados dos anos 1940, para os ricos habitantes das partes desenvolvidas do mundo, as mudanças já vinham ocorrendo de forma constante e eles já vivenciavam as inovações culturais e tecnológicas em seu cotidiano. Entretanto, as mudanças foram súbitas e radicais na maior parte do planeta. Hobsbawn (1995, p. 283) diz que "[...] para 80% da humanidade, a Idade Média acabou de repente em meados da década de 1950, ou talvez melhor, *sentiu-se* que ela acabou na década de 1960". Essa mudança deve-se não só ao grande desenvolvimento econômico, que permitiu a formação de uma sociedade de consumo ou consumista, nem somente ao desenvolvimento científico e tecnológico das nações mais desenvolvidas, mas principalmente, segundo o autor a um maciço e abrangente esforço de educação da população por parte dos seus governos.

A extinção de postos de trabalho no campo é acompanhada de um crescimento da oferta de trabalho nas cidades em que se exigiam educação secundária ou superior. A educação primária universal que promovesse uma alfabetização básica passou a ser objetivo da maioria dos Estados. Ocorreu também na educação universitária uma explosão dramática e inédita até então dos seus números. Mesmo nos países mais desenvolvidos- Alemanha, França, Grã-Bretanha- a taxa de universitários era em média 0,1% antes da Segunda Guerra Mundial. Esses índices saltaram para 2,5 e até 3% da população- trinta vezes mais- em 30 anos. A educação superior era a melhor, senão a única, chance que as famílias viam para que seus filhos viessem a conquistar uma renda melhor e um status social superior ao de seus pais. A maioria dos estudantes, é evidente, vinha de famílias em melhores condições que a média, mas não que fossem necessariamente ricas e, na maioria das vezes os sacrifícios que os pais faziam eram reais. Assim foi possível, nessa época de abundância econômica, para incontáveis famílias modestas de empregados de escritórios, funcionários públicos, lojistas, pequenos comerciantes, fazendeiros e outros, arcar com os custos do estudo dos filhos. (HOBSBAWM, op. cit., p. 289- 292).

Hobsbawn (op.cit., p. 294) nota que essa população de milhões de universitários era um fator novo na política e na cultura até então. Outra novidade desse contexto era o número grande e crescente de mulheres na população de estudantes universitários, fato que teria desdobramentos futuros e que iria provocar mudanças no mercado de trabalho e na estrutura das famílias em poucos anos mais à frente.

Apesar das previsões em fins da década de 1950 sobre a chegada iminente de uma *sociedade pós-industrial*, as classes operárias industriais não apresentaram declínio numérico antes de 1980, mesmo com a eliminação da mão-de-obra humana promovida pelas transformações técnicas da produção. Os EUA são a exceção. Lá, a porcentagem de pessoas empregadas em fábricas começou a cair depois de 1965 e a queda foi maior após 1970. De acordo com Daniel Bell (1999, p. 134 tradução nossa), "[...] em 1956, pela primeira vez, o grupo dos trabalhadores de *colarinho branco* [da área administrativa] ultrapassou em número o grupo dos *colarinho azul* [trabalhadores da área da produção]", Bell ainda previu que por volta de 1980 a proporção seria de cinco para três a favor dos *colarinho branco*. No resto do mundo, especialmente onde a industrialização era mais recente, como Europa Oriental, partes do Terceiro Mundo- Brasil, México, Índia, Coréia e outros- e até no Japão, o número de proletários aumentou, conforme Hobsbawm (1995, p. 296 e 297). Ele ainda acrescenta que só nas décadas de 1980 e 1990 foi possível detectar uma grande redução da classe operária.

Contudo, se não houve mudanças quantitativas, elas vieram qualitativamente no processo de produção, já que as velhas indústrias do século XIX e início do XX perderam importância e declinaram. Hobsbawm (op. cit., p. 297) cita o caso da indústria siderúrgica americana, que nos anos 1990 empregava menos pessoas que as lanchonetes McDonald's. Aquelas indústrias tradicionais, quando não desapareceram, mudaram-se para novos países industriais. Moraes (2006, p. 206- 208) se refere a essa transferência da produção industrial "do Norte para o Sul", que levando todo o risco ambiental e a poluição para os novos locais de produção, enquanto no país de origem permanece o comando estratégico da empresa. Os produtos têxteis, roupas e calçados migraram em massa para a Ásia, principalmente. Da mesma forma, indústria do ferro, aço e indústria naval praticamente desapareceram dos países de industrialização mais antiga, para reaparecer no Brasil, na Coréia, na Espanha, Polônia e Romênia (HOBSBAWM, op. cit., p. 297).

Em muitos países de industrialização recente ou NICs- Newly Industrializing Countries- como a Coréia do Sul, Cingapura, Taiwan, Índia, México e Brasil, foi adotado o modelo de desenvolvimento econômico planejado ou patrocinado pelo estado, e teve seu auge nos anos 1970. Essa economia mista, como ficou conhecida, gerou taxas de crescimento anual excepcionalmente altas no México e no Brasil, mas também muita burocracia, corrupção e desperdício. Hobsbawm (1995, p. 344) ainda acrescenta: "A certa altura, o setor público brasileiro era responsável por cerca de metade do Produto Interno Bruto e representava dezenove das vinte maiores empresas [...]". A capacidade produtiva dependia do governo.

No Brasil, após o golpe militar de 1964, o governo traça um programa de desenvolvimento que prioriza investimentos em diversos setores industriais do país e estimula o setor privado e as exportações com redução de impostos, atraindo a implantação de diversas empresas multinacionais. Segundo Moraes (2006, p. 81- 85), essa forma de industrialização não promovia o desenvolvimento autossustentável, pois não estimulava a pesquisa e desenvolvimento de tecnologias nacionais. Mesmo assim o autor relata um grande crescimento do Produto Interno Bruto no país entre 1967 e 1973 da ordem de 11,2% ao ano, com destaque para o ano de 1973 quando o PIB cresceu 14% (MORAES, op.cit., p. 86). O fenômeno ficou conhecido com o *milagre econômico brasileiro*. A transferência de tecnologia dos países mais avançados para os mais atrasados teve um efeito negativo no campo do design. Cardoso (2004, p. 191) argumenta que a política das empresas multinacionais de importar projetos diretamente da matriz mantinha a relação de dependência e atrasava a evolução do design, como realmente se verificou no Brasil.

Em relação à questão da dependência tecnológica, Bonsiepe (1983) argumenta que só as instituições governamentais teriam poder suficiente para fazer frente a esse esquema assimétrico da distribuição da tecnologia e deveriam, portanto, tomar medidas para contrabalançar o desequilíbrio em o *Centro e a Periferia*[9] (BONSIEPE, 1983, p. 14). O autor defende uma política de desenvolvimento baseada em fomento estatal, inovação tecnológica e investimento em design [desenho industrial] em conjunto com as empresas locais, para reverter a situação que ele dizia ser alarmante. Como fica evidente nesse exemplo do número de patentes na *Periferia*:

> Outro indicador desse *desequilíbrio tecnológico* são as patentes; apenas 1% das patentes registradas nos países periféricos são criadas na Periferia, sendo seu rendimento econômico estimado em 0,1%, no conjunto, em comparação com os outros; isto é, o efeito econômico das patentes locais é praticamente nulo. (BONSIEPE, op. cit., p. 13).

O impacto da nova industrialização promoveu uma transformação na sociedade e na cultura dos novos países industrializados, só que de forma mais abrupta do que tinha sido antes nos mais desenvolvidos. Apesar de o regime ditatorial brasileiro não priorizar o desenvolvimento social, percebe-se a partir daí o crescimento significativo de um mercado interno de consumo, com o aparecimento de uma "[...] classe de consumidores de nível

[9] Centro e Periferia são os termos usados pelo autor para denominar os países mais desenvolvidos tecnologicamente e os demais, dependentes e afastados dos centros das decisões econômica,.

médio, proveniente, entre outras, das empresas estatais, [...] dos parques produtivos industriais locais e das multinacionais estabelecidas no Brasil" (MORAES, op. cit., p. 94). Numa população que chegou aos 100 milhões nos anos 1970- segundo o IBGE (2011, p. 31)- o mercado consumidor era estimado em 13,5 milhões de pessoas adultas com renda entre 650 e 1300 dólares (MORAES, op. cit., p. 96).

Até a década de 1960 os fabricantes ainda não dispunham de ferramentas como as pesquisas de mercado e o *marketing* que os orientassem sobre o que queria essa multidão de consumidores. A publicidade, segundo Cardoso (2004, p. 181), na década de 1950 atingiu sua maioridade como um fenômeno cultural e econômico importante, quando as grandes empresas passaram a investir de forma maciça em grandes campanhas em extensão inéditas até então. Surge o marketing como instrumento de promoção das vendas, apoiado em pesquisas de mercado e centrado no consumidor, ao contrário da publicidade das décadas anteriores que era centrada no produto. O design, nesse contexto, passa a ser uma ferramenta estratégica de concorrência e diferenciação entre os produtos. Com a chegada da televisão, consolida-se todo esse sistema apoiado no design, publicidade e marketing. Surge o conceito de estilo de vida [lifestyle, no original em inglês], que Cardoso (op. cit., p. 181) define assim:

> É em torno da televisão que se cristaliza um dos conceitos fundamentais do design e do marketing no mundo pós-moderno: o que foi batizado em inglês de lifestyle, ou estilo de vida. Mais do que o sentido aparente do termo, trata-se da idéia de que uma mercadoria não deve ser projetada apenas como um produto isolado, julgado por padrões imanentes como função ou forma, mas como uma peça inserida em toda uma rede de associações e atividades que juntas geram uma imagem e uma auto-imagem do consumidor/usuário.

Com essa nova visão do produto não como uma entidade isolada, a essência da prática do design profissional sofre uma transformação importante, pois começa a se distanciar do paradigma funcionalista, racional e universal tão caro aos modernistas.

Hobsbawm (1995) aponta com certa desilusão que o *boom* de desenvolvimento, aumento de renda, pleno emprego e sociedade de consumo de massa acabaram por minar a antiga coesão da classe operária nos países mais desenvolvidos- Grã-Bretanha, em especial- onde "[...] a prosperidade e a privatização destruíram o que a pobreza e a coletividade na vida pública haviam construído" (HOBSBAWM, op. cit., p. 301). O desmantelamento do movimento operário potencializou os efeitos do surto de desemprego em massa da década de

1980, quando os operários não qualificados foram substituídos por máquinas automatizadas e muitas indústrias manufatureiras fecharam as portas. A destruição dos valores coletivos e do senso gregário de comunidade em favor de um individualismo exagerado, típico do final do século XX, juntamente com a incapacidade dos Estados em representar os indivíduos, é apontada por muitos autores, como Bauman (in: PALLARES-BURKE, 2004), Morin (2003) e Guattari (1995), como um dos paradoxos do desenvolvimento nos séculos XX e XXI, assim colocado por Zigmunt Bauman:

> Vivemos em tempos de desregulamentação, de descentralização, de individualização, em que se assiste ao fim da Política com P maiúsculo e ao surgimento da *política da vida*, ou seja, que assume que eu, você e todo o mundo deve encontrar soluções biográficas para problemas históricos, respostas individuais para problemas sociais. Nós, indivíduos, homens e mulheres na sociedade, fomos, portanto, de modo geral, abandonados aos nossos próprios recursos. (BAUMAN in: PALLARES-BURKE, 2004).

Um fato marcante das sociedades ocidentais em anos recentes, afirma Kumar (1997, p. 179), é o que o estímulo à individualização promoveu uma liberdade maior nas relações entre patrões e empregados, pais e filhos, homens e mulheres. O autor adverte que "o individualismo tem muitas faces e uma delas é a irresponsabilidade social inescrupulosa". Ele ainda acrescenta que "[...] o novo individualismo produziu, ao que parece, um efeito muito forte sobre as mulheres, estimulando-as a tentar realizar-se mais no mundo dos negócios e como profissionais liberais [...] sem depender dos homens" (KUMAR, loc. cit.).

As motivações das mulheres casadas da classe média para entrar no mercado de trabalho tinham nas décadas de 1960 e 1970 uma "forte carga ideológica", de acordo com Hobsbawm (1995, p. 311), ele afirma que eram motivações menos econômicas e mais para romper a esfera doméstica, numa demanda por liberdade e autonomia, deixando de ser "um apêndice do marido e da casa" para ser vista como indivíduo e não como "membro de uma espécie": esposa e mãe. (HOBSBAWM, 1995, p. 311 e 312). Isso dificilmente teria sido possível sem a diminuição do número de filhos, mesmo com toda a mecanização das tarefas domésticas, especialmente pela máquina de lavar e com a oferta de alimentos preparados e congelados.

Dramáticas transformações das convenções de comportamento social e pessoal ocorrem no mundo ocidental a partir da década de 1960. É a chamada revolução cultural. As revoltas estudantis de maio de 1968 em Paris e outras cidades européias e, no ano seguinte o

festival de Woodstock são dois desdobramentos dessa mudança de mentalidades As convenções que começaram a ser contestadas nessa época são aquelas herdadas do século XIX quando a grande maioria da humanidade possuía algumas características comuns: a existência de casamento formal; a família nuclear; a superioridade dos maridos em relação às esposas- patriarcado- e dos pais em relação aos filhos, assim como em relação às gerações mais jovens; famílias numerosas formadas pela coabitação de várias pessoas. Esses modos de viver vigoraram até meados do XX, quando começaram a mudar muito rapidamente, e essa revolução ocorreu de forma semelhante ao redor de todo o mundo, ou pelo menos em grande parte dele (HOBSBAWM, 1995, p. 315).

Irrompe uma crise nas relações entre os sexos que podia ser percebida nos divórcios, nascimentos ilegítimos e no aumento de famílias monoparentais[10], principalmente de mães solteiras. O crescimento de uma cultura jovem forte e completamente diferente da dos seus pais mostrava também uma crise profunda na relação entre as gerações. A faixa etária dos quatorze aos vinte e cinco anos formava, entre 1970 e 80, um grande mercado de consumo. É o surgimento do segmento do mercado de consumo adolescente, mas também o início do consumo da rebeldia e da atitude jovem e conseqüente início de sua diluição. (HOBSBAWM, 1995, p. 317 e 318).

Uma das peculiaridades da nova cultura jovem nas sociedades urbanas foi sua grande difusão internacional. Suas marcas adotadas, inclusive na URSS a partir da década de 1960, eram o rock e os jeans que se tornaram símbolos da juventude moderna. Hobsbawm (1995, p. 320) conta que o *blue jeans* "[...] introduzido nas universidades americanas por estudantes que não queriam parecer com seus pais", terminou sendo adotado por indivíduos das outras faixas etárias e foi assimilado pela indústria da moda rapidamente.

O poder aquisitivo dos jovens que entravam no mercado de trabalho nas décadas de 1950- 60 era muito maior que o das décadas anteriores, assim também era o de seus pais. A exploração desse mercado jovem em meados da década de 1950 que revolucionou o comércio da música popular e, na Europa, o mercado de massa das indústrias da moda. A cultura jovem tornou-se a base da revolução cultural generalizada nos modos e costumes, nas formas de lazer e nas atividades comerciais, que eram cada vez mais parte dos modos de vida urbana ocidental. Esse modo de vida urbano informal foi uma forma conveniente de rejeitar os valores das gerações paternas ou, mais precisamente, uma linguagem em que os jovens

[10] Termo usado em estudos demográficos para designar o arranjo familiar formado por só um dos pais junto com os filhos. Encontramos o termo em Berquó (1989) e Tramontano (1993b).

podiam buscar meios para lidar com um mundo novo no qual as regras e os valores dos mais velhos mais pareciam não ter mais valor (HOBSBAWM, 1995, p. 321-325).

Essa revolução cultural expôs o triunfo do indivíduo sobre a sociedade. Por todo mundo as redes de parentesco, comunidade e vizinhança em que se baseava a sobrevivência econômica e o sucesso foram solapadas pelo novo individualismo moral. "A família tradicional e as igrejas organizadas tradicionais no ocidente desabaram de uma forma impressionante no último terço do século XX", constata Hobsbawm (1995, p. 320). Essa drástica perda de relevância e influência da igreja e seu conseqüente esvaziamento se dão porque normas de vida e moralidade da igreja se chocam de frente com a realidade do comportamento dos jovens, e depois de toda a sociedade, no final do século XX. O autor vê conseqüências sérias dessa dissolução dos laços familiares tradicionais para economia, pois a família sempre fora um meio para a cooperação social e não somente um mecanismo para reproduzir-se. Foi assim nas economias agrárias e ainda era nas industriais. Mas ele acrescenta:

> O drama das tradições e valores desmoronados não estava tanto nas desvantagens materiais de não ter os serviços sociais e pessoais outrora oferecidos pela família e pela comunidade [...]. Estava na desintegração dos velhos sistemas de valores e costumes, e das convenções que controlavam o comportamento humano. (HOBSBAWM, op. cit., p. 334)

A melhor forma de entendermos essa revolução cultural é através da análise de suas implicações na família e na casa. O primeiro indicador das transformações na estrutura das famílias é o número de divórcios. Esses números aumentaram muito a partir das décadas de 1970 e 1980, especialmente Inglaterra e no País de Gales, mas também em países católicos como França, Bélgica e Itália. Tramontano (1993 b, p. 7) cita que o número de divórcios na França mais que dobrou entre 1972 e 1984, e que essa é a principal causa do aumento do número de famílias monoparentais nos países industrializados. A família com só um dos cônjuges- quase sempre a mulher- cuidando dos filhos, apresenta um incremento nos EUA, Alemanha, Suécia e França. Alguns dos desdobramentos dessas mudanças no campo da habitação são assim descritos pelo autor: "As separações multiplicam o número de grupos domésticos, diminuindo seu tamanho médio. O cônjuge que passa a morar só necessita de espaço para receber os filhos nos finais de semana" (TRAMONTANO, loc. cit.), e acrescenta que provavelmente haverá uma queda no nível de vida após a separação, levando um ou mais filhos a começar a trabalhar, com prováveis efeitos na organização do grupo doméstico e na configuração dos seus espaços residenciais.

A família nuclear tradicional- pai e mãe com filhos- teve seus percentuais em visível declínio. Sendo que nos EUA, esse grupo caiu de 44% para 29% dos domicílios entre 1960 e 80. Na Suécia, caiu de 37% para 25%. E em outros países desenvolvidos, como Canadá, Alemanha Ocidental, Países Baixos, Grã Bretanha, onde em 1960 eram mais de 50%, nos anos 1990 eram uma clara minoria (HOBSBAWM, 1995, p. 316). Esse modelo de arranjo doméstico passa por uma diminuição do número de filhos, o que leva à redução do tamanho médio da família, e ao mesmo tempo diminui sua participação no total dos grupos domésticos. A participação da família nuclear no total sofre uma queda nos EUA, Alemanha, Suécia e França, no período de finais dos anos 1960 a início dos 1980. Além de diminuir de tamanho e peso na sociedade, a família nuclear tradicional sofre alterações internas importantes com as mães trabalhando fora e os filhos na escola, reforçando ainda mais a independência e o individualismo de seus membros. Essa nova família nuclear vai demandar um tipo de residência com espaços que preserve a individualidade de seus membros, suas novas funções e novos hábitos. (TRAMONTANO, 1993 b, p. 9).

Se as sociedades, os comportamentos, a cultura, as técnicas, as instituições e as pessoas estavam mudando muito, era de se esperar o surgimento de novas demandas e a configuração de novas espacializações, novos espaços de moradia. Entretanto, desde que o crescimento urbano acelerado transformou a casa em mercadoria, o fator econômico passa a ter um peso enorme no programa da moradia. A casa agora tem que funcionar, abrigar, dar conforto e segurança, mas tem também que dar lucro. Por isso o modelo modernista de edificações racionais, padronizadas e em série tenha sido tão largamente adotado pelo mercado de construção. Malard (2006, p. 126) critica essa apropriação da "[...] estética do Movimento Moderno [...] para tornar mais eficiente o processo de acumulação de capital". O fato é que as possíveis transformações ou inovações nos modos de morar e nas residências esbarravam agora em obstáculos de ordem econômica, não dependiam mais só da técnica e da engenhosidade de sua criação. E muito do que foi feito e divulgado como inovação nas casas desde então tem mais a ver com a diminuição do seu tamanho e do seu custo.

Os interiores modernistas também apresentavam a mesma austeridade e racionalidade de sua arquitetura. As intenções iniciais eram se opor à decoração excessiva e desnecessária e ressaltar as virtudes da padronização e da produção em massa. Os arquitetos do modernismo retomaram a responsabilidade pelo interior. "Um prédio moderno era uma experiência total; não só a disposição interna, mas também os materiais de acabamento, a decoração, os acessórios e a localização das cadeiras eram planejados". (RYBCZYNSK 2002,

p. 211). O resultado eram espaços de grande consistência visual, sendo mais admirados "[...] aqueles onde tudo havia sido projetado por um só arquiteto" (Idem, loc. cit.). Entretanto, mesmo admirando sua coerência visual, o autor alerta o estilo modernista estava deixando de lado o verdadeiro sentido de conforto e bem-estar que as casas deveriam possuir. Na sua concepção, os móveis modernistas, em sua maioria ícones do design e sucesso de mercado, não são nem confortáveis nem adequados ao bem-estar doméstico, pois seus projetos priorizam o fator estético e intelectual.

O design do móvel moderno foi pensado, no começo do século XX na Bauhaus, para ser fabricado em série pela indústria, portanto barato e acessível ao maior número possível de pessoas de todos os estratos sociais. Por ironia, aconteceu justamente o oposto. Uma boa cadeira modernista original pode ter o preço de uma obra de arte, é para poucos. A cadeira moderna não apresenta o custo baixo condizente com um produto industrial e não é sequer confortável. Se ela foi tão usada em tantos projetos é porque, de acordo com Rybczynski, o parâmetro para avaliar uma cadeira moderna não é mais o conforto, pois "[...] agora ela pode ser apreciada intelectualmente". Ele acrescenta que as pessoas não sentem conforto nessas cadeiras, mas "[...] estão dispostas a suportar o desconforto em nome da arte- ou do prestígio" (RYBCZYNSKI, op. cit., p. 218). Podemos supor que quem compra uma cadeira moderna ou contrata um profissional para fazer um interior moderno conhece os códigos dessa linguagem e se sente atraído pela idéia por trás do objeto: a liberdade e a flexibilidade dos arranjos modernos descritos por Baudrillard.

O cenário no Brasil na década de 1970 passava pelas mesmas transformações em andamento no mundo todo, guardadas as devidas proporções. Se os modos de morar pouco mudaram desde a verticalização das moradias consolidada entre 1950 e 1960, começam a surgir nesse período algumas tentativas de inovação. Os condomínios fechados são lançados como uma alternativa às condições de vida já bem deterioradas nas grandes cidades. Conforme Veríssimo e Bittar (1999, p. 28) o mercado se aproveita dessas condições urbanas desumanas e anuncia uma diversidade de serviços e facilidades para o usuário, como lazer, conforto e segurança, ao custo de ficar isolado do resto da cidade. Nos anos 1980, essas conveniências vão ser levadas ao extremo de sofisticação com os *flats*, onde "[...] o usuário só teria o trabalho de ir e vir, às vezes em transporte exclusivo, oferecido pela administração do empreendimento" (VERÍSSIMO E BITTAR, loc. cit.). Entretanto, esse período entre os primeiros anos da década de 1970 e os últimos da década seguinte foi de aguda crise econômica no Brasil, reduzindo investimentos e paralisando a construção civil, a arquitetura e as possíveis inovações nessa área.

A crise do petróleo, que disparou a crise econômica, aconteceu porque OPEP- Organização dos países exportadores de petróleo- aumentou subitamente o preço do barril, impondo a todo o mundo consumidor um aumento nos custos de importação. O primeiro choque ocorreu em 1973, quando os países produtores diminuíram a produção, elevando o preço do barril de 2,90 para 11,65 dólares em apenas três meses. O segundo choque se deu em 79. A paralisação da produção iraniana, devido à revolução Islâmica, provocou a elevação do preço médio do barril ao equivalente hoje a 80 dólares[11].

Após 1973, por quase vinte anos, o mundo entra em séria crise econômica devido ao choque dos preços do petróleo, o que gera uma depressão na economia que dura de 1973 a 1983. Acaba o ciclo de crescimento que predominou desde o fim da Segunda Guerra Mundial. E, por fim, causa o esfacelamento da URSS, no final da década de 1980. Desemprego, pobreza e enormes desigualdades sociais e econômicas foram as conseqüências em todo o mundo e, de forma mais acentuada ainda no Brasil. (HOBSBAWM, 1995, p. 393- 397).

O Brasil importava 80% do petróleo no auge da crise, o que fez com que a economia do país entrasse em colapso quando a inflação anual disparou e a dívida externa passava da centena de bilhões de dólares na década de 1980. A crise de 1973 acelerou ainda mais o processo de globalização econômica, que se iniciou lentamente na década de 1960, mas disparou muito nas décadas de 1980 e 1990.

A globalização, para Milton Santos (2006, p 23), pode ser entendida como o "[...] ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista" em que graças aos avanços da ciência chegou-se a um sistema controlado pelas tecnologias da informação, que fazem o papel de elo entre os demais sistemas, unido tudo numa abrangência planetária.

Associada à globalização está a adoção generalizada da economia neoliberal na década de 1980, o que na verdade traduziu-se em políticas de privatização maciça e capitalismo de livre mercado impostas a governos à beira da falência, "[...] fossem elas imediatamente relevantes para seus problemas econômicos ou não" (HOBSBAWM, 1995, p. 420). O capitalismo neoliberal foi adotado sem muita resistência ou crítica na Rússia pós-URSS, Brasil, Argentina, e outros.

O fim da União Soviética em 1989 e, nos anos seguintes, dos demais países socialistas da Europa Oriental, para o historiador do breve século XX, coincide com o fim do século em si. A queda do muro de Berlim é o símbolo da dissolução daqueles regimes e o símbolo do fim de uma era, pois acabava junto com o muro também a oposição entre o

[11] Informações dos valores obtidos em: <www1.folha.uol.com.br/dinheiro/petróleo_choque1.shtml>. Acesso em 04/10/2011.

capitalismo e o comunismo, cuja encarnação era o antagonismo entre EUA e URSS. Terminou a Guerra Fria e com ela a ameaça de holocausto nuclear que pairava sobre o mundo havia quatro décadas. Apesar da euforia no mundo ocidental, restavam ainda muitas incertezas sobre o que estava por vir e qual seria a nova ordem mundial. Para Hobsbawm "[...] só uma coisa parecia firme e irreversível entre essas incertezas: as mudanças fundamentais, extraordinárias, sem precedentes que a economia mundial, e conseqüentemente as sociedades humanas, tinham sofrido desde o início da Guerra Fria" (HOBSBAWM, 1995, p. 252). A era dos extremos chegou ao fim e deixou um legado para o século XXI ainda a ser avaliado.

No campo das artes, o papel da tecnologia foi fundamental e promoveu uma revolução nas suas formas e na sua abrangência, tornando-as presentes em todos os cantos do globo. Isso se deu primeiro com o rádio tanto no mundo desenvolvido quanto no restante. Essa abrangência universal do rádio só foi possível graças ao advento do transistor, que o tornou portátil e cada vez menor, além da bateria elétrica de longa duração, que o fez independente das redes de energia elétrica das áreas urbanas.

Depois veio o disco de vinil- o *LP*- como uma mídia sucessora dos discos de 78 rpm e reinou até o final da década de 1980, quando o CD o suplantou. E depois a música digital em arquivos mp3 veio para substituir o CD em sua portabilidade radical. Dessa forma, desde a década de 1980 a música podia estar em toda parte: acompanhando privadamente qualquer atividade, por meio de fones de ouvido ligados a aparelhos de bolso baratos, feitos na China, ou similares. Hoje os telefones celulares tocam música e reproduzem vídeos, assim a televisão se tornou portátil também.

Na vida doméstica, a televisão teve o grande mérito de levar a imagem em movimento para dentro das casas. A despeito do seu preço, não demorou a se tornar universal e acessível mesmo para os pobres nos países atrasados, como no Brasil, principalmente na periferia das cidades. Hobsbawm estima que "[...] na década de 1980, cerca de 80% de um país como o Brasil tinha acesso à televisão". Nos EUA a televisão substitui "[...] tanto o rádio quanto o cinema como a forma padrão de diversão popular na década de 1950, e na próspera Grã-Bretanha, na década de 1960" (HOBSBAWM, 1995, p. 484). Depois veio o videocassete que, mesmo ainda sendo caro inicialmente, oferecia a possibilidade de se ver o que quiser e principalmente quando quiser. No final do século XX, com a disseminação dos computadores pessoais e mais ainda com o advento da rede mundial de computadores com acesso doméstico barato, o mundo está conectado com a casa e com seus habitantes através dessa nova mídia. "A novidade era que a tecnologia encharcara de arte a vida diária privada e pública". (HOBSBAWM, 1995, p. 502).

A cultura comum de qualquer país urbanizado de fins do século XX está baseada na indústria de diversão de massa- cinema, rádio, televisão, música popular. E a maior inovação dos interiores na virada do milênio era que essas formas de lazer e cultura estavam entrando definitivamente na vida doméstica via computador, televisão digital, telefone celular e outras mídias, e dessa forma, transformando a configuração desses interiores e gerando novas espacializações, novos arranjos e ambiências. Não só o espaço físico das casas e seus componentes tinham mudado no final do século XX, mas mudou também o cliente/usuário com quem o designer agora tem que lidar. Seu nível de conhecimento, informação e interesse nos assuntos de design, decoração e artes é bem maior que era 40 ou 50 anos atrás.

As famílias não eram mais tão imutáveis, estáveis e definitivas. Os arranjos familiares mais tradicionais estavam perdendo terreno para outros mais flexíveis e fluidos, criando novas possibilidades e abertas a novos tipos de relação. A percepção dessas mudanças já era sentida antes mesmo do novo século, mas somente se fizeram sentir na realidade do dia a dia da atividade profissional depois de consolidadas as conquistas e inovações tecnológicas que eram meras possibilidades no final do século passado. Mas, quando o segundo milênio chega ao seu final, a ciência e a tecnologia já eram tão importantes que a vida diária na maior parte do planeta seria inconcebível sem elas.

3.4 A era pós-industrial

Dentre as muitas transformações ocorridas no século XX que mais influenciaram o modo de vida das pessoas destacam-se três. Em primeiro lugar, com a ascensão e protagonismo dos EUA, o mundo deixa de ser eurocêntrico. As grandes potências de 1914, todas européias, desapareceram ou tiveram sua influência reduzida a um âmbito regional. Com isso, as indústrias migraram para outras partes do mundo, o comércio também. Em segundo lugar, a globalização econômica acelerada, que transformou muitas atividades econômicas, técnicas e até a ciência, e também mudou aspectos fundamentais da vida privada, principalmente em razão da aceleração inimaginável dos transportes e da comunicação. (HOBSBAWM, 1995, p. 22-24). Por fim a perturbadora desintegração de velhos padrões de relacionamento social humano, e com ela, a quebra dos elos entre as gerações e entre passado e presente. Isso ficou bem mais evidente nos países desenvolvidos, onde predominaram os valores de um “individualismo associal absoluto”, que levou à emergência de um tipo de sociedade “[...] formada por um conjunto de indivíduos egocentrados sem outra conexão entre

si, em busca apenas da própria satisfação- o lucro, o prazer, ou seja lá o que for [...]". (HOBSBAWM, 1995, p. 25).

Apesar da sua importância, o comportamento coletivo dos seres humanos e do conjunto de suas instituições públicas teve muita dificuldade para se adaptar ao processo de globalização cada vez mais acelerado, ao mundo da televisão por satélite, ao correio eletrônico, ao turismo internacional e ao emprego transoceânico. Por outro lado, o comportamento humano privado teve menos dificuldade de se acomodar a esse processo, como observa Hobsbawm (1995, p. 24). Nosso interesse recai exatamente sobre os comportamentos privados, pois são esses que vão ter seu lugar no espaço doméstico e refletir na sua organização espacial.

A transição da era agrária para a industrial não se fez de uma hora para outra, nem aconteceu em todos os lugares desenvolvidos num mesmo momento. Assim também foi a passagem da era industrial para a pós-industrial, só que acelerada pela velocidade das comunicações do final do século XX. Hoje se vê claramente nos países periféricos e mesmo nos centrais uma superposição dessas etapas do desenvolvimento, todas convivendo em diversos graus na mesma sociedade. De fato, uma nova etapa não elimina as anteriores, pois [...] "na transição da sociedade industrial para a pós-industrial passam a conviver de modo turbulento tanto os remanescentes da época rural quanto a presença industrial e as inovações pós-industriais" (DE MASI, 2000, p. 29). Hoje no Brasil ainda há contingentes da população na fase da economia agrária, outra grande parte está na fase industrial, e há uma parte já ultrapassando a economia dos modos de produção industrial. Podemos listar no mundo grandes regiões em que as indústrias e seus produtos sequer chegaram. São esses contrastes que mostram o grau de complexidade e fragmentação do cenário contemporâneo.

Atualmente grande parte das características que definiram a era industrial está em processo de radical transformação. Algumas dessas características, como o predomínio numérico dos trabalhadores da indústria, a predominância econômica do setor secundário, a divisão clara entre empregador e empregado e a fábrica como o local de trabalho, estão atualmente em franca decadência. Desde as últimas décadas do século XX, a mecanização e automação das fábricas vêm reduzindo o número de operários da indústria de transformação, enquanto o setor de serviços emprega mais que a indústria, como já Daniel Bell (1999) no início dos anos 1970.

No Brasil o peso do setor de serviços na composição do Produto Interno Bruto- a soma de todas as riquezas produzidas- ultrapassou a soma da indústria e da agricultura. Em

1998, 56,0% do PIB vinham do setor de serviços, 8,0% da agricultura, 36,0% da indústria (MORAES, 2006, p. 234). Em 2000, a contribuição do setor industrial foi ainda menor, caindo para 27,7%, enquanto os serviços aumentaram para 66,7% (IBGE, 2010, p. 38). Podemos ver na tabela 1 que essa tendência se manteve entre 2003 e 2007. Esses índices consideram a indústria de transformação junto com a construção civil e a extração mineral. O índice de participação somente da indústria de transformação ficou em torno de 16% em 2000 (IBGE, 2010, p. 38). Em junho de 2010 a participação da indústria de transformação regrediu para a casa dos 15,5%, aos níveis de 1947, quando o Brasil era um país essencialmente agrário e não possuía nenhuma montadora de carros ainda, segundo Neumann (2010).

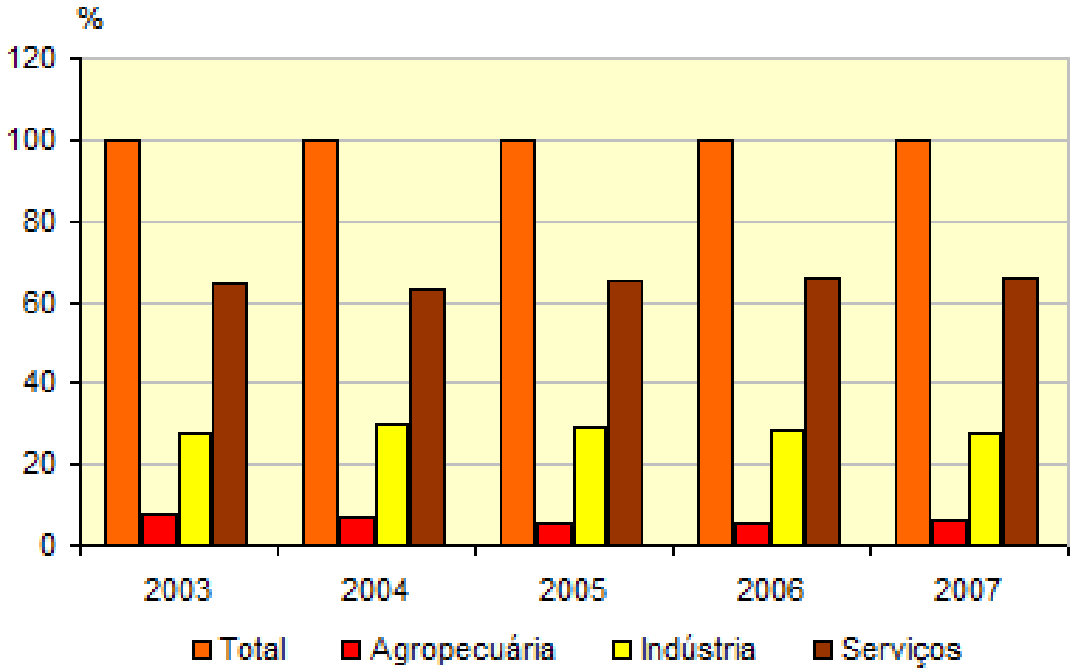


Tabela 1: Participação percentual no PIB por setores- 2003-2007

Fonte: <http://www.ibge.gov.br/brasil_em_sintese/>, acesso em 15/09/2011

Além de apresentar o maior peso na contribuição para o PIB, o setor de serviços é também o que mais emprega trabalhadores no país. Segundo o IBGE (2009b, p. 63), o percentual de empregos do setor agrícola apresenta queda constante desde 2004, passando de 21,1% para 17,0% do total de empregos em 2009; o setor da indústria de transformação manteve o mesmo percentual entre 2004 e 2009 em torno de 14,7%; a construção civil apresentou aumento de 6,3% para 7,4% dos empregos; e os serviços cresceram de 40,4% para 42,9% do total de empregos, como se pode ver na tabela 2 a seguir:

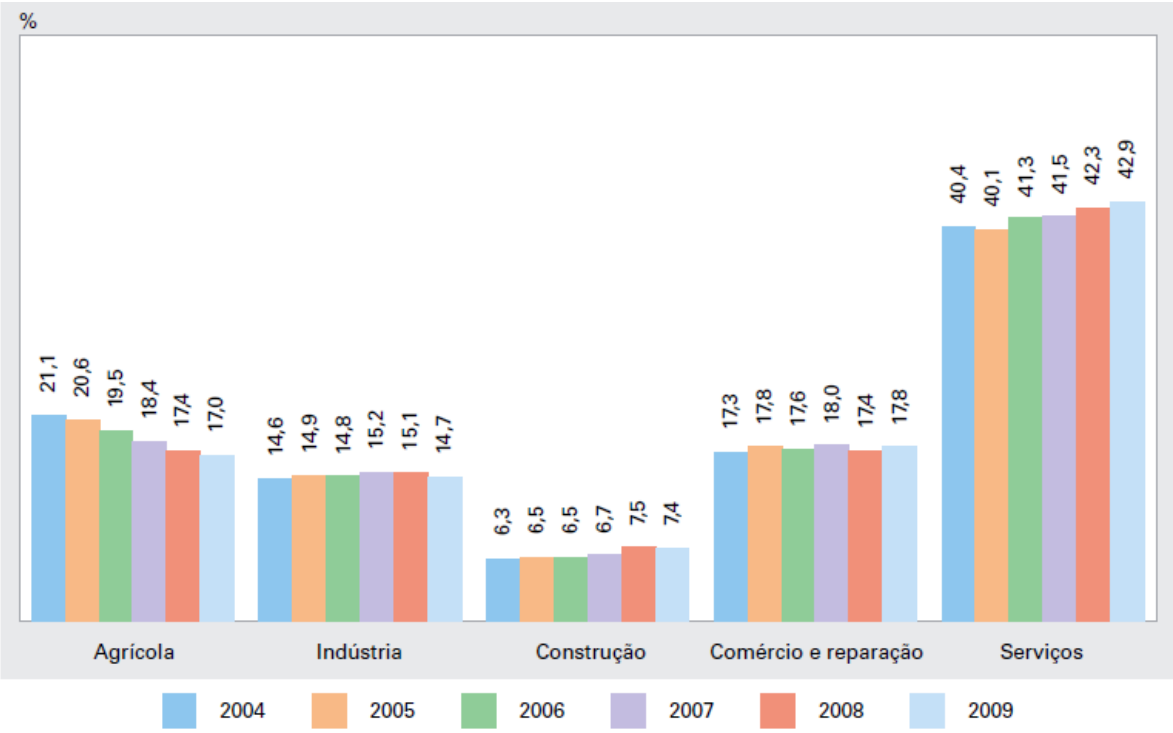


Tabela 2: Gráfico do percentual das pessoas ocupadas por setor de atividades- 2004/2009

Fonte: IBGE- Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios: Síntese de Indicadores 2009

Além disso, um fato relevante para a compreensão das transformações ocorridas no atual contexto é a descentralização econômica ocorrida com a transferência da capacidade produtiva dos países centrais para vários países periféricos, tendo como conseqüência notável o choque cultural, nos locais em que a cultura local se defronta com tecnologia e cultura trazidas de fora por essas Empresas Transnacionais, conforme as denomina Moraes (2006, p. 208). Portanto, pode-se dizer que desde meados do século XX o mundo entrou em uma nova etapa da sua evolução, a era da sociedade pós-industrial e da cultura pós-moderna, cujas conseqüências se fazem sentir na fragmentação cultural e social que experimentamos hoje em dia, além do individualismo levado ao limite extremo em nosso cotidiano atual.

Foi o sociólogo americano, Daniel Bell, quem primeiro usou o termo *pós-industrial*, para caracterizar a economia de uma nova etapa do desenvolvimento em que a indústria deixava de ser a atividade econômica mais importante, conforme relata Domenico De Masi (2000, p. 32). Ele também enumera as características mais importantes do que ele chama sociedade pós-industrial: "[...] a passagem de uma economia produtora de bens para uma economia de serviços", em termos da ocupação da mão de obra vemos "[...] a proeminência da classe de profissionais qualificados e técnicos", uma valorização do "[...]

caráter central do conhecimento teórico, gerador da inovação" e também de formulações de políticas para a sociedade, e em termos de uma perspectiva temporal a grande importância imputada à "[...] gestão do desenvolvimento tecnológico e o controle normativo da tecnologia", além da "[...] criação de uma nova tecnologia intelectual" (DE MASI, 2000, p. 33). Destaca-se nessa nova era econômica, como indicador do diferencial em relação à era industrial, o caráter de importância fundamental do conhecimento teórico e da inovação para o desenvolvimento da sociedade e da própria tecnologia. A informação passa a ser considerado o bem mais precioso e não mais a posse de território nem de matéria-prima ou o controle do processo de produção.

A cultura gerada por essa sociedade da informação tem características próprias e diferentes da cultura industrial, do racionalismo projetivo e da universalidade das soluções. Isso pode ser notado nos textos de De Masi (2000), Moraes (2006) e Flusser (2007) e outros. Diversidade, tecnologia, inclusão, sustentabilidade e globalização, passam a figurar na pauta das preocupações dos que concebem e produzem a cultura material dessa era que tem seu início nos últimos anos do século XX e se estende até hoje.

Dois pontos podem se destacar na caracterização da cultura pós-moderna: sua fragmentação e a descentralização dos pólos produtores. Rafael Cardoso acredita que foi a fragmentação característica do mundo atual que abriu grandes possibilidades para que manifestações de culturas locais de países periféricos tenham visibilidade e importância no contexto global. E o autor afirma que países da periferia do sistema econômico global passam a ter importância crucial na transformação desse sistema devido ao "[...] colapso definitivo de um único centro dos acontecimentos e a dispersão subseqüente da narrativa histórica em múltiplos focos" (CARDOSO, 2004, p. 203).

A falta de consenso quando se trata de determinar qual é a identidade da cultura brasileira e do design brasileiro, tem explicação na gênese da sociedade e da economia brasileiras, com todas as suas nuances e contradições resultantes do nosso percurso histórico, da miscigenação étnica e da nossa singular formação cultural. O processo de transformação em andamento permite identificar apenas alguns aspectos dessas transformações nos modos de fazer design, mas já se pode vislumbrar o quadro assim definido por Moraes (2006, p. 261): "[...] após décadas de aprendizagem, o design no Brasil começa a não se submeter mais a fórmulas pré-estabelecidas, tornando-se, assim, mais livre, expressivo e espontâneo, assimilando os variados aspectos de sua diversidade multicultural [...]". Veremos no capítulo a seguir que esse modo pós-industrial e pós-moderno de se fazer design ajuda a delinear o contexto do início do século XXI, inclusive nas suas novas formas de viver e de morar.

Capítulo 4

O CONTEXTO DO SÉCULO XXI

O século XX terminou e a perspectiva de uma Terceira Guerra Mundial se desfez com o fim do antagonismo entre o ocidente capitalista liderado pelos EUA e o comunismo soviético que desabou junto com o muro de Berlim. Entretanto, a era das guerras não havia acabado. Desde 1982, houve a guerra das Malvinas; Irã-Iraque de 1980 a 1988; a partir de 1989 vários conflitos militares na Europa, África e Ásia; Libéria, Angola, Sudão, Ex-Ioguslávia, Moldávia, vários países do Cáucaso, Oriente Médio, Afeganistão, entre outros. Parece, como afirma o historiador Hobsbawm (1995, p. 539), que "[...] o perigo de guerra global não havia desaparecido. Apenas mudara".

Estamos apenas no seu começo do século XXI. A partir desses primeiros dez anos não se pode fazer uma idéia de como será o seu desenrolar. Estamos empenhados em analisar as transformações ocorridas no novo século, mas a primeira questão que se coloca é se já houve tempo e eventos suficientes para serem analisados. Se considerarmos que não podemos nos prender à formalidade do calendário, mas levarmos em conta os fatos ocorridos após 1989-90, fica claro que aconteceram eventos suficientes para constatar que em nossos dias atuais o mundo mudou dramaticamente. E continua a mudar nesses primeiros anos do século tanto quanto na década anterior. Os diversos conflitos locais ou internacionais ocorridos no período são continuações de tensões antigas, de uns cinqüenta anos ou mais no passado. Segundo Kumar (2005), o fato novo indiscutível do novo século foram os ataques ao World Trade Center de Nova York em 11 de setembro de 2001. "Essa data, 11/9, ficou como o símbolo de uma nova ordem mundial, ou desordem." (KUMAR, 2005, p. 4, tradução nossa).

Com os ataques de 11 de setembro de 2001 em Nova York e a conseqüente invasão do Afeganistão e do Iraque pelos EUA, o século XXI dá continuidade à velha tradição do século XX da guerra em nome da segurança global. As poucas zonas do planeta que não estavam em conflito não estavam imunes às conseqüências dos conflitos nas demais partes, como pudemos testemunhar na formação de forças internacionais para atuar nessas várias guerras locais e também nas conseqüências da crise econômica de 2008, cujos efeitos imprevisíveis se estendem até o presente momento arrastando a União Européia, EUA e muitos outros países pobres ou em desenvolvimento.

No fim do segundo milênio, um único Estado era reconhecido como grande potência internacional: os EUA. Kumar (2005, p. 4, tradução nossa) acrescenta que "[...] os Estados Unidos agora eram a única superpotência mundial, que seu poderio econômico e militar é único, e que agora eles eram a *pedra-de-toque* e árbitros de todas as questões importantes a agitar o mundo". Passada a primeira década do século XXI, e após a profunda crise financeira de 2008, mesmo os EUA não estão mais em posição privilegiada como no início de 2001, e ainda se defrontam com a ascensão da China no cenário internacional da economia ameaçando sua posição de motor a economia mundial.

Hobsbawm (1995, p. 542) parecia prever, com quase quinze anos de antecedência, a crise nos mercados financeiros do mundo quando disse que o sistema liberal capitalista baseado "[...] numa economia em que os recursos eram alocados *inteiramente* pelo mercado sem qualquer restrição se encontrava demonstravelmente em bancarrota". O modelo soviético fracassou, também fracassou o modelo ultra liberal e as crenças de ambos afundaram juntas. O colapso dos primeiros já era há muito previsível, mas a crise do modelo ultra liberal dos mercados sem controle veio reforçar a suspeita de que "[...] os assuntos humanos, incluindo a economia, eram demasiado importantes para ser deixados ao mercado" (Idem, ibidem, p.543).

Os dois grandes problemas do mundo do século XXI herdados diretamente do desfecho ocorrido no século XX, segundo Hobsbawm (1995, p. 546), eram o demográfico e o ecológico. O primeiro diz respeito a como encontrar maneiras de manter uma população mundial estável ou tendendo à estabilidade no médio prazo e, em decorrência disto, reduzir os desequilíbrios entre as diferentes regiões. O segundo- ecológico- no longo prazo tende a tornar proporções apocalípticas e, por estar ligado diretamente às taxas de crescimento econômico, envolve todo o globo de economia mundial em sua discussão. A questão aqui, no primeiro decênio do século XXI, é que a moderna tecnologia aumenta a nossa capacidade transformar o ambiente a tal ponto que, mesmo não destruindo o planeta ou o tornando inabitável, certamente mudará o padrão de vida nele (HOBSBAWM, 1995, p 547).

A natureza desses problemas requer soluções de âmbito global, entretanto esbarra em dificuldades locais e de toda ordem, como por exemplo, as diferenças que impedem um acordo a respeito dos níveis de emissão de poluentes para cada país e a não assinatura por parte dos maiores poluidores- encabeçados pelos EUA- dos tratados internacionais que pretendiam regular o nível dessas emissões, o Tratado de Doha. Outro entrave sério diz respeito à perspectiva de se controlar o crescimento econômico, até mesmo com propostas de crescimento zero, o que tenderia a manter ou aumentar as desigualdades hoje observadas. O

que levou ao surgimento da proposta de uma taxa de desenvolvimento que fosse reduzida a um nível sustentável no médio prazo, possibilitando atingir um equilíbrio no longo prazo entre a produção humana, os recursos renováveis e o efeito sobre o ambiente. O problema, de acordo com Hobsbawm (1995, p. 548), é que a questão do equilíbrio "[...] não era de ciência e tecnologia, e sim político e social" e que era "[...] inegável que tal equilíbrio seria incompatível com uma economia mundial baseada na busca ilimitada do lucro por empresas econômicas dedicadas, por definição a esse objetivo".

Um terceiro problema herdado do século XX desponta no início do século XXI sem perspectiva de solução: apesar de todo o desenvolvimento tecnológico, econômico e científico, parece irreversível o crescimento das enormes diferenças entre as partes ricas e pobres do mundo. Essa situação constitui sem dúvida a maior causa de tensão internacional no começo do novo milênio. De fato, somos testemunhas da enorme desigualdade que insiste em permanecer ao longo da primeira década do século XXI, inclusive no interior de países desenvolvidos. Acirramento do fundamentalismo de um lado, preconceito e xenofobia do outro são as faces mais visíveis dessa tensão.

Na economia mundial herdada do século XX, outros aspectos complicam ainda mais o contexto da sustentabilidade e das desigualdades mundiais, entre eles: a substituição da mão-de-obra pela tecnologia na produção, causando grave queda nos níveis de emprego; a globalização da economia que transferiu a indústria de sua origem para onde a mão-de-obra era mais barata; e a ideologia de livre mercado sem a criação de instrumentos para controlar os efeitos sociais das crises econômicas (HOBSBAWM, 1995, p 549-550). O que tornou a economia mundial incontrolável e aprofundou os efeitos da crise dos mercados financeiros em 2008, estendendo seus efeitos até os dias de hoje sem haver alternativas de solução em vista no curto ou médio prazo.

O mercado de consumo de massa nos países ricos foi estabilizado pela transferência de mão-de-obra da indústria para o setor terciário onde, em geral, emprego é mais estável, (Idem, ibidem, p. 550). Esse fato também é notado por Bell (1999) e De Masi (2000) e é um dos indicadores da transição da sociedade industrial tradicional para uma nova sociedade pós-industrial, como é chamada.

No panorama político global do início do século XXI, o fato notável é o enfraquecimento do Estado-nação, que desde o século XX perdeu poder e função para várias entidades supranacionais, como a Comunidade Européia, por exemplo. Por outro lado, o Estado ou outra forma de autoridade representando o interesse público, é hoje mais

indispensável que nunca para se enfrentar as iniqüidades sociais e ambientais do mercado. Para isso precisa desempenhar bem sua função na redistribuição de renda nacional e no estabelecimento do bem-estar social. Da mesma forma, Hobsbawm (1995, p. 555) entende que "[...] o grande problema político do mundo", inclusive do mundo desenvolvido, não era "[...] como multiplicar a riqueza das nações, mas como distribuí-las em benefício de seus habitantes".

Os mais recentes desdobramentos da crise financeira de 2008 afetando países desenvolvidos como a Espanha, Itália e principalmente a Grécia nos mostram que o destino da humanidade parece depender mais das decisões e atitudes das autoridades. Bonsiepe (2011) argumenta que a crise atual levou à perda de legitimidade do livre mercado como o centro da regulação das relações sociais. E, como a economia planejada e centralizada também se mostrou ineficiente e inviável, é possível que outras formas de organização social inovadoras e solidárias venham a se estabelecer no vácuo deixado pela crise.

Os meios de comunicação tiveram sua função política ampliada, agora que chegavam a quase todas as casas, transformando-se no mais poderoso meio de comunicação das entidades públicas com todas as pessoas na esfera privada. "Quando o século XX acabava, tornou-se evidente que os meios de comunicação eram um componente mais importante do processo político que os partidos e sistemas eleitorais, e provavelmente assim continuariam [...]" (HOBSBAWM, 1995, p. 559).

Com o acesso cada vez mais generalizado aos meios de comunicação- a televisão no século XX e agora a internet no século XXI- as autoridades políticas tinham de levar em conta o que o povo, ou pelo menos a maioria dos cidadãos, queria ou não, mesmo que não se pretendesse atender às reivindicações populares. Hobsbawm (op.cit., p. 560) exemplifica como se dão as relações entre esses interesses, mediados pela comunicação:

> [...] decisões impopulares eram mais difíceis de impor a massas que a grupos de poder. Era muito mais fácil impor padrões obrigatórios de emissão de fumaça a uns poucos gigantescos produtores de automóveis do que convencer milhões de motoristas a cortar pela metade seu consumo de petróleo.

O século XXI então se inicia sob uma nova ordem global, de natureza ainda incerta, mas em busca de uma forma para lidar com ela ou mantê-la sob controle. Assim também se dá no Brasil. Depois de décadas de autoritarismo político, desde 1990 a democracia é restabelecida e as instituições públicas parecem voltar a ter legitimidade e

representação. Aos poucos o poder político vai se alternando entre social-democratas e o partido dos trabalhadores, com eleições transparentes e dentro de certa normalidade. Ao longo desse processo, foi executado o plano de estabilização monetária e a antiga inflação astronômica dos anos 1980-90 foi controlada. Com essa estabilização, voltaram os investimentos externos, e a privatização, mal ou bem, levou o país de volta ao caminho do crescimento econômico. Os últimos oito anos do governo, entre 2002 e 2010, foram de indiscutível sucesso na distribuição de renda, redução da miséria e melhoria dos vergonhosos índices sociais das décadas anteriores.

O indicador mais noticiado do avanço econômico dos últimos anos é o crescimento da classe C, que é a categoria intermediária entre as classes mais baixas D e E, e as mais altas A e B. Com esse crescimento, as classes D e E encolheram, o que representa uma redução da pobreza no país. Segundo reportagem da Folha de São Paulo (CLASSE C, 2011): "O inchaço da classe C é um fenômeno crescente desde 1992, mas sua expansão acontece de maneira mais acentuada desde 2003. Hoje, são 105,4 milhões de pessoas, ou 55,05% da população nesta faixa". Na mesma reportagem consta que as classes D e E, que eram juntas 62,13% da população em 1992, encolheram para 33,19%.

A classificação por classes adotada em 2011 pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa- ABEP- é ilustrada na tabela a seguir:

Classe	Pontos	Renda média familiar (Valor Bruto em R$)
		2009
A1	42 a 46	11.480
A2	35 a 41	8.295
B1	29 a 34	4.754
B2	23 a 28	2.656
C1	18 a 22	1.459
C2	14 a 17	962
D	8 a 13	680
E	0 a 7	415

Tabela 3: Renda familiar por classes

Fonte: Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa- ABEP: <www.abep.org>, acesso em 21/09/2011

Em relação aos dois grandes desafios do século XXI relatados acima: o populacional e o ambiental, o Brasil parece estar no caminho da estabilização do seu crescimento populacional; mas ainda procura encontrar meios de crescer economicamente sem destruir o ambiente natural. Nessa área ainda não se vislumbra solução a curto ou médio prazo. O país tem dificuldades históricas recorrentes quanto ao desmatamento e à poluição industrial e urbana. Alguns avanços tímidos se esboçaram desde os anos 1990, notadamente após a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento- Eco 92- no Rio de Janeiro, em 1992. Desde então o termo desenvolvimento sustentável entrou para o debate econômico e, a discussão aberta ali tem contribuído para uma maior conscientização do papel e das responsabilidades dos países, das instituições e dos indivíduos na busca de uma alternativa ao desenvolvimento a qualquer custo. Entretanto, Veiga (2010) destaca que a implementação de projetos de âmbito nacional fica em segundo plano em relação às negociações em torno dos acordos ambientais globais. Assim, não se vê na prática os resultados no âmbito local das boas intenções globais.

O desdobramento mais notável do avanço na área econômica foi o impulso recebido pelo setor da construção civil. Esse foi certamente o setor mais afetado pela crise dos anos 1980-90, e que agora se encontra em pleno surto de crescimento e investimentos. A classe C que emergiu para o mercado desde 2003 certamente tem contribuído para esse cenário. A construção civil é uma das atividades produtivas que mais contribui para a degradação ambiental, seja do ponto de vista do desperdício, da geração de resíduos, da poluição e do consumo de energia. Em relação à energia, Thackara (2008) afirma que é muito grande a energia incorporada[12] tanto na construção quanto na utilização dos edifícios, segundo ele esse valor chega a 10% de toda a energia utilizada na construção. O autor então sugere que reutilizar os espaços existentes em vez de construir novos seria uma contribuição para a sustentabilidade, pois ele avalia que utilizamos os espaços construídos de forma pouco eficaz. Reformar, remodelar, redecorar, redesenhar, constituem as principais atividades dos profissionais de design de interiores e há uma estreita relação entre essas atividades e as possibilidades de avanço na questão da sustentabilidade nesse setor.

Remodelar e reaproveitar espaços podem ser contribuições ao problema ambiental, mas deve-se levar em conta que a atividade de configurar um novo ambiente implica em mais consumo de energia e matéria prima. Entre esses insumos, o mais preocupante é o uso da

[12] Energia incorporada é definida como “a energia necessária para produzir e transportar materiais”. Ela é medida em megajoules por quilo. (THACKARA, 2008, p. 132).

madeira nos interiores, tanto nos móveis quanto como revestimento de pisos, paredes e tetos. A madeira é um recurso renovável, mas as espécies mais adequadas e procuradas para mobiliário e revestimento de ambientes são de difícil reposição devido ao seu longo ciclo de crescimento. Várias dessas espécies estão ameaçadas de extinção devido à exploração ilegal, como o mogno, o jacarandá, o ipê, a peroba e muitas outras. Segundo Kazazian (2005), em florestas brasileiras 80% da madeira extraída é explorada ilegalmente, e esse fato tem seus reflexos também na degradação dos solos e no empobrecimento da biodiversidade. As alternativas sugeridas pelo autor para esse problema são duas: a utilização de madeira de florestas certificadas, que hoje tem uma grande demanda por parte de países importadores de madeira; e também a reutilização de móveis, através de consertos, renovação ou reciclagem. Essas são ações já adotadas por muitos profissionais, especialmente nos últimos dez anos.

Há ainda outras iniciativas que podem ser adotadas por designers e arquitetos desde a etapa do projeto que, somadas a essas duas anteriores podem potencializar a sustentabilidade e reduzir o impacto da obra como um todo. Diversas dessas ações já são adotadas há algum tempo, como o uso de *mdf- medium-density fiberboard-* e o revestimento com lâminas de madeira, em vez da madeira maciça. Por outro lado, algumas iniciativas ainda são desconhecidas de muitos profissionais, como sistemas de compostagem de lixo, sistemas de reaproveitamento de água da chuva ou da água da pia e do chuveiro, ou até a simples especificação de eletrodomésticos de baixo consumo. O que percebemos nessa área, é que na última década aumentaram muito as opções para que o projeto de interiores possa dispor de alternativas mais adequadas ao meio ambiente e ao orçamento do cliente. Novas tecnologias mais eficientes estão disponíveis a preços cada dia mais baixos, como é o caso das lâmpadas de *led- light-emitting diode-* ou diodo emissor de luz.

Quanto ao desafio do crescimento populacional, segundo o Censo 2010 do IBGE, os índices de crescimento do Brasil na última década têm se mantido próximo de uma estabilidade. Depois de um crescimento a taxas muito altas, em torno de 3,0% ao ano, entre 1950 e 1970; essas taxas estão em declínio desde 1980, atingindo na última década o patamar mais baixo da história, quando foi de 1,17% ao ano, entre 2000 e 2010. Essa redução nas taxas de crescimento da população não impediu que, entre 1960 e 2000 a população brasileira passasse de aproximadamente 70 milhões para quase 170 milhões, num incremento de 100 milhões em quarenta anos. Em 2010 a população brasileira ultrapassou a casa dos 190 milhões de habitantes. Isso representa um crescimento de 12,3% em dez anos, com 21,0 milhões de pessoas a mais que em 2000. (IBGE, 2011).

Minas Gerais apresentou taxas de crescimento anual abaixo da média brasileira nos dois últimos censos, sendo que entre 2000 e 2010 esta ficou em 0,91% ao ano. A população do estado passou de 17,9 para 19,6 milhões nesses dez anos. No mesmo período, Belo Horizonte passou de 2,23 para 2,37 milhões de habitantes, com uma taxa de crescimento de 0,59% ao ano, abaixo das médias do estado e do Brasil. Isto a fez cair de quarta para sexta cidade mais populosa do país no período em questão. (IBGE, 2011, p. 34- 38).

4.1 Os novos modos de produção

Entende-se aqui por *novos modos de produção*, as maneiras como os objetos são concebidos e produzidos atualmente, com ênfase principalmente aqueles modos surgidos em decorrência do advento da era pós-industrial, juntamente com toda a complexidade do contexto pós-moderno fragmentado e diversificado, não mais apoiado nas certezas do paradigma do modernismo universalista. Assim é que se torna muito complicado entender de que forma um produto é criado, por quem, onde e como é fabricado e de que modo se dá a interação dos usuários com esses produtos, do ponto de vista do seu consumo, uso e descarte.

Moraes (2006), Flusser (2007) e Cardoso (2004) destacam como características dos novos modos de produção a desmaterialização dos produtos, sua confecção e distribuição em termos globais, a grande ênfase no marketing ainda na fase de concepção, além de maciços investimentos em publicidade para alavancar as vendas. A ênfase é dada principalmente na busca por oferecer ao usuário uma *experiência* em vez de um produto, tomando como premissa de projeto as características emocionais inerentes a essa *experiência/produto*. Sabemos que o modelo Fordista-Taylorista já não é mais a forma de produção predominante nas indústrias, tornando-se ultrapassada nos dias de hoje.

A relação clara entre design, indústria e consumo, que prevaleceu na era industrial, agora parece imprecisa e inadequada para descrever a atuação do designer. Nos dias atuais, devido às transformações por que passaram todas as áreas do pensar e do fazer humano, o design também passa por um profundo processo de reformulação, enquanto atividade produtiva, mas também intelectual e geradora de cultura. Essa reformulação da práxis do design é capitaneada pela introdução das tecnologias de projeto informatizado, a disseminação do ensino de design e sua organização metodológica, a valorização do

conhecimento teórico e a rápida evolução e adoção em larga escala de tecnologias de comunicação e informação.

A globalização dos meios de produção, cujo principal resultado foi a transferência da produção dos países centrais para os periféricos, levou à formação das Empresas Transnacionais, que segundo Moraes (2006, p. 208) "[...] são consideradas por diversos autores como os principais propulsores da globalização. [...] com seus Investimentos Diretos no Estrangeiro- IDE, chegaram, no ano de 1988, a um número de 20.000, com ações diretas em todos os continentes do planeta".

Como conseqüência desse cenário fragmentado e complexo, temos hoje que aprender a lidar com o excesso de informações, excesso de produtos e o consumismo que tem caracterizado o comportamento social urbano nesse início de século XXI. Entretanto, talvez a pior conseqüência desses excessos e do nosso comportamento individualista e consumista seja o impacto ambiental por eles causado. O esgotamento de recursos naturais, extinção de espécies vegetais e animais, esgotamento das fontes de energia, poluição hídrica e atmosférica, além da devastação de enormes áreas de florestas nativas a cada ano, são realidades que temos que levar em conta ao equacionarmos o atual cenário mundial e local. Apesar de a publicidade se esforçar para mostrar os atributos sustentáveis deste ou daquele produto, e as iniciativas sustentáveis de determinadas empresas, essa sustentabilidade não passa de boas intenções, ou na melhor das hipóteses, é ainda um objetivo a se alcançar a médio ou longo prazo. Conforme atesta Veiga (2010, p. 113): "[...] o que já está claro é que a hipotética conciliação entre o crescimento econômico moderno e a conservação da natureza não é algo que possa ocorrer no curto prazo, e muito menos de forma isolada, em certas atividades, ou em locais específicos".

A produção no campo da arquitetura e do design de interiores está ainda longe desse panorama da predominância da experiência sobre o produto e de sua desmaterialização. Algumas funções foram desmaterializadas ou bastante reduzidas no contexto doméstico, mas de forma incipiente e com pouca repercussão na configuração dos espaços internos. Exemplos disto seriam as tendências de se executar algumas tarefas domésticas, como lavar e cozinhar, fora do espaço da moradia, às vezes como serviços oferecidos no próprio edifício [como no caso de alguns flats], mas isso não tem levado à eliminação da área de serviço ou da cozinha, por exemplo. Entretanto, alguns empreendedores e construtores têm se valido dessas possibilidades para justificar a progressiva redução das áreas destinadas a essas funções em alguns edifícios lançados no mercado nos últimos anos.

4.2 O design no contexto do século XXI

São perceptíveis os reflexos de tantas e tão incisivas mudanças das formas de produção, das novas relações entre indivíduo, sociedade, tecnologia e meio-ambiente, no design como um todo. Para se avaliar a influência dessa nova cultura no design, nos modos de vida, comportamento e cotidiano das pessoas, deve-se ter em vista o panorama que ainda está em gestação nos dias de hoje e é, por isso mesmo, de difícil definição em todos os seus aspectos. Entretanto, podem-se levantar os principais pontos de interseção dessa complexidade com o design, desde a concepção até a produção, uso e reciclagem do produto. Os textos de Cardoso (2004), Moraes (2006), Flusser (2007), Guattari (1990), Manzini (2005), Santos (2000), Veiga (2008) e outros mais, convergem em pontos que definem de que modo o design pode e deve lidar com essas mudanças, partindo do entendimento do cenário global atual e de uma revisão das premissas usadas até então, inclusive as relativas às práticas projetuais adotadas pelos profissionais do design.

O pluralismo, que Cardoso (2004, p. 206) define como "[...] a abertura para posturas novas e a tolerância para posições divergentes", juntamente com o que De Moraes (2006) denomina "multiculturalismo" aboliram de vez a possibilidade ou a pretensão de se encontrar uma forma única e correta de se fazer as coisas. Multiplicam-se as possibilidades de solução, e a disposição de se conviver com essa complexidade. No campo do design, a cultura pós-moderna trouxe à tona diversas "contradições e questionamentos" que vão sendo resolvidas no âmbito local de forma fragmentada. Entretanto, cada solução se transfigura em um novo obstáculo, como sugere Flusser (2007, p.194 e 195). Essa complexidade, que parece aumentar em valores exponenciais, vem confirmar as dificuldades e incertezas que se apresentam para a atuação no campo do design. O designer hoje se encontra numa situação repleta de incertezas quanto à sua atuação profissional e, talvez seu maior dilema seja saber se colocar entre as duas forças antagônicas da pós-modernidade, que são as demandas do mercado versus a urgente questão do meio ambiente (CARDOSO, 2004, p. 208).

Entre a queda do muro de Berlim e o início do século XXI, passamos por uma década de transição e adaptação global ao novo paradigma de um mundo sem a dicotomia leste-oeste ou capitalismo-comunismo. As ideologias se dispersaram e até o *mapa-mundi* passou por um redesenho nas fronteiras nacionais conhecidas até então. Diversos estados reunidos à força sob a mesma bandeira, no leste europeu, reivindicaram sua autonomia. Muitas nações surgiram nessa época- Sérvia, Macedônia, Croácia, etc.. Outras

desapareceram- Iugoslávia, Tchecoslováquia, URSS. Assim, o século XXI assiste ao estabelecimento definitivo de uma verdadeira economia global, que se tornou possível graças à facilidade de comunicação e trocas comerciais sem limites de fronteiras e ideologias. Até mesmo a China hoje busca abrir sua economia aos investimentos externos e se integrar à rede econômica global.

Assim, as muitas empresas que transferem suas unidades fabris dos países centrais para os periféricos ao redor do mundo, o fazem segundo o critério de onde seja mais vantajoso ou mais conveniente. A facilidade e o baixo custo da mão-de-obra ou a proximidade das matérias-primas são diretrizes para a escolha do local da nova fábrica dos enormes conglomerados, as Empresas Transnacionais. Mas, o centro das decisões e de criação das idéias e dos projetos de design, na grande maioria dos casos permanece nos seus países de origem. Deste modo, transferem-se as atividades industriais para países em desenvolvimento, com todo o seu impacto no meio-ambiente, sua demanda por energia e insumos, além dos efeitos da poluição do ar e da água, bem longe dos países onde estão os centros de decisão.

Destarte, fica cada vez mais difícil determinar a origem de um produto na era da economia globalizada, já que este pode ser concebido em um local, projetado em outro, produzido em um terceiro e consumido em tantos outros. Paradoxalmente, os designers nunca dispuseram de tantas ferramentas e acesso à informação de forma instantânea como agora. As possibilidades de atuação se multiplicam e se estendem não só aos produtos, mas aos serviços, informações, estratégias e interfaces digitais. Sem falar que o profissional não é mais limitado por fronteiras geográficas ou físicas, pois pode, virtualmente, trabalhar para o mundo todo em qualquer lugar que seja solicitado. (MORAES, 2006; DE MASI, 2000).

A percepção das relações entre o design e o contexto econômico, social, tecnológico e ambiental no Brasil para autores como Cardoso (2004), DaMatta (1986), Sevcenko (1998), Ribeiro (2003), Moraes (2006), Veríssimo e Bittar (1999) e outros, está fortemente ligada à complexidade da formação histórica de nossa cultura e de nosso povo.. Tendo como ponto de partida a miscigenação que definiu nosso padrão demográfico atual, é preciso levar em conta os percalços de nossa história econômica, e os caminhos percorridos nos cinco séculos de exploração dos recursos naturais, da terra e das pessoas, para se entender como se dá no nosso país a influência da globalização, da cultura pós-moderna e dos modos de produzir pós-industrial, como também para se contextualizar melhor o design na realidade brasileira atual.

Toda a dinâmica dessas transformações em curso desde o final do século passado, de uma forma ou outra, influencia o nosso modo de viver e também como organizamos

nossos espaços de morar. Contudo, as transformações que mais influíram nos interiores domésticos do século XXI, inegavelmente, são as que ocorreram no âmbito das famílias ou grupos domésticos em seus diversos arranjos.

4.3 As transformações da família no século XXI

As transformações sociais e culturais dos anos 1960 até o final do século XX revolucionaram o comportamento coletivo e individual, levando em curto espaço de tempo a uma crise da família. Essa crise estava "[...] relacionada com mudanças bastante dramáticas nos padrões que governam a conduta sexual, a parceria e a procriação" (HOBSBAWM, 1995, p. 316). Esse foi um período de extraordinária liberalização, especialmente para as mulheres, tradicionalmente mais oprimidas que os homens. O advento dos anticoncepcionais e do controle da natalidade associados a mudanças na legislação de vários países que legalizavam essas práticas e também o divórcio e o aborto, foram fatos que tornaram públicas essas questões. Isso fez com que a moral, as convenções e as opiniões mudassem também. (Idem, ibidem, p. 317). Essas mudanças na família e nos seus modos de vida resultaram em mudanças também nas formas de se organizar o seu espaço doméstico e de se adaptar a ele.

Foi abordado no capítulo anterior o novo papel das mulheres na sociedade no século XX, e no Brasil as circunstâncias são bastante similares. Tramontano (1993b), Berquó (in: SCHWARCZ, 1998) e Goldani (1994) concordam que o ingresso maciço das mulheres no mercado de trabalho e seu novo papel na sociedade brasileira têm "[...] forte impacto sobre a estrutura e a composição da família, e a distribuição dos papéis de dentro dela" (TRAMONTANO, 1993b, p. 3).

Segundo Goldani (1994, p. 9) a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro foi de 16% em 1960 e aumenta para 39% em 1990, a maioria delas na faixa etária de 30 a 39 anos, principalmente a partir dos anos 1980. Os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio- PNAD- mostram que em 2008 52 em cada 100 mulheres estavam ocupadas ou procurando trabalho (IBGE, 2009b, p. 200). A PNAD mostra ainda que esse índice é comparável aos da Alemanha, França e Espanha, e acima dos países latino-americanos como México e Argentina. No gráfico abaixo são comparadas essas taxas em alguns países e no Brasil em 2006:

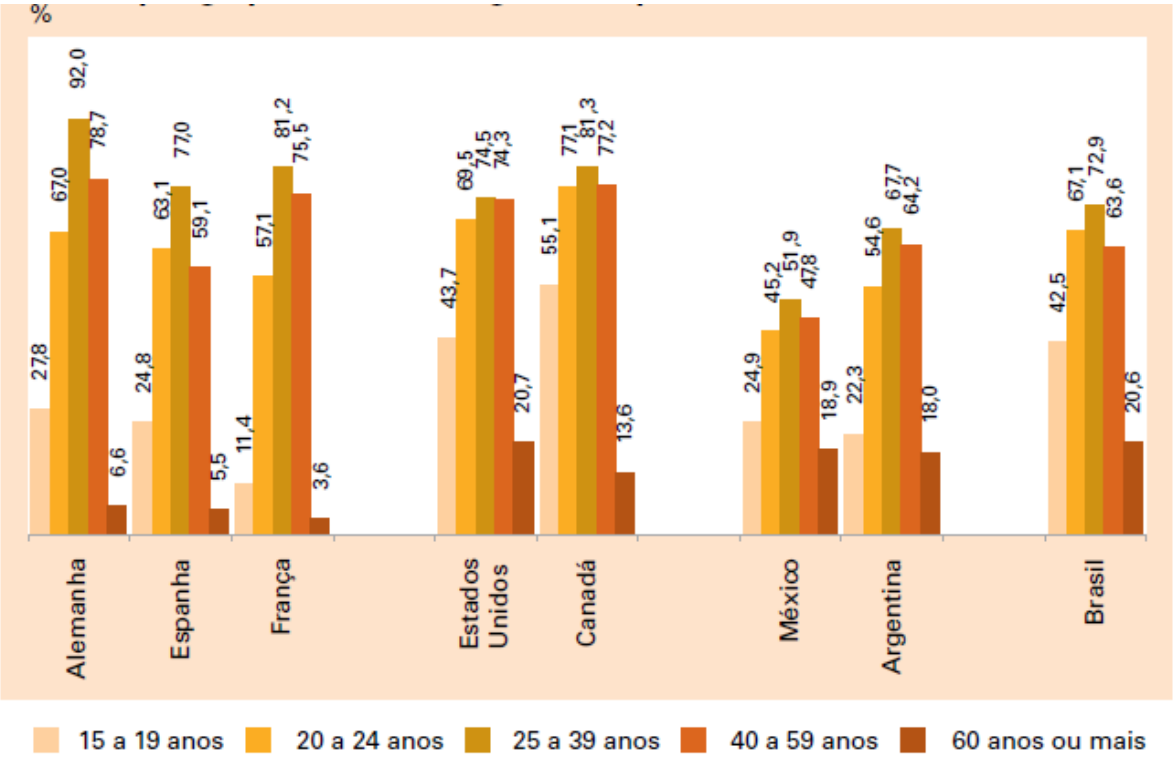


Tabela 4: Gráfico da taxa de atividade das mulheres no Brasil e países selecionados

Fonte: IBGE – Síntese dos Indicadores Sociais 2009 (IBGE, 2009b)

O aspecto mais evidente dessa tendência do trabalho feminino é que as mulheres também entraram em números cada vez maiores na educação superior, como forma de acesso às profissões melhores remuneradas. A maior escolaridade atingida pelas mulheres e acesso aos meios de contracepção resultam num processo rápido e intenso da queda da fecundidade, que a partir dos anos 1970, leva a uma queda das taxas de crescimento populacional no Brasil e numa diminuição do número de filhos e também do tamanho da família aqui e na maioria dos países industrializados. Segundo o IBGE (2009 b, p. 201) a taxa de frequência à escola das mulheres de 15 a 19 anos é de 70%. Tudo isso levou a um aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho de 42,0% em 1998 para 47,2% em 2008.

A partir desse incremento do número de mulheres no mercado de trabalho, nem sempre por necessidade financeira, mas também por autoafirmação, outras mudanças começam a se fazer sentir na família e na casa. O primeiro indicador dessas mudanças é o número de divórcios. Esses números aumentaram muito a partir das décadas de 1970 e 1980, especialmente Inglaterra e no País de Gales, mas também em países católicos como França, Bélgica e Itália (HOBSBAWM, 1995, p. 315).

No Brasil, a taxa de divórcios também vem aumentando ao longo dos anos, como mostra a tabela 2 abaixo. A taxa dobrou no ano de 1989 em relação ao ano anterior devido à alteração na lei que reduziu os prazos mínimos para iniciar os processos; depois, ficou estável em torno de 1,0% entre 1989 e 1998. No auge, chegou a atingir 1,5% dos casamentos em 2008, nesse caso explicação é que a partir de 2007 puderam ser requeridos no país por via administrativa, nos Tabelionatos de Notas. Em 2009 foram registrados 177.604 processos judiciais ou escrituras públicas de divórcio. Esses números mostram que a aceitação do divórcio pela sociedade brasileira já está consolidada. (IBGE, 2009, p. 48 e 49).

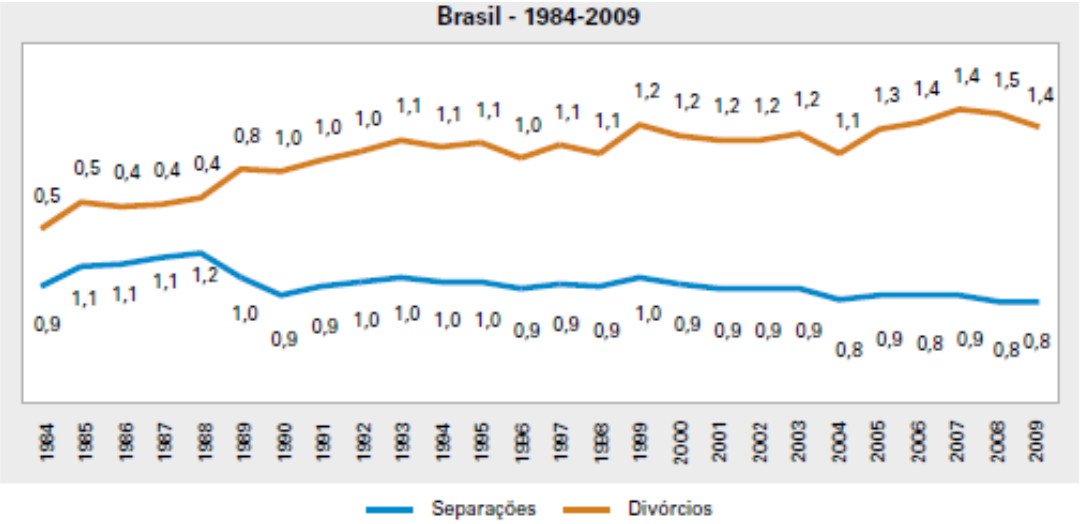


Tabela 5: Gráfico da taxa geral de separações e divórcios

Fonte: IBGE- Estatísticas do registro civil 2009 (IBGE, 2009)

Outro indicador importante para ajudar a compreender o processo de transformação por que passa a família no Brasil é a taxa de fecundidade. Apresentando queda nos últimos quarenta anos, a fecundidade baixa tem importante papel na redução do número de filhos e, portanto, na redução do tamanho da família. Outros aspectos apontados pelo IBGE (2009b, p. 91) para esse encolhimentos da família são "[...] a postergação da nupcialidade, o aumento das famílias monoparentais, a diminuição da disponibilidade de tempo e o excesso de individualismo". Esses fatores sem dúvida geram mudanças nas relações internas das famílias, e devem resultar em laços cada vez mais fracos e menos solidários.

A taxa de fecundidade total- número médio de filhos por mulher- vem caindo no Brasil desde a década de 1960, quando era de 5,8 filhos por mulher; caiu para 4,3 entre 1975 e 1980; continuou caindo e em 1995 chegou a 2,5 filhos por mulher; e em 2005 foi de 2,1

(TRAMONTANO, 2007, p. 14). Em 2009, a taxa de fecundidade foi de 1,94 filho o que representou um ligeiro aumento em relação ao ano anterior, quando foi de 1,89 filho. Os níveis mais baixos dessa taxa estão na região sudeste, sendo os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais os menores do país, em torno de 1,6 filho por mulher, como mostra a tabela 3 abaixo. (IBGE, 2010b, p. 29).

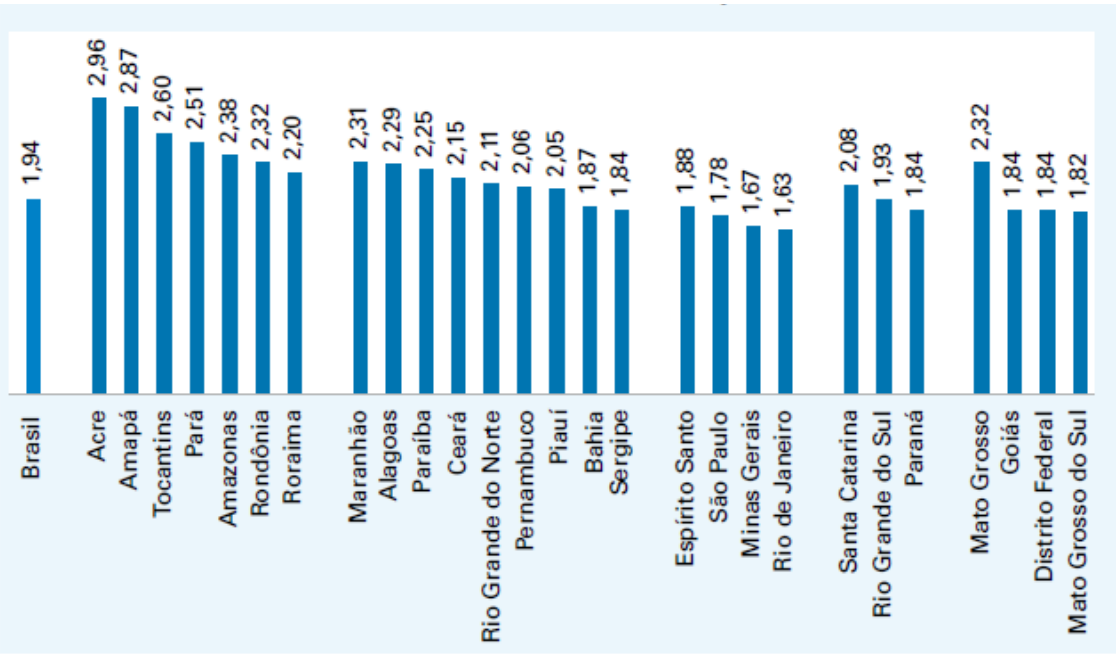


Tabela 6: Gráfico taxa de fecundidade- 2009. Número médio de filhos por mulher.

Fonte: IBGE- Síntese dos indicadores sociais 2010 (IBGE, 2010b)

Tramontano (2007) acredita que a crescente perda do vínculo entre sexualidade e procriação, a disseminação de métodos contraceptivos, o aumento do número de abortos e novas posturas quanto à maternidade, são as principais causas da redução das taxas de fecundidade no Brasil.

Houve um aumento na esperança de vida dos brasileiros que, associada à queda do nível da fecundidade, levou ao aumento da população idosa observado hoje. Segundo o IBGE (2010b, p. 31), a esperança de vida média ao nascer passou de 70,0 para 73,1 anos, entre 1999 e 2009. Para as mulheres o aumento foi de 73,9 para 77,0 anos no mesmo período, enquanto para os homens foi de 66,3 para 69,4 anos. Na região sudeste, Minas Gerais é o estado que detém a maior taxa, com 72,4 anos em 1999 e subindo para 75,1 anos em 2009.

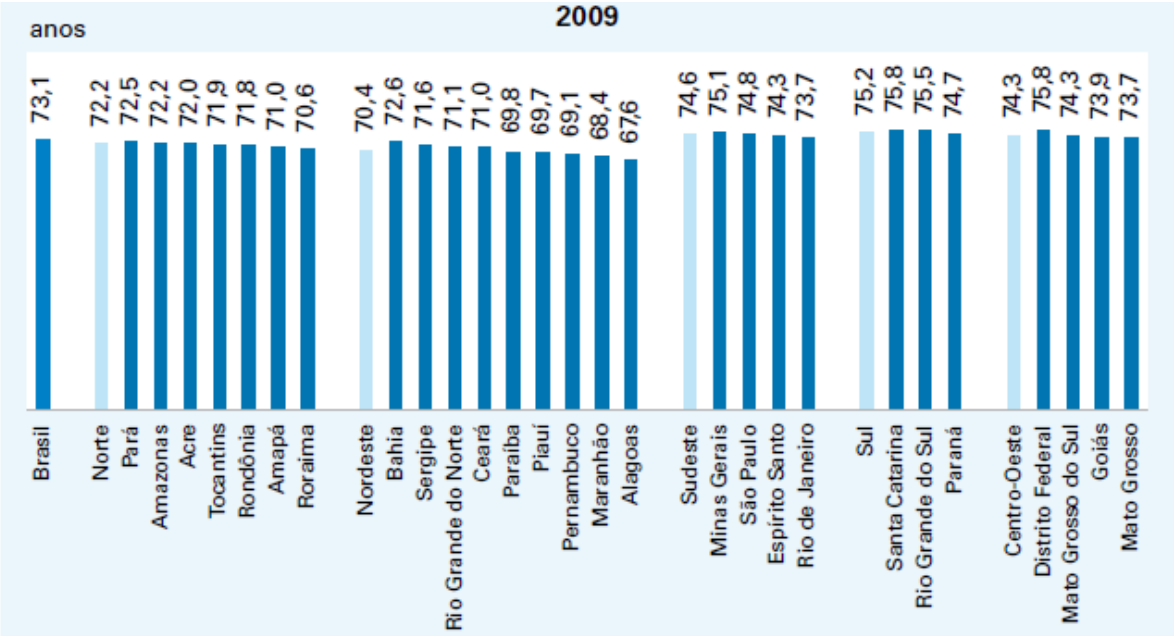


Tabela 7: Gráfico esperança de vida ao nascer- 2009

Fonte: IBGE- Síntese dos indicadores sociais 2010 (IBGE, 2010b)

O envelhecimento da população brasileira e o aumento proporcional de idosos na população total são fatos constatados pelas estatísticas de 2008 e 2009 da PNAD do IBGE. As mulheres são maioria, representam 55,8% do total de idosos, enquanto os homens são 44,2%. 64,1% dos idosos eram as pessoas de referência no seu domicílio. Mas, 30,7% tinham menos de um ano de escolaridade e, 66% deles já estavam aposentados em 2009.

Em 1999, a fatia da população com 60 anos ou mais representava 9,1% da população do Brasil, e em 2009 passou a 11,3%. Em números totais, eram 21.736.000 indivíduos acima de 60 anos em 2009. Na região metropolitana de Belo Horizonte, eram 569.000 pessoas, em 2009, representando 11,1% da população. (IBGE, 2010b, p. 191). Um terço dos idosos do país morava com os filhos em 2008, conforme o IBGE (2009b, p. 167). A tabela abaixo mostra a evolução da porcentagem de idosos na população total, e percebe-se o crescimento tanto na faixa acima de 60 como na acima de 65 anos, fruto do aumento da esperança de vida no país.

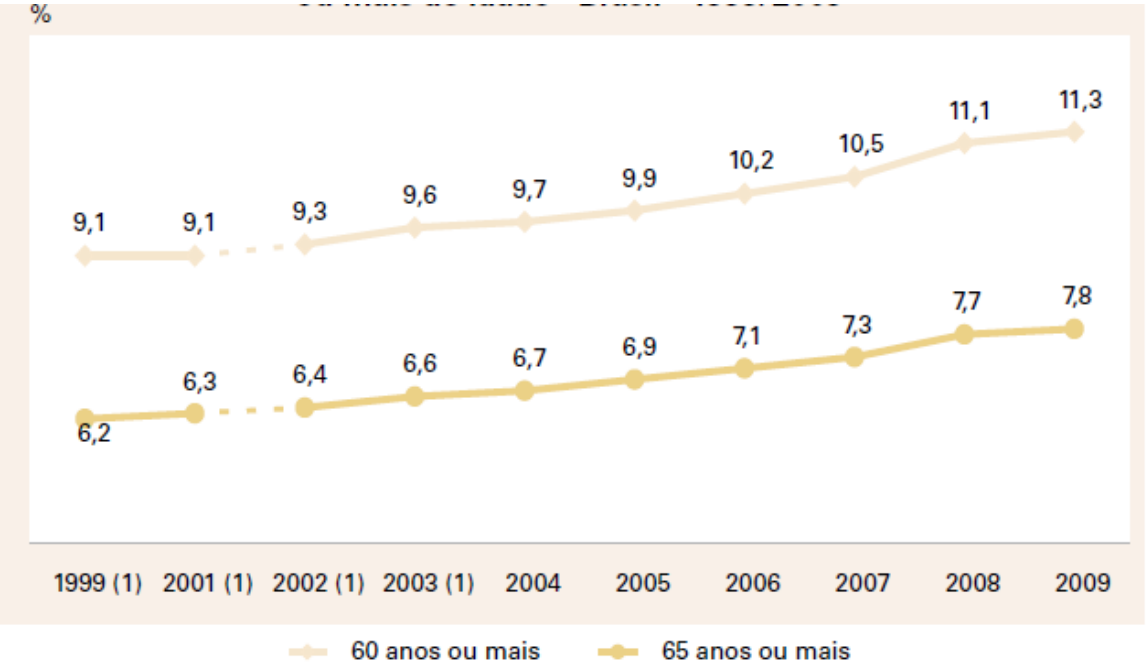


Tabela 8: Gráfico da proporção de idosos no Brasil- 1999/2009

Fonte: IBGE- Síntese dos indicadores sociais 2010 (IBGE, 2010b)

A família brasileira diminuiu. O número de seus membros vem sendo reduzido desde 1960, quando era em média composto de cinco pessoas, passou para 4,3 pessoas em 1981, em 1995 caiu para 3,6 pessoas, e em 2005 era somente 3,2 pessoas em média por família no Brasil (TRAMONTANO, 2007, p. 16). Em 2009, o número médio por família foi de 3,1 pessoas, segundo o IBGE (2010b, p. 99), confirmando a tendência de queda que já dura cinquenta anos. Todavia, as principais mudanças na família não são somente de ordem quantitativa, mas também qualitativa. Entre 1999 e 2009, houve mudanças importantes na proporção dos tipos de arranjos familiares. O tradicional arranjo da família nuclear- pai e mãe com filhos- vem perdendo peso no total do país e deixou de ser maioria pela primeira vez na história quando passou de 55,0% para 47,0% nessa década. Conseqüentemente os demais arranjos ganharam peso maior. O arranjo composto de somente mãe com filhos sofreu ligeiro aumento desde 1999 em torno de 17,1 a 17,4%, como mostra a tabela 6 abaixo (IBGE, 2010b, p. 99). Essa tendência de redução do número de famílias nucleares já era observada desde o início da década de 1990, mas só agora no século XXI é que esse tipo de arranjo deixou de ser maioria no Brasil.

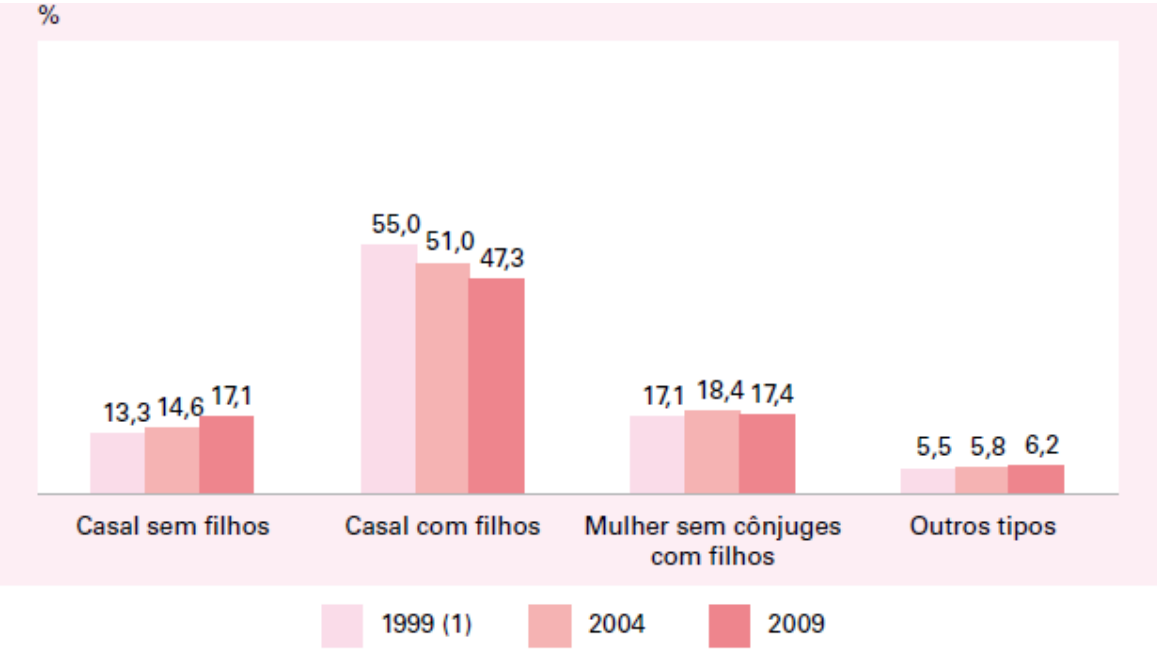


Tabela 9: Gráfico da distribuição dos tipos de arranjos familiares- 1999/2009

Fonte: IBGE- Síntese dos indicadores sociais 2010 (IBGE, 2010b)

O grupo doméstico composto de pessoas vivendo sós também tem aumentado muito em todo o mundo, com grande incidência nas cidades mais desenvolvidas da Europa. A proporção de pessoas vivendo sozinhas- arranjo unipessoal- passou de 8,4% em 1998, para 11,6% em 2008. Como se pode ver na tabela 7 a seguir, nesse mesmo período se observa um decréscimo dos demais arranjos com parentesco nos domicílios brasileiros. (IBGE, 2009b, p. 92). No Brasil essa tendência de aumento também tem sido verificada. Segundo Marcelo Tramontano (2007), os motivos desse aumento residem no número crescente de divórcios, na opção pelo celibato, no retardamento da idade do primeiro casamento, na emancipação da mulher e no aumento do número de viúvos. A família ou arranjo unipessoal tem aumentado muito na faixa etária entre 40 e 49 anos, passando de 12,8% para 15,6% do total de solitários, devido ao número de divórcios. A faixa entre 20 e 29 anos representava 12,5% dos arranjos unipessoais em 1995 e se manteve estável ao longo dos dez anos seguintes, segundo Tramontano (2007, p. 17), devido o número de casamentos nessa faixa, e também porque os filhos adultos apresentam tendência de demorarem mais a sair da casa dos pais por razões econômicas. Portanto, a maioria das pessoas vivendo sós, no Brasil, pertence à faixa etária acima de 60 anos, a maior parte constituída de mulheres que, de acordo com o autor, são viúvas que não voltaram a estabelecer uma relação estável. Essa faixa etária representava 43,2% em 1995, e encolheu para 40,6% em 2005, mas ainda continua sendo a maioria.

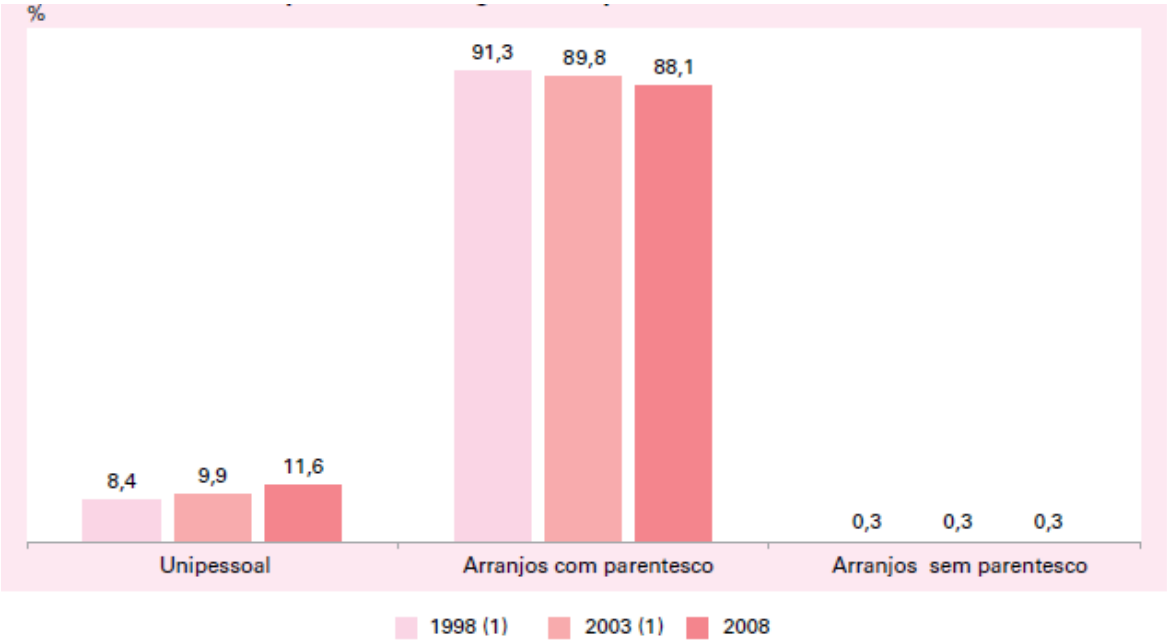


Tabela 10: percentual de tipos de arranjos familiares nos domicílios.

Fonte: IBGE- Síntese dos Indicadores Sociais 2009 (IBGE, 2009b)

O tipo de arranjo constituído por um só dos pais com os filhos- a família monoparental-, especialmente aquela chefiada pela mãe, apresentou crescimento significativo até 2004, quando se manteve estável até o final dessa década. Nesse aspecto, Tramontano (2007, p. 18) alerta para uma "[...] tendência de enfraquecimento da chefia masculina, como resultado da maior inserção das mulheres no mercado de trabalho". Esse arranjo que, segundo o autor, era tradicional nas classes mais pobres, agora está presente também nos estratos mais ricos e cultos da sociedade.

No mundo todo, os casais sem filhos são um tipo de arranjo doméstico muito característico das grandes cidades modernas. Segundo Tramontano (2007, p. 19), são famílias em que ambos trabalham, ou seja, a família tem duplo rendimento. São consumidores exigentes de vestuário e produtos culturais, e também se preocupam com os aspectos ligados ao espaço doméstico e o autor acrescenta que esse arranjo raramente se apresenta com presença de outro parente no mesmo domicílio. Conforme os dados do IBGE (2009b, p. 92), os casais sem filhos passaram de 13,3% para 17,1% entre 199 e 2009 (Ver tabela 6).

Vimos que a família nuclear vem perdendo peso ao longo das últimas décadas no Brasil, contudo há mudanças importantes ocorrendo também na sua estrutura interna, a ponto de Tramontano (1993, p. 12) já chamá-la de "a nova família nuclear". A principal mudança diz respeito à hierarquia interna que, com a redistribuição da autoridade, passou por uma

recomposição. As razões apontadas pelo autor são “o deslocamento da função de provedor para outro membro” e a “falta de consenso entre os membros sobre quem é realmente o chefe” (Idem, 2007, p. 19). O grande número de mães trabalhado fora e contribuindo na mesma forma que o pai para o orçamento familiar reforça mais ainda essa indefinição. Outro fator apontado por Tramontano (loc. cit.) é a dissolução gradual da “[...] exigência de obediência cega à autoridade paterna [...]” e sua substituição gradual “[...] pela expectativa de sucesso profissional, ampliando os investimentos da família na formação dos filhos [...]”, o que, de certa forma, tem desencorajado a formação de proles numerosas.

O cenário em que se constituem as famílias no século XXI é um desdobramento de tendências já observadas há pelo menos duas décadas, mas que estão redefinindo o conceito de família nesse século. A família nuclear vai passar a ser apenas uma etapa da vida de seus membros individuais, já que o tempo de duração desse modelo de família não mais se prolonga por toda a vida. Tramontano (1993, p. 13) chega à mesma conclusão quando afirma:

> Com a redução do número de filhos- queda da fecundidade, diminuição do tamanho da família- e do período gasto pelos pais com a sua manutenção- escolarização cada vez mais cedo e mais longa- ao lado do aumento das possibilidades de autonomia financeira da mãe, deixam de existir razões para que a família nuclear prolongue-se por toda a vida- cada vez mais longa de seus indivíduos, continuando a existir após a morte do amor conjugal. Assim, crê-se que a família nuclear torna-se, cada vez mais, apenas um momento transitório- e não obrigatório- das trajetórias individuais de cada vez menos pessoas.

A família tradicional nuclear parece não ter resistido às pressões do avanço tecnológico e das transformações nas relações entre os sexos. Os avanços representados pela queda da mortalidade e pelo controle da fecundidade transformaram o perfil dessa família, que procura se adaptar aos novos tempos e costumes, e busca também evitar o risco de se tornar um arranjo anacrônico.

E anacrônico pode ser o termo aplicável aos espaços domésticos e os interiores das casas e apartamentos oferecidos a essas novas famílias no século XXI, como passaremos a analisar no próximo item.

4.4 As transformações nos espaços residenciais

Novos modos de vida surgiram em decorrência das mudanças citadas, e esses modos de vida conduziram à alteração do nosso comportamento, do nosso cotidiano

doméstico e do nosso modo de morar. As Pesquisas Nacionais por Amostragem de Domicílios- PNAD- realizadas pelo IBGE nos últimos anos têm demonstrado uma evolução dos modos de vida da população brasileira que confirmam as mesmas tendências verificadas anteriormente em outros países como Estados Unidos e França, por exemplo.

As primeiras mudanças dizem respeito à formação demográfica da população, que antes se localizava principalmente nas zonas rurais- 55% em 1960- e cresceu de 70 para 170 milhões entre 1960 e 2000, sendo então 81% desse total moradores de áreas urbanas. Hoje somos 190.755.799 pessoas, conforme o censo de 2010 do IBGE, das quais menos de 30 milhões- 15,6%- residem em áreas rurais e mais de 160 milhões- 84,4%- nas cidades (IBGE, 2011). Além do rápido crescimento de mais de 100 milhões de pessoas em 40 anos, e da urbanização exagerada, as famílias brasileiras hoje passam por mudanças importantes na sua estrutura interna devido às novas condições demográficas que Tramontano (2007) descreve:

> Diminuições dos valores da taxa de mortalidade infantil refletem avanços tecnológicos, sobretudo na área das Ciências Médicas, e o maior alcance de benfeitorias do saneamento básico a domicílios situados em todas as regiões do país. A baixa taxa de fecundidade e de natalidade associadas ao aumento da esperança de vida levam ao chamado envelhecimento da população. [...] Combinado com melhores condições de saúde e a difusão de práticas culturais e esportivas na terceira idade, esses desenvolvimentos explicam o rápido aumento do grupo das famílias unipessoais entre idosos. (TRAMONTANO, 2007, p. 13 e 14).

As conseqüências dessas mudanças no cotidiano e no modo de vida da população são perceptíveis aos moradores das grandes cidades: adensamento das áreas mais nobres; trânsito caótico e percursos cada vez mais longos e demorados entre trabalho, moradia e lazer; violência e desigualdade social, falência do planejamento urbano e sobrecarga a infraestrutura. Tudo isso trazendo transformações também nos interiores das moradias.

De acordo com Rybczynsk (2002), a evolução dos interiores e sua decoração- como ele chama a configuração dos interiores- é uma conseqüência de uma busca constante por conforto físico ao longo do processo de desenvolvimento tecnológico e cultural das sociedades ocidentais. O conceito de conforto não cabe discutir aqui, mas vimos que as casas, desde a Idade Média, passaram por inúmeras transformações físicas, mas também funcionais e simbólicas, em que artefatos e processos tecnológicos foram incorporados ao seu espaço. Entretanto o próprio Rybczynski (2002) adverte que, apesar de todos os avanços tecnológicos, os mais importantes e impactantes para a configuração do conforto doméstico que temos hoje se deram entre 1890 e 1920, a saber: água encanada quente e fria, aquecimento central [no hemisfério norte, principalmente], luz e força elétrica [motores] e os elevadores. Nenhum

desses existia antes de 1890, mas por volta de 1920 já eram bem conhecidos nas principais cidades do planeta. Pois, "[...] o conforto não mudou somente qualitativamente, mas também quantitativamente- tornou-se produto de massa" (RYBCZYNSKI, 2002, p. 225).

Os espaços residenciais- *domicílios*, como são denominados pelo IBGE nas pesquisas- passaram por transformações quantitativas e qualitativas nesses dez primeiros anos do século XXI. Mostramos que a população do país cresceu, desde o ano 2000, em torno de 21 milhões de pessoas. Mas ao contrário o número médio de moradores por domicílio vem diminuindo ao longo dos anos. Eram em média 3,8 pessoas por domicílio em 1988, enquanto em 2008 esse número caiu para 3,3 pessoas (ver tabela 11 abaixo). Isso só ocorre porque o número de domicílios vem aumentando. É o que aponta o Censo de 2010 do IBGE (2011, p. 60): a quantidade de domicílios ocupados passou de 45,0 milhões para 56,5 milhões entre 2000 e 2010. Um incremento de 11,5 milhões de novos domicílios ou residências ocupadas. No mínimo é um número auspicioso para arquitetos e designers de interiores, pois dá uma idéia da medida do crescimento do seu mercado potencial de trabalho. Não que haja mais onze milhões de novos clientes, mas a taxa de crescimento de 25,6% na década é animadora.

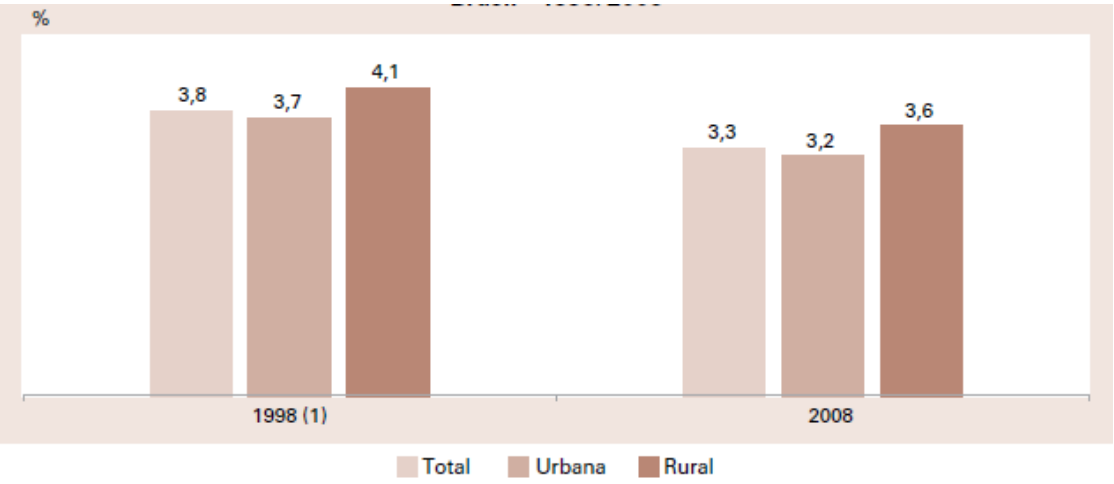


Tabela 11: Gráfico do número médio de pessoas por domicílio- 1988/2008
Fonte: IBGE- Síntese dos indicadores sociais 2009 (IBGE, 2009b)

Quanto ao tipo e a configuração dos imóveis, suas características, funções e acesso a serviços e bens, de acordo com o IBGE (2009b, p. 83), em 2009 eram 48,9 milhões de domicílios no Brasil, sendo 87,3% eram casas, 12,3% apartamentos e 0,3% cômodos. No estado de Minas Gerais, o total de residências era 5,3 milhões, dos quais 87,8% eram casas, 12% apartamentos e 0,2% cômodos. Na Região Metropolitana de Belo Horizonte eram 1,6

milhões de domicílios, sendo 81,0% casas, 18,7% apartamentos e 0,3% cômodos. No Brasil, 70,6% dos domicílios eram imóveis próprios; em Minas Gerais, eram 69,2%; e na Região Metropolitana de Belo Horizonte, 68,8% era de propriedade do morador.

A predominância de casas sobre apartamentos denota o fato de que a grande maioria das pessoas constrói suas casas por conta própria e no ritmo que seus ganhos permitem, já que não tem poder aquisitivo para adquirir seu imóvel pronto. Nesses casos é muito rara a atuação de profissionais tanto de projeto quanto da construção- arquitetos, engenheiros e técnicos- e predominam a autoconstrução e o improviso. Entretanto, principalmente nas cidades, a maioria maciça dos imóveis construídos por empreendedores e incorporadores é constituída de habitações coletivas verticais- edifícios de apartamentos- ou condomínios horizontais- casas. Segundo Tramontano (2007, p. 23) essas unidades habitacionais, acrescidas de uma fração ideal de todas as áreas comuns é que constituem o produto oferecido e concebido para um usuário-tipo. No caso das casas individuais, o produto é personalizado de acordo com a exigência do seu proprietário e possui características específicas de cada caso.

Quanto à configuração das unidades produzidas para o mercado, ou melhor, para o usuário genérico, Tramontano (op. cit., p. 24) afirma que "[...] a articulação de seus espaços continua a reproduzir o modelo da *Belle Epoque* parisiense do século XIX, [...] visando os hábitos da burguesia ascendente da época [...], com base na tripartição da unidade em zonas Social, Íntima e de Serviços". Mesmo com a redução progressiva dos espaços das unidades devido ao excessivo aumento do preço dos terrenos urbanos e ouros fatores, essa divisão dos compartimentos por grupos de função ainda segue critérios estabelecidos há cento e cinqüenta anos, conforme o autor (loc. cit.).

Entretanto, de 1997 a 2007, algumas novidades puderam ser detectadas nos espaços residenciais da classe média urbana no Brasil. São mudanças que já vinham ocorrendo desde a metade até o final do século XX, e agora estão plenamente estabelecidas. Essas mudanças são descritas por Tramontano (2007, p. 24- 25): proliferam as suítes em todos os segmentos, aumentaram as metragens médias de unidades de um e três quartos, nas unidades de quatro quartos a área média diminuiu, a área das varandas em apartamentos mais caros aumentou e estas foram equipadas com churrasqueiras e bancadas para preparação de alimentos, há uma grande oferta de configurações tipo *loft* e *duplex* destinadas a grupos de renda mais elevada, cresce a diversificação de equipamentos e serviços de uso comum em todos os casos, uso de cabeamento estruturado como suporte para tecnologias de informação e

comunicação, cresce o número de vagas nas garagens [exceto nos condomínios horizontais], surgem projetos com espaços para trabalho-escritórios- na área coletiva do condomínio, aumenta o número de lançamentos de condomínios horizontais [na Grande Belo Horizonte, são loteamentos de condomínios de casas], surgem apartamentos econômicos no segmento de quatro quartos, conjuntos maiores e com maior número de unidades são lançados.

O apartamento é o tipo de moradia mais comercializado nas principais cidades brasileiras por incorporadores privados. Entre 1997 e 2007, todos os segmentos de apartamentos tiveram suas áreas reduzidas ou mantiveram o padrão já reduzido de anos anteriores. No caso do segmento mais caro, mais suítes foram incluídas sem aumentar a área da unidade e sacrificando a dimensão dos demais compartimentos. Entretanto em nenhum desses casos surgiram novidades em relação à configuração de seus interiores, já que prevalece a tripartição funcional-social, íntimo e serviços- "[...] mesmo quando se trata de projetos evidentemente destinados a formatos familiares distintos da família nuclear, cujos modos de vida diferem absolutamente daqueles da família burguesa forjada na *Belle Epoque* parisiense" (TRAMONTANO, 2007, p. 25).

No segmento dos apartamentos de um quarto, a novidade é que são oferecidas versões com área maior no formato *duplex* ou *loft*, eliminando-se as divisões internas. A intenção nesse caso é fugir de uma associação com o popular *quarto-e-sala.* Os empreendedores percebem o crescimento do número de pessoas morando sozinhas que não encontram opções de habitação compatível com suas necessidades e novos modos de vida. Esses imóveis de um dormitório tradicionalmente são procurados por recém-casados ou casais sem filhos, e por pessoas vivendo sós em diferentes fases da vida, como jovens solteiros estudantes ou no início da vida profissional, divorciados, viúvos e viúvas. (TRAMONTANO, 2007, p. 25- 26). Em Belo Horizonte, a procura por apartamentos de um quarto está em alta e, segundo Aquino (2011), é principalmente por jovens solteiros, entre 27 e 29 anos, que já estão no mercado de trabalho há mais tempo e alcançaram sua independência financeira. Nessa categoria, "[...] a localização é importante para o solteiro. Ele quer morar perto do trabalho e de uma área onde há concentração de lazer [...]" (AQUINO, 2011, p. 2).

O apartamento de dois quartos teve suas metragens mantidas estáveis entre 1997 e 2007 na faixa dos 50 aos 60 metros quadrados. Surge como novidade a oferta de unidades com duas suítes, as unidades em configuração *duplex* e a inclusão de um lavabo. Em muitos casos há a eliminação da dependência de empregada, resultado de uma tendência de substituição da empregada por diarista. Há casos ainda em pequeno número de unidades mais

caras em que as duas suítes são separadas pela sala, e esse arranjo espacial com os dormitórios afastados deve atender a grupos domésticos com maior grau de independência entre seus membros. Mais raros ainda são os quartos com divisórias móveis entre um deles e a sala, principalmente, de forma a permitir a flexibilização do uso da unidade. Os usuários desse segmento de dois dormitórios são, em geral, jovens casais sem filhos, pessoas vivendo sós que trabalham em casa, mães sozinhas com filhos pequenos e pequenas famílias nucleares com um ou dois filhos. Geralmente nesses imóveis, um dos quartos é transformado em sala de televisão ou de trabalho, e a cozinha não passa de uma parede com bancada, fogão e geladeira e, mesmo minúscula, desempenha o papel de centro do grupo doméstico. (TRAMONTANO, 2007, p. 26).

No segmento dos apartamentos de três quartos o mercado produz ainda as tradicionais unidades econômicas de 60 a 70 metros quadrados, que se assemelham ao apartamento de dois quartos, só que acrescido de um dormitório que, às vezes, é *reversível*. Segundo Tramontano (2007, p. 27), "[...] ironicamente, ao comprar um pequeno apartamento de três dormitórios está-se, na realidade, comprando um de dois dormitórios só que mais compartimentado". Na outra extremidade, o mercado também passou a oferecer unidades com três suítes, área total acima dos duzentos metros quadrados, varandas, e até no formato *duplex* com mezanino. Unidades desse segmento raramente são ocupadas por pessoas vivendo sozinhas, seus moradores mais comuns eram as famílias nucleares, mas estas atualmente têm migrado para apartamentos de quatro quartos ou casas em condomínios fechados. Segundo o autor, parece que hoje em dia esses apartamentos são ocupados por grupos menores à procura de unidades mais espaçosas para possíveis reformas em que se consigam cômodos mais amplos ou criação de espaço para trabalho em casa (TRAMONTANO, loc. cit.).

Os apartamentos de quatro quartos passaram, entre 1997 e 2007, por uma redução de aproximadamente 30 metros quadrados, em média. Isso se deve ao fato de a referência para se determinar o padrão do imóvel não ser mais o número de dormitórios, e sim o número de suítes. Com isso, surgiu a nova categoria dos apartamentos de quatro quartos econômicos para atender a famílias de menor poder aquisitivo, mas que precisam do quarto adicional. O que se observa é que esse tipo de unidade compacta tem as salas e o os quartos de pequenas dimensões, nos moldes dos apartamentos de dois e de três quartos menores e mais baratos, mas costumam ter duas suítes. Alguns proprietários costumam transformar um dos quartos em escritório ou *home-theater* ou, muitas vezes preferem suprimir uma das paredes do quarto a fim de ampliar o espaço da sala. Menos comum é a transformação do banheiro social em

suíte, que ocorre quando se elimina um dos quartos para aumentar a sala e, assim transforma-se numa unidade com três suítes. Tramontano (2007, p. 28) relata que "[...] de acordo com vendedores de grandes imobiliárias, nas unidades 4-quartos-2-suítes é comum que os membros do casal durmam separados, ocupando suítes contíguas, eventualmente inter-comunicantes". Os banheiros dessas suítes têm as mesmas dimensões dos banheiros de apartamentos menores, com exceção da suíte principal, em que podem ser instalada banheira de hidromassagem e, inclusive, lavatórios separados. O paradoxo em relação aos banheiros é que suas áreas foram diminuídas continuamente entre 1997 e 2007, mas esse espaço passou a ser entendido como lugar de relaxamento além de lugar de higiene, segundo Tramontano (2007, p. 28).

A categoria dos apartamentos de altíssimo luxo, com cinco ou mais quartos tem algumas peculiaridades exclusivas desse segmento. Entre outras, são apartamentos que na maioria das vezes sequer são anunciados em jornais, pois são oferecidos diretamente aos seus poucos compradores em potencial e seu custo fica invariavelmente na casa de alguns milhões de dólares. Nessas unidades todos os dormitórios normalmente são suítes e número de salas se iguala ao de quartos, assim como o número de vagas na garagem. Nesse tipo de projeto, as novidades são "[...] a inclusão de sistemas cada vez mais sofisticados e caros de segurança, tanto dos edifícios quanto das unidades. Neles, é surpreendente a semelhança [...] entre a disposição de seus cômodos e aquela do apartamento burguês da *Belle Epoque* francesa" (TRAMONTANO, 2007, p. 29). E também há o mesmo cuidado com o planejamento das circulações de empregados e patrões para evitar sua coincidência. O número de quartos nem sempre corresponde ao número de membros do grupo familiar, e o quarto excedente e reservado para hóspedes ou familiares.

Nos condomínios de edifícios de apartamentos normalmente são oferecidos diversos equipamentos de uso coletivo desde os anos 1990, como por exemplo, os salões de festa e de jogos, piscinas para crianças separadas das dos adultos, quadras de esporte, *play-grounds*, saunas e sala de musculação. Essa lista hoje em dia foi aumentada com um número sem fim de itens, que sugere uma tendência de valorização das atividades coletivas e seus usos nos imóveis. Diversos condomínios agora incluem piscinas maiores ou semi-olímpicas com *decks* amplos, pistas de caminhada, sala com home theater, sala de leitura, salas de computadores com internet em banda larga, espaços para massagem, *espaços-gourmet* com fornos para pizza e churrasqueira, salões de beleza, balcões para café o bar e até espaços para animais de estimação. A única proposta que não visa o lazer é que alguns oferecem *home-*

offices [escritórios] com estrutura informatizada para os moradores que não querem pegar trânsito para ir trabalhar. Tramontano (loc. cit.) vê nessa profusão de equipamentos um apelo para se investir em conjuntos com número cada vez maior de unidades e de moradores e, também como uma compensação para a falta de espaço no interior das unidades, já que algumas atividades passam a se transferir para a esfera coletiva dos edifícios. Evidentemente, esses equipamentos e serviços valorizam o imóvel no momento da revenda e parecem conferir *status* aos seus moradores. Outra justificativa muito comum para esses serviços é a questão da insegurança crescente nas grandes cidades e a sensação de medo que vem aumentando em grande parte da população. O mercado soube explorar essa fenômeno oferecendo empreendimentos com grades, muros, guaritas, câmeras, portarias com cancelas e seguranças aramados, numa lista que não para de crescer e mostrar novidades a cada dia.

Muitas pessoas nos últimos anos têm sido atraídas pela possibilidade de viver, ou voltar a viver em contato com a natureza em espaços mais generosos e confortáveis, morando em casas em vez de apartamentos. Por isso os condomínios horizontais de casas crescem em grande número nos arredores das metrópoles e até de cidades de médio porte do interior. Aqui também se busca enfatizar, como nos condomínios verticais, a questão da segurança. Na Região Metropolitana de Belo Horizonte esse tipo de empreendimento tem surgido principalmente no vetor sul, na conurbação com Nova Lima, Rio Acima e Brumadinho. A maioria dos condomínios não passa de loteamentos dotados de estrutura mínima de segurança e poucos equipamentos coletivos de lazer. A exceção é o condomínio Alphaville Lagoa dos Ingleses, onde foram implantadas casas geminadas padronizadas nos moldes dos condomínios comuns na cidade de São Paulo. Nesses empreendimentos paulistas, de acordo com Tramontano (2007, p. 30) o que é oferecido diverge bastante do ideal idílico de contato com a natureza, onde as unidades ficam em torno de 150 metros quadrados, com áreas comuns quase totalmente pavimentadas e com um pequeno gramado na frente das casas geminadas de dois pavimentos.

As casas particulares, que não são feitas em série, também passaram por diversas mudanças com o aporte cada vez maior de tecnologia e equipamentos em seu projeto, mas como são feitas sob encomenda, com certeza são melhor adaptadas aos modos de vida de seus usuários. Entretanto, não se observam mudanças mais incisivas no desenho e configuração de seus espaços interiores, seja de ordem estrutural ou programática, em seu projeto nesses últimos anos, da mesma forma como acontece nas unidades constituídas em condomínios verticais e horizontais.

Desde os anos 1960, quando a habitação passou a ser considerada uma mercadoria, não se observam variações nem evoluções essenciais no desenho e na configuração dos espaços de morar. Por outro lado, os modos de viver da população, especialmente na última década do século XX e na primeira do século XXI, mudaram de maneira bastante perceptível. De acordo com Tramontano (2007, p. 31) as maiores novidades propostas aos clientes mais ricos pelo mercado imobiliário são maquiagens superficiais em um produto antigo na essência, não há propostas de rever as questões mais importantes que são as atividades cotidianas ligadas ao projeto e à configuração do espaço privado das unidades habitacionais. À parcela nem rica nem pobre da população menos ainda é oferecido, sujeitos à especulação, acabam por ir morar nos arredores urbanos distantes, em espaços diminutos e "[...] pagando preços em geral altos demais pelo produto inadequado que se lhes oferece" (TRAMONTANO, op. cit., p. 31). Assim é em todas as grandes cidades brasileiras, e Belo Horizonte não é exceção. E aqui essas circunstâncias desfavoráveis são potencializadas pela falta de espaço para o crescimento da cidade que já a área do município quase totalmente tomada pela malha urbana.

4.5 Os espaços residenciais em Belo Horizonte

A forma como se desenvolveram as maneiras de se conceber e utilizar as moradias em Belo Horizonte, passa primeiramente pelas origens dos modos de vida na cidade, pela configuração social de seus habitantes e dos seus grupos domésticos predominantes. Origens, entretanto, não determinam destinos. E, de fato, as transformações pelas quais a cidade, seus habitantes e suas moradias passaram ao longo desses mais de cem anos, desde 1897, resultaram numa ocupação muito diferente do plano original, e conseqüentemente numa diversidade de novos modos de morar difícil de prever nas suas origens.

Belo Horizonte, como tantas outras cidades brasileiras, nasceu por decreto. Em sua maioria, essas outras cidades foram fundadas para garantir a defesa da costa ao longo do nosso território- Salvador, Rio de Janeiro, Belém, São Luiz, Cabo Frio, Florianópolis (RIBEIRO, 1995). Outras foram construídas para garantir a geração de vetores de colonização do interior do país- Goiânia, Brasília, Palmas, etc.. No caso de Belo Horizonte, procurava-se transferir a sede do Governo do Estado- em Ouro Preto- para um lugar mais identificado com os novos ideais da República que acabava de nascer, e mais distante do passado colonial e

imperial recente. Ou seja, a nova capital seria a primeira cidade planejada do país na era republicana, e ostentaria as qualidades novas que os republicanos consideravam essenciais para os tempos que tentavam inaugurar no Brasil. Assim, os projetistas de Belo Horizonte, Aarão Reis e a Comissão Construtora da Nova Capital definiram no seu projeto todo um modo novo de se viver na cidade, diferente do existente então no país. Os ideais higienistas, racionalistas e humanistas foram inspirados nos melhores exemplos de então: Washington-nos Estados Unidos, e a reforma realizada em Paris pelo Barão Haussman vinte anos antes. A forma tomada por Belo Horizonte no seu projeto inicial moldou por décadas o modo de viver e de morar na cidade, que só começou a mudar no final da década de 1930, com o surgimento dos primeiros prédios de apartamentos.

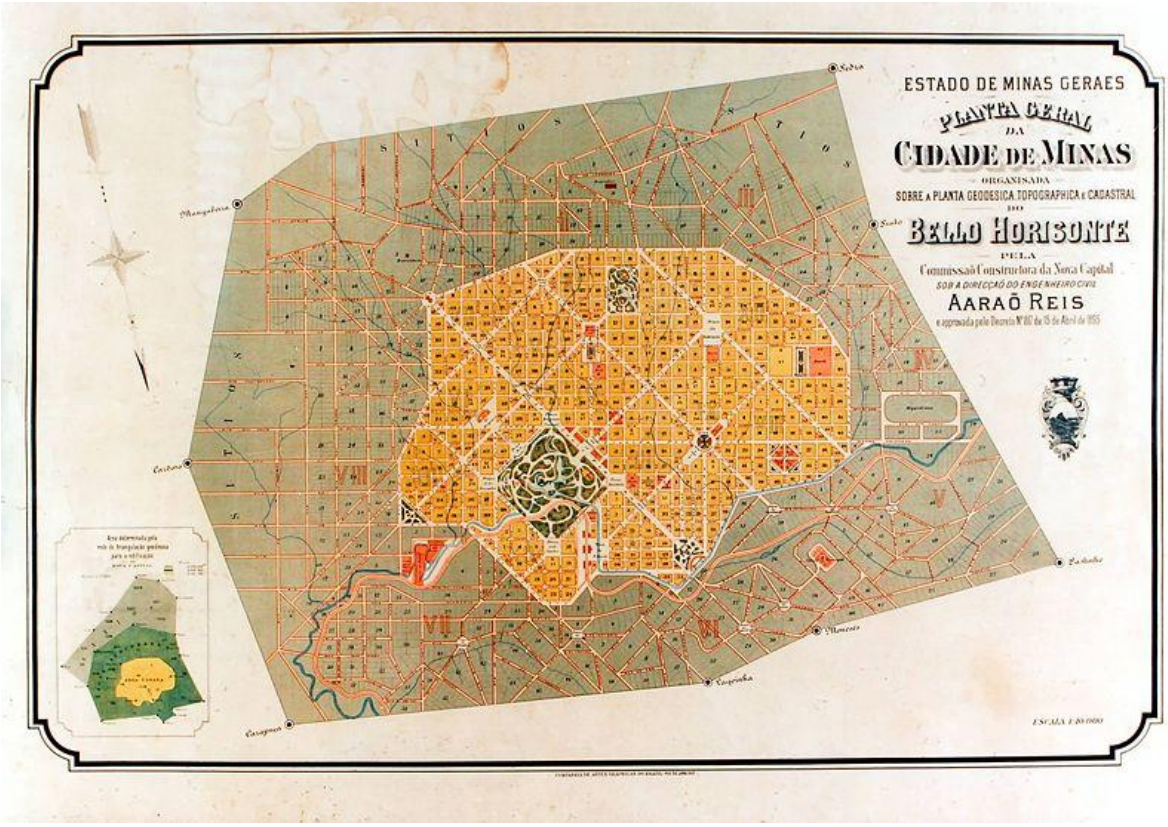


Figura 8: Planta da Comissão Construtora da Nova Capital- 1895

Fonte: Arquivo Público Mineiro: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br>, acesso em 10/09/2011

No dia 12 de dezembro de 1897 foi inaugurada a nova capital do Estado de Minas Gerais (fig. 3), sendo chamada Cidade de Minas. Sua construção teve início em 1894, seguindo um traçado geométrico uniforme como um tabuleiro de xadrez feito por Aarão Reis (ver figura 3), engenheiro-chefe da Comissão Construtora da Nova Capital, inspirado em

conceitos urbanísticos franceses nos quais se buscava uma concepção científica da cidade baseada em procedimentos higiênicos, tais como abastecimento de água, rede de esgotos, ruas e avenidas retas e largas, além da divisão de sua área em zonas urbana, suburbana e rural. Em apenas quatro anos foi erguida a cidade no lugar do antigo povoado de nome Curral d'El Rei, conforme o plano do novo regime republicano recém-instalado no poder pelo golpe militar de1889. Assim nos diz Letícia Julião (in: DUTRA, 1996, p. 49): "[...] Belo Horizonte figura como a obra simbólica de maior envergadura da República em Minas".

Não foi sem trauma que os moradores de Ouro Preto vinculados à administração pública se viram transferidos para a nova capital, a Cidade de Minas, que em 1901 teve seu nome mudado para Belo Horizonte. Tudo na cidade parecia estranho e motivo de descontentamento, como observa Monteiro Lobato numa crônica da época: "[...] uma escassez de gente pelas ruas larguíssimas, a cidade semi-construída, quase que apenas desenhada a tijolo, no chão, um prédio aqui outro lá, tudo semi-feito – e a tudo envolver um pó finíssimo e finíssimamente irritante [...]" (in: DUTRA, 1996, p. 62). Até mesmo as ruas retas e largas seriam motivo de reclamação por parte dos novos moradores mais afeitos aos becos e vielas de Ouro Preto.

Todavia nem só de ouropretanos se compunha a população de Belo Horizonte naquele início da década de 1920. Além dos funcionários públicos, havia muitos comerciantes e operários da construção da cidade, estudantes de diversas cidades do interior e suas famílias, atraídos pelas faculdades de direito, medicina e outras escolas. Segundo estatística de 1929, Belo Horizonte tinha apenas 108.849 habitantes e mal ultrapassava os limites da Avenida do Contorno a não ser em poucos bairros como a Serra, o Calafate, o Carlos Prates, Bonfim e outros poucos (NAVA, 1981, p. 452).

Como foi planejada para abrigar a administração do Estado, criou-se o Bairro dos Funcionários, pensado para se instalarem os funcionários públicos estaduais transferidos de Ouro Preto, a quem foram vendidos lotes previamente reservados [previsto no projeto de Aarão Reis]. Para estes foram projetados sete tipos de casas designados por letras A, B, C, D, E, F e G. A menor e mais simples era a do tipo A (ver figura 4) e assim sucessivamente maiores e melhores eram as de B até G (MENEZES, 1997, p. 38; COMISSÃO, 1895, p. 15). Este fato demonstra uma clara tentativa de enquadrar de forma racionalista, bem ao gosto da época, a hierarquização social e a ocupação dos espaços urbanos dentro dos limites da Avenida do Contorno. O tempo veio mostrar que esse controle e essa estratificação não

saíram como planejados, desaparecendo com o início da verticalização da cidade no fim da década de 1930.

Figura 9: casa tipo A ou B – talvez tenha pertencido a um dos primeiros funcionários.

Fonte: In: Moura, Maurício I. Pinto de – *Primeiras casas de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Escola de arquitetura – Universidade de Minas Gerais, 1961.

Se a evolução dos interiores e de suas configurações decorre da busca por conforto físico no desenvolvimento das sociedades, como propõe Rybczynsk (2002), então, Belo Horizonte já nasceu sob o signo desse novo conforto doméstico, pois nos seus primeiros anos (de 1900 em diante) já disponibilizava para seus moradores abastecimento de água, energia elétrica inclusive na iluminação pública, bondes elétricos para transporte urbano e uma série de outros confortos próprios das modernas cidades do século XX.

O início da verticalização de Belo Horizonte data de 1939, com a construção do primeiro prédio de apartamentos na Rua São Paulo, esquina com Amazonas- o Edifício Lutetia. Depois da maior aceitação desse novo modo de morar pelos habitantes da cidade, diversos empreendimentos se seguiram e, de acordo com Pinho (2005, p. 50): “As duas primeiras décadas da história dos apartamentos em Belo Horizonte não apresentam grandes variações em relação a esse primeiro exemplar, seja pela configuração externa, seja pela distribuição dos espaços internos”. Mas, o adensamento habitacional da área central já se faz presente nas décadas 1940 e 1950.

A adoção da arquitetura modernista nas habitações em Belo Horizonte se dá após a construção dos edifícios da orla da Lagoa da Pampulha, encomendados pelo prefeito Juscelino Kubitschek ao jovem arquiteto Oscar Niemeyer, no início da década de 1940 [1942-43]. Uma das primeiras habitações modernistas da cidade foi a casa que Niemeyer fez para Kubitschek em 1943 na Pampulha. A intenção do prefeito ao fazer ali sua casa era dar o exemplo e incentivar a ocupação da Pampulha, segundo Carsalade (2007, p. 52). Ao que parece a Pampulha despertou o interesse dos jovens arquitetos da cidade, que passaram a adotar, ainda de forma incipiente, as propostas modernistas na sua produção arquitetônica (PINHO, 2005, p. 50).

Até o final da década de 1970 e início da de 1980, prevaleceram nos projetos habitacionais, especialmente nos edifícios verticais de apartamentos, as propostas modernistas. A partir daí começam a surgir propostas de revisão dos conceitos e dogmas modernistas. Kumar (1997, p. 116 e 117) cita o historiador da arquitetura, Charles Jenks que, em 1977, declarou a morte da arquitetura moderna, e alega que "[...] a rejeição final desse estilo, iniciou, para Jenks e outros, a era do pós-modernismo arquitetônico e urbano". Ele acrescenta ainda que esse estilo caracterizava-se por um pluralismo e ecletismo, a convivência de diversas correntes e movimentos. Esses movimentos de contestação e oposição recebem o nome de pós-modernismo e, conforme Malard (2006, p. 95) os principais deles são: "o Pós-Modernismo Historicista, o *high-tech* e o desconstrutivismo".

Ainda segundo a autora na arquitetura brasileira "[...] as mais notáveis manifestações pós-modernistas estão em Minas Gerais, protagonizadas por Éolo Maia, Sílvio de Podestá e Jô Vasconcellos. Esses arquitetos aderiram com muita criatividade e bom gosto ao pluralismo estético dos anos 1970 e 1980" (MALARD, op. cit., p. 103). Ela cita como exemplo da obra dos três arquitetos o prédio na Praça da Liberdade apelidado de *Rainha da Sucata*, e a acrescenta que essa linguagem, como todas as outras que surgiram durante o processo de urbanização acelerada dos últimos cinqüenta anos no Brasil, foi apropriada pela arquitetura comercial em forma de "paródias vulgares" e sofreu uma diluição de sua proposta inicial (Idem, ibidem, p. 104).

A produção de unidades residenciais no mercado da construção civil no Brasil hoje, segundo Pinho (op. cit., p. 52) está em processo de modernização e transformação para poder atender à crescente exigência de qualidade por parte do consumidor. Entretanto a autora ressalva que quanto aos edifícios de apartamentos o que se observa é que "[...] essa transformação está voltada muito menos para os interesses do usuário final dos espaços, e

muito mais para a sobrevivência dessa indústria no mercado" (Idem, loc. cit.). As possibilidades de inovação no desenho dos espaços, de flexibilização dos usos de seus interiores e de adequação ao modo de vida dos usuários entram sempre em conflito com fatores de ordem econômica ou construtiva e nunca alcançam o patamar ideal. Algumas tentativas de se flexibilizar o uso do espaço interno foram propostas em Belo Horizonte através de tecnologias introduzidas na sua construção, como a adoção de sistemas de vedação novos e mais flexíveis [paredes de gesso acartonado], novas formas de distribuição de água, novos sistemas para telefonia, internet e outros, sempre foram iniciativas limitadas, pouco aceitas e pouco difundidas. (PINHO, 2005, p. 54). Acreditamos, como Williams (2009), que é grande o conservadorismo da indústria da construção, e esse se alia ao do mercado consumidor para compor o cenário de pouca receptividade a inovações.

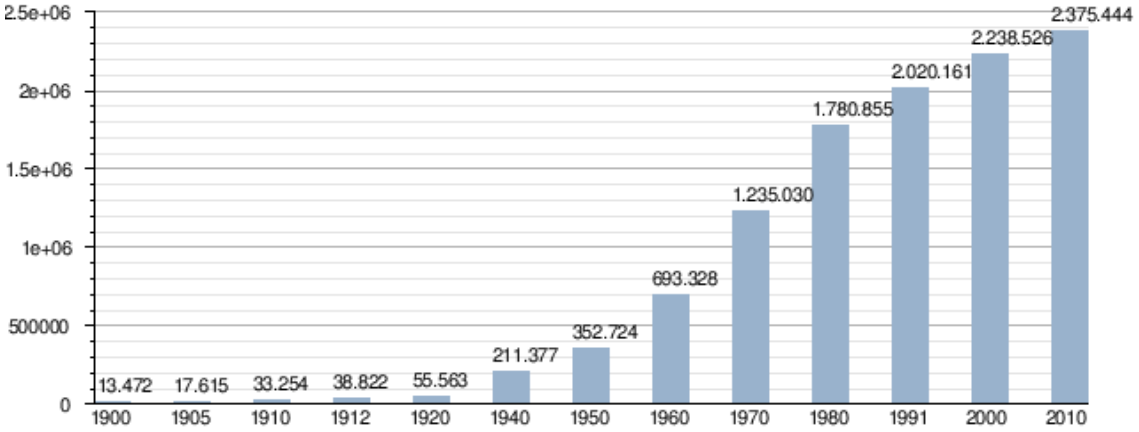


Tabela 12 – evolução da população de Belo Horizonte.

Fonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte: <www.pbh.gov.br>, acesso em 16/10/2011

O grande crescimento populacional observado em Belo Horizonte entre as décadas de 1960 e 1990 levou a cidade quase ao seu limite de ocupação urbana e de opções para a habitação. Em 2010 a sua população chegou aos 2.375.151 habitantes (IBGE, 2011), mas cresceu muito abaixo da média brasileira nos últimos dez anos, em grande parte em razão de haver restado muito poucas áreas livres para onde a cidade pode crescer. Todos os 847.495 domicílios de Belo Horizonte, em 2010, se localizavam na zona urbana do município, não há mais zona rural habitada na cidade (IBGE, 2011). A ocupação média é de 3,1 moradores por domicílio, também abaixo da média do Brasil e de Minas Gerais.

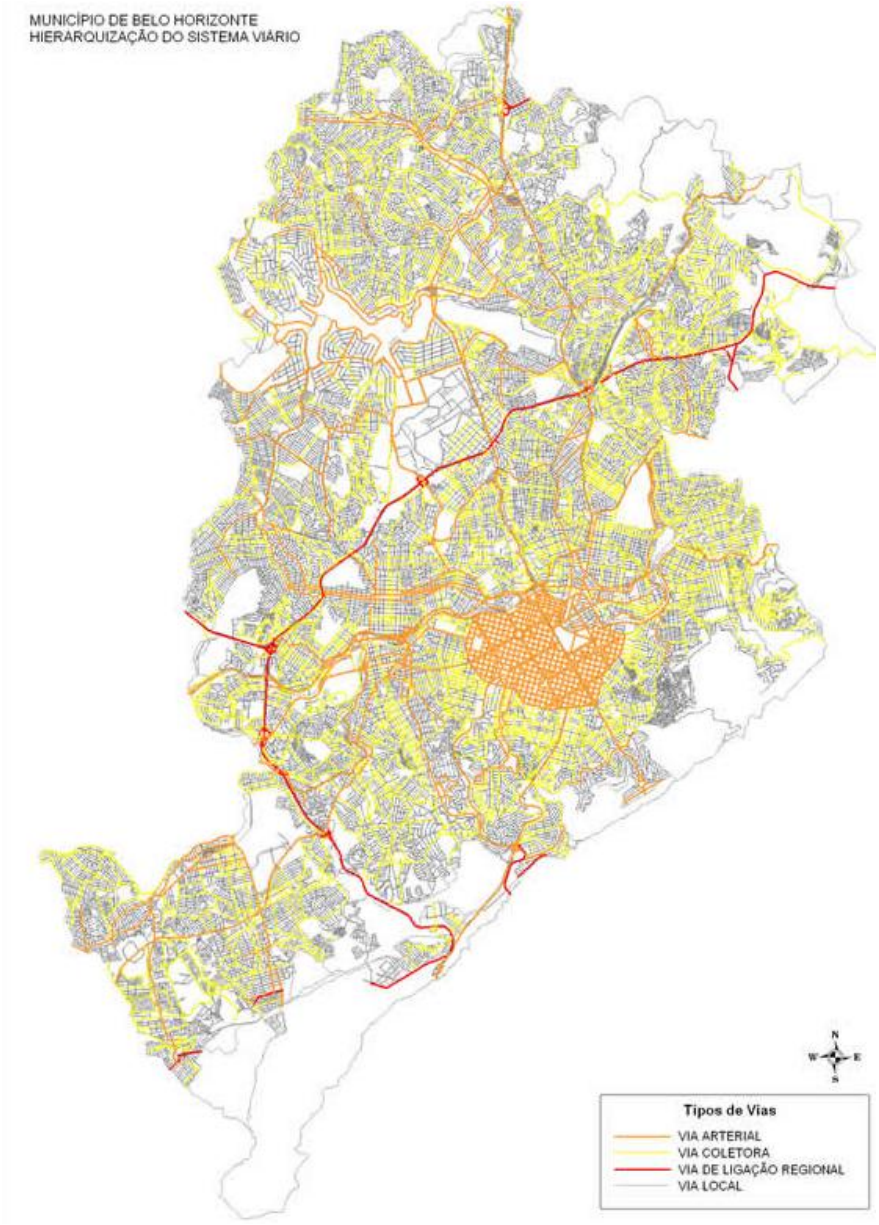


Figura 10: Mapa do município de Belo Horizonte com a área projetada original em destaque
Fonte: <www.bhtrans.pbh.gov.br>, acesso em 16/10/2011

O plano de Aarão Reis, seu desenho cuidadoso e geométrico está encravado num emaranhado de tecido urbano muito diverso de suas intenções iniciais, e representa hoje uma pequena parte da cidade em que se transformou a *Nova Capital* [ver figura 10]. A grande maioria das regiões fora do plano original surgiu e cresceu sem planejamento e, muitas vezes, através de ocupações irregulares ou ilegais. A qualidade dos espaços construídos nessas condições quase sempre passa longe do ideal e, em sua maioria, os interiores são configurados pelos próprios usuários. Mas, já se nota uma procura incipiente por serviços profissionais para se planejar melhor os interiores das residências, como mostram os dados do capítulo seguinte.

Capítulo 5

ANÁLISE DOS DADOS

Chegamos a uma das questões centrais dessa pesquisa: entender como os profissionais atuantes na área do projeto de interiores- designers ou arquitetos- estão transportando para seus projetos os novos paradigmas do cenário complexo atual, nessa primeira década do século XXI. Se seus projetos contemplam soluções que atendem ou não às novas formas de viver e configurar os espaços residenciais demandados pelos novos tempos, novas tecnologias, novos grupos domésticos, novas relações sociais e de trabalho e novos hábitos de consumo dos moradores de Belo Horizonte.

A coleta de dados para esse fim se deu por meio de um questionário aplicado aos profissionais com graduação em design de interiores ou em arquitetura, que trabalham principalmente na confecção de projetos de interiores, e que atuam primordialmente em Belo Horizonte. Foram dezesseis questionários respondidos, entre vinte e um enviados. Três desses dezesseis foram respondidos em nossa presença, e um deles concedeu entrevista que foi registrada em vídeo para consulta posterior. Essa entrevista foi a primeira a ser feita e, a partir dela, foram elaboradas as perguntas do questionário. O processo metodológico de seleção dos entrevistados e da elaboração do questionário foi descrito em detalhes na introdução dessa dissertação.

O questionário foi dividido em treze categorias de perguntas para se definir os seguintes parâmetros: 1- o perfil profissional de cada entrevistado, sua formação, idade, gênero, tempo de atuação, faixa de rendimento, quantidade de projetos por ano e percentual de projetos residenciais no total; 2- que mudanças na forma de trabalhar o profissional experimentou na década de 2001 a 2011, e qual considerou mais importante; 3- quais as atualizações na sua formação acadêmica, cursos, palestras, seminários e leituras; 4- qual é o perfil de seus clientes residenciais por faixa etária e faixa de rendimentos; 5- qual é o tipo dos grupos domésticos dos seus clientes residenciais; 6- qual é o perfil dos imóveis residenciais dos seus projetos; 7- quais foram as alterações projetadas nesses imóveis; 8- que ações de projeto adotou no sentido de possibilitar a flexibilização do uso dos espaços projetados; 9- que tipo de móveis adota nos projetos residenciais e que transformações esses móveis sofreram na década; 10- que novos materiais e tecnologias foram incorporadas nos projetos residenciais entre 2001 e 2011; 11- que novas mídias e equipamentos são mais usados nos

espaços residenciais projetados nessa década; 12- que ações de projeto adotou para promover a acessibilidade nos projetos residenciais entre 2001 e 2011; e que ações de projeto ou equipamentos ou materiais adotou nos projetos residenciais entre 2001 e 2011 para promover a sustentabilidade.

Para todas as questões foram dadas opções de resposta por múltipla escolha, em todos os casos não excludentes entre si, visto que o profissional pode ter adotado mais de uma das opções nos seus projetos. A única exceção está na questão sobre o perfil do profissional, em que as opções são excludentes: a opção de gênero masculino automaticamente exclui a de feminino; a de faixa etária entre 20 e 29 anos automaticamente exclui todas as outras; e todas as demais questões relativas ao perfil do profissional se dão do mesmo modo com opções excludentes. Um modelo do questionário está no apêndice A.

Nesse universo de dezesseis profissionais, lidamos com um total de 2.261 trabalhos executados na década de 2001 a 2011, sendo que 1.531 foram trabalhos residenciais. O faturamento anual médio dos dezesseis entrevistados somados chegou a dois milhões e trinta mil reais por ano. O menor rendimento anual foi de quinze mil reais, enquanto que o maior foi de quinhentos mil reais por ano. A faixa etária dos entrevistados foi de 24 anos, os mais novos, até 54 anos o mais velho. O menor tempo de atuação profissional era de dois anos e o maior tempo foi de 32 anos. E nos interessou mapear a atuação de profissionais com pouco tempo de atuação, porque a intenção dessa dissertação não é detectar todas as transformações ao longo de toda a década pesquisada, mas que transformações influem na concepção dos espaços residenciais na década de 2001 a 2011. Assim, mesmo que tenha feito poucos projetos, acreditamos que o profissional recém-formado já está contribuindo para a composição do panorama da atuação dos designers de interiores nessa década, pois está em atividade, intervindo, projetando e propondo soluções para as questões residenciais.

No tratamento dos dados foi considerado o caráter qualitativo da pesquisa, onde o entrevistado também responde sobre suas preferências e disserta sobre alternativas não previstas nas opções de resposta. A freqüência de cada opção foi calculada com um levantamento percentual simples da incidência de cada resposta no universo dos dezesseis entrevistados, ou seja: 16 = 100%. Veremos, por exemplo, que dois dos dezesseis marcaram a opção X, enquanto dez marcaram a Y, e quatro marcaram a Z para a mesma questão; então teremos 12,5% para a X, 62,5% para Y e 25,0% para Z. Foi usado o mesmo critério para avaliar todas as respostas.

5.1 Perfil do profissional

Dos 16 entrevistados, 13 são do gênero feminino e 3 do gênero masculino, o que corresponde a 81% feminino e 19% masculino. Dos 16, 4 estavam na faixa etária de 20 a 29 anos e todos os 4 do gênero feminino o que corresponde a 25%. Dos 16 entrevistados, 2 estavam entre 30 e 39 anos, o que representa 12,5%. Na faixa entre 40 e 49 anos eram 7 entrevistados ou 44%. Entre 50 e 59 anos estavam 3 dos 16, o que representa 19%. Nenhum dos 16 pertencia às faixas etárias acima dos 60 anos até a data da aplicação dos questionários. Resumindo, predominaram o gênero feminino e a faixa etária entre 40 e 49 anos entre os entrevistados.

O tempo de formados ou o tempo de atuação como profissional foi assim distribuído entre os 16 entrevistados: 1 [6%] na faixa até 2 anos, 4 [25%] na de 2 a 5 anos, 1 [6%] na faixa entre 5 e 10 anos, 4 [25%] na faixa de 11 a 20 anos , 4 [25%] na faixa entre 20 e 30 anos, e 2 [13%] na faixa acima de 30 anos. Todos [100%] atuaram o tempo todo em Belo Horizonte.

Quanto à formação acadêmica, 12 [75%] dos 16 formaram-se em design de interiores e 4 [25%] em arquitetura. Entretanto 2 [12,5%] fizeram os dois cursos e têm dupla graduação. E 1 [6%] dos designers tem outra graduação em engenharia civil também. Dos designers, 10 [63%] se formaram na UEMG, 1 [6%] no Izabela Hendrix e 1 [6%] em outra instituição fora do Brasil. Dos 4 arquitetos 2 [12,5%] se formaram na UFMG e 2 [13%] no Izabela Hendrix. Dos 3 que têm graduação dupla, 1 [6%] se formou na UEMG em design e no Izabela Hendrix em arquitetura, o outro [6%] fez arquitetura na UFMG e design em outra instituição, e o terceiro fez design na UEMG e engenharia civil na PUC Minas. Resumindo, a grande maioria é formada em design na UEMG, que é a graduação mais antiga da cidade na área, como mostramos no capítulo 3. Temos visto muitos profissionais buscarem outra graduação complementar à sua para ampliar seu campo de atuação, isso acontece aqui com 3 [19%] profissionais.

Entre os 16 entrevistados, 9 [56%] atuam como profissionais liberais. Os outros 7 [44%] atuam como pessoa jurídica e constituíram empresas. Esses números mostram quase um equilíbrio, provavelmente porque hoje boa parte dos profissionais trabalha para outras empresas que exigem a emissão de nota fiscal por parte do prestador de serviços.

Quanto ao local de trabalho, 11 [69%] trabalha em imóvel comercial/sala, enquanto que 5 [31%] trabalham na própria residência. Nesse caso, é bom considerar que desses cinco que trabalham em casa, 3 [60%] têm menos de 5 anos de atuação e podem não ter recursos para comprar ou alugar o espaço de trabalho específico. E nenhum dos 2 mais experientes, com mais de 30 anos de atuação trabalha em casa.

Outro dado importante é que todos os 16 trabalham com algum colaborador ou sócio ou funcionário, nenhum trabalha sozinho. 3 [19%] dos 16 trabalham com 1 colaborador. Com 2 colaboradores são 4 dos 16 [25%]. Com 3 colaboradores são 4 [25%] dos 16. E com mais de 4 colaboradores são 5 [31%] dos 16 entrevistados. Podemos deduzir que predominam equipes de trabalho compostas de sócios, estagiários e funcionários.

Entre 2001 e 2011, 3 entrevistados [19%] fizeram entre10 e 20 trabalhos, entretanto todos eles tinham menos de 5 anos de atuação. 2 [12,5%] dos entrevistados fizeram entre 20 e 40 trabalhos no total, mas ambos também têm menos de 5 anos de atuação. Só 1 [6%] fez entre 40 e 50 trabalhos. 5 [31%] dos 16 fizeram entre 100 e 150 trabalhos nesses dez anos. Enquanto 3 [19%] fizeram entre 200 e 250 trabalhos. E 2 [12, 5%] dos 16 fizeram mais de 300 trabalhos nesses dez anos. O número total de trabalhos executados pelos 16 profissionais soma 2.261 trabalhos.

Desse total de trabalhos, 68% foram trabalhos residenciais, num total de 1.531 projetos residenciais. Entre os 16 profissionais, só 1 [6%] tem a maioria dos trabalhos na área comercial, chegando a 90% não residenciais e só 10% residenciais. 3 [19%] dos 16 têm 33% dos trabalhos na área residencial. Outros 3 [19%] têm 60% dos trabalhos na área residencial. 5 [31%] dos 16 têm entre 70 e 80% dos trabalhos na área residencial. 4 [25%] dos 16 têm mais de 90% dos trabalhos na área residencial. A curiosidade é que só 1 dos 16 fez 100% dos trabalhos na área residencial e não atuou em outras áreas, mas esse profissional tem menos de 5 anos de atuação e só desenvolveu 16 trabalhos até 2011. Daqui se deduz que a maior parte dos trabalhos da grande maioria dos profissionais é na área de projetos residenciais. Ou seja, para 75% dos profissionais os projetos residenciais predominavam e representavam mais de 60% do total de projetos de cada profissional.

O faturamento médio anual desses 16 profissionais varia muito, aumentando quanto maior é o seu tempo de atuação profissional. Somente 3 [19%] faturaram menos de 50 salários mínimos por ano, e todos esses 3 têm menos de 5 anos de atuação. Dos 16 entrevistados, 2 [12,5%] ficaram na faixa de 50 a 100 salários por ano. A faixa entre 100 e 200 salários anuais teve 4 [25%] dos entrevistados. 2 [12,5%] dos 16 faturaram entre 200 e

300 salários por ano. Entre 300 e 500 salários por ano foram 3 [19%] dos 16. E 2 [12,5%] profissionais ficaram na faixa acima de 500 salários por ano. Consideramos para essa estimativa o valor do salário mínimo em R$ 500,00 (quinhentos reais).

Como esperávamos encontrar, pelos resultados aqui expostos, constatamos que, de modo geral, os projetos de interiores residenciais representam a maioria incontestável do total de projetos de quase todos os profissionais atuantes no mercado de Belo Horizonte. Nesse período de dez anos entre 2001 e 2011, essa predominância continua a ocorrer. Existem exceções que confirmam a regra e, normalmente são profissionais que se especializaram em outros tipos de projeto, ficaram conhecidos e formaram uma clientela nessa outra área, mas que vez ou outra são solicitados a atuar na área de projetos residenciais também. Não encontramos, no universo pesquisado, nenhum profissional que nesses dez anos não tenha feito nenhum projeto residencial.

5.2 Atualizações na formação profissional

Por ser uma atividade de característica muito dinâmica, o projeto de interiores exige dos profissionais da área constantes atualizações a respeito das novidades sobre estilos, materiais, mobiliário, equipamentos e tecnologias que ano após ano são incorporados à prática profissional. Por isso, nesse item procuramos detectar como os profissionais entrevistados se atualizam e através de que meios. Foram submetidas 21 opções para que o entrevistado marcasse quais foram adotadas no período entre 2001 e 2011.

Dos 16 profissionais, 1 [6%] está cursando doutorado, 6 [38%] cursaram ou estão cursando mestrado, e 9 [56%] cursaram ou estão cursando especialização. 4 [25%] dos entrevistados não fizeram nenhum curso de pós-graduação, e 4 [25%] fizeram dois cursos.

Dos 16 entrevistados, 7 [44%] fizeram curso de atualização**.** Os cursos mais citados foram de iluminação e de design de móveis. 10 [63%] dos entrevistados fizeram algum curso de software, sendo que 7 [44%] fizeram mais de um curso de software. O software mais cursado foi o *Autocad* com 6 [38%] dos entrevistados e em segundo lugar ficou o 3D Studio em 3 [19%] casos. O *Corel Draw* foi citado por 2 (12,5%] dos entrevistados. O *Sketch Up* por 2 [12,5%]. E 2 [12,5%] fizeram curso de outros softwares.

Quase unanimidade, 15 [94%] dos entrevistados se atualizam através de palestras e workshops na área de design de interiores. Também 15 [94%] dos 16 freqüentam mostras de design/decoração em Belo Horizonte, desses 10 [63%] também freqüentam mostras fora da cidade. Todos [100%] se atualizam lendo revistas, e também todos [100%] lêem livros para se atualizar. 9 [56%] dos 16 se atualizam através da televisão. Dos 16 entrevistados, 15 [94%] usam a internet para se atualizar. Vídeos e DVD são usados por 7 [44%] dos entrevistados. E 8 [50%] disseram se atualizar através de viagens. Só 1 [6%] considerou desnecessário se atualizar. Enquanto 12 [75%] dos profissionais consideraram a sua formação até o momento insuficiente. Perguntados sobre que atualização consideram mais importantes, as mais citadas foram: palestras e workshops, viagens e cursos de especialização, nessa ordem.

5.3 Mudanças na forma de trabalhar

A partir dessas atualizações, é de se supor que algumas mudanças venham a ocorrer na forma de trabalhar desses profissionais. Foram dadas 21 opções para que eles marcassem quais foram as mudanças pelas quais passaram entre 2001 e 2011. Todos disseram ter passado por pelo menos 3 tipos de mudanças. 1 dos entrevistados experimentou impressionantes 14 tipos de mudança no modo de trabalhar no período. A média foi de 5 mudanças [o que dá uma a cada dois anos, em média].

A mudança no método ou processo de trabalho foi a que mais ocorreu, foi citada por 12 [75%] dos entrevistados. 9 [56%] deles disseram ter mudado de cargo ou função, e também 9 [56%] passaram a trabalhar somente no computador. Dos 16, 7 [44%] passaram a fazer contatos e captação de serviços. Também 7 [44%] disseram ter aumentado a equipe de trabalho. Entre os 16, 6 [38%] terceirizaram parte do trabalho. 6 [38%] também passaram a ser pessoa jurídica no período, abrindo empresas. E 6 [38%] passaram a administrar ou gerenciar o próprio negócio. 6 [38%] em 16 mudaram o espaço de trabalho para local melhor localizado. 4 [25%] voltaram a trabalhar em casa. E também 4 [25%] passaram a trabalhar com equipe ou funcionários. As mudanças consideradas mais importantes foram as mudanças no processo de trabalho, ter passado a trabalhar em casa e passar a usar só o computador/ cad.

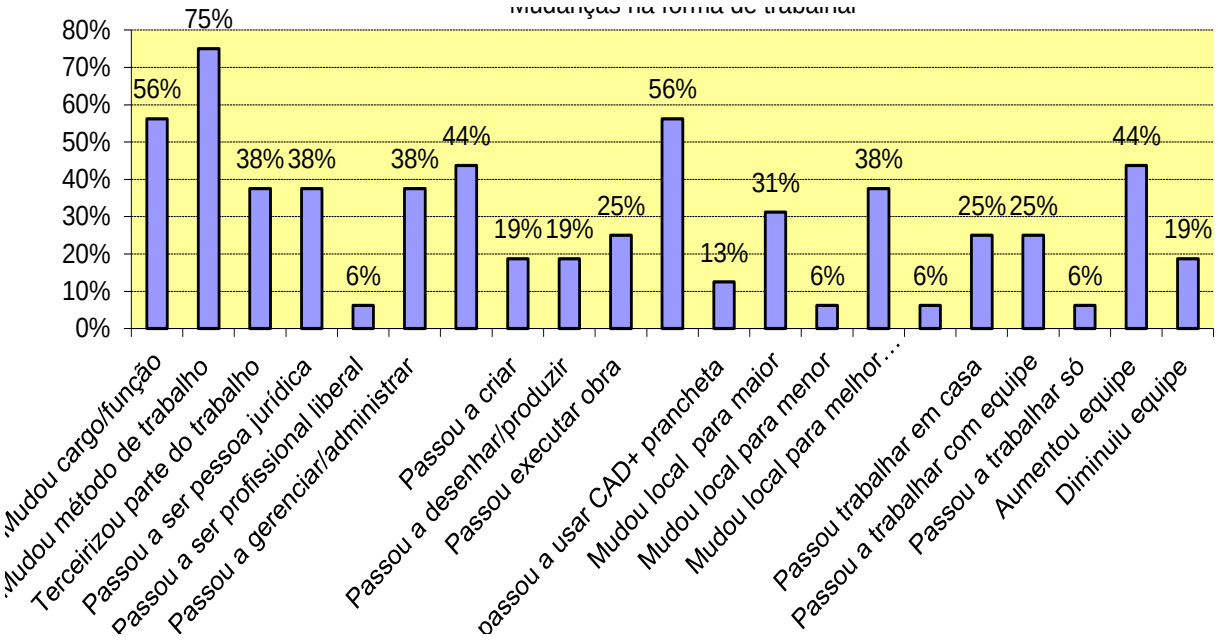


Tabela 13: Gráfico- percentual de mudanças na forma de trabalhar

Fonte: do autor

5.4 Perfil dos clientes- faixa etária e faixa de renda

O perfil por faixa etária dos clientes residenciais ficou assim distribuído: na faixa até 19 anos estão somente 1% do total de clientes, na faixa entre 20 e 29 anos estão 7%, entre 30 e 39 anos estão 39%, entre 40 e 49 anos eles são31%, entre 50 e 64 anos são 19%, e acima de 65 anos estão 3% dos clientes residenciais.

Segundo os entrevistados, antes de 2001 predominavam as faixas entre 30 e 39 anos e entre 40 e 49. A faixa acima de 65 anos não aparecia antes de 2001 em projetos residenciais. A faixa que mais cresceu entre 2001 e 2011 é a de 30 a 39 anos.

Percebe-se que o envelhecimento da população mostrado nos últimos censos está começando a aparecer também nas encomendas de projetos de interiores. Vive-se mais, e nas etapas mais adiantadas da vida, após os 65 anos, também se tem necessidade de adequação dos espaços das residências ás novas necessidades ou circunstâncias de vida experimentadas por essas pessoas. Outro dado, citado por um dos entrevistados pessoalmente e mostrado pelos questionários, é que jovens profissionais na faixa dos 20 aos 29 anos já procuram ajuda profissional para configurar os interiores de suas residências.

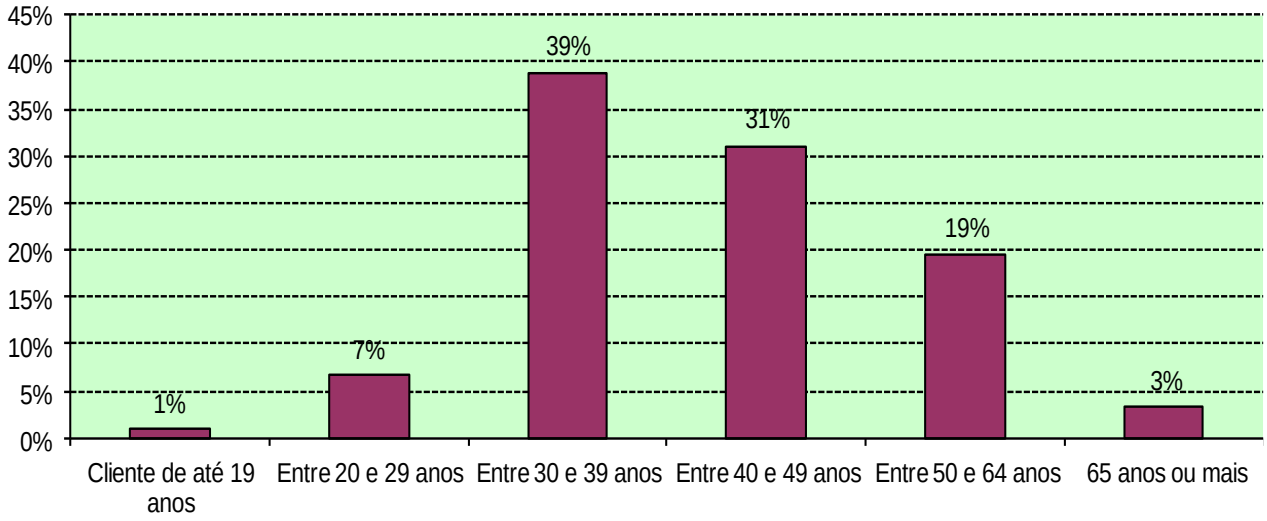


Tabela 14 Gráfico perfil dos clientes por faixa etária

Fonte: do autor

O perfil dos clientes por faixa de rendimentos mostra que não há ocorrências significativas de encomendas residenciais nas faixas de rendimento mensal abaixo de seis salários. De 6 a 8 salários aparecem 2% dos clientes. De 8 a 10 salários são 3%. De 10 a 15 são 3% também. De 15 a 20 salários são 11%. De 20 a 30 salários são 23%. E acima de 30 salários mensais são 56% dos clientes, a grande maioria.

Os entrevistados disseram que não apareciam antes de 2001 clientes nas faixas abaixo de 10 salários mensais, e que antes de 2001 predominavam clientes na faixa de 15 a 20 salários. Mas, segundo os entrevistados a que mais cresce é a faixa acima de 30 salários.

Não há como não notar aqui que predomina ainda a atuação dos profissionais de design de interiores para os clientes da elite da população- as faixas de renda mais altas. Entretanto, pode-se relativizar esse aspecto, pois as faixas de renda média estão tendo mais acesso a informações no campo do design, e procuram contratar um profissional para o projeto dos seus interiores. Faixas de renda menor que 10 salários já foram detectadas nos nossos questionários, bom sinal de uma futura diversificação do campo de atuação em interiores.

5.5 Perfil das famílias ou grupos domésticos

Os grupos domésticos estão mudando muito desde o final do século XX, como mostramos no capítulo 4. Outros arranjos que não a família nuclear surgem com bastante evidência. Queremos mostrar aqui que a frequência que esses diferentes tipos de família contratam profissionais de interiores é parecido com sua participação nos censos recentes.

A família nuclear tradicional representou 47% das encomendas de projetos de interiores residenciais entre os 16 profissionais entrevistados.

Os casais sem filhos foram responsáveis por 18% das encomendas.

Pessoas vivendo só encomendaram 17% dos trabalhos.

Para a família monoparental foram feitos 16% dos projetos.

Casais homossexuais representaram 2% dos trabalhos.

E grupos de coabitação sem vínculo conjugal ou de parentesco foram 1% do total.

Segundo a maioria dos entrevistados, o grupo que predominava nos projetos residenciais antes de 2001 era a família nuclear. O grupo que não aparecia nas encomendas residenciais antes de 2001 era o de casais homossexuais. E os grupos em que mais cresceram as encomendas entre 2001 e 2011 foram de casais sem filhos e de pessoas vivendo sós.

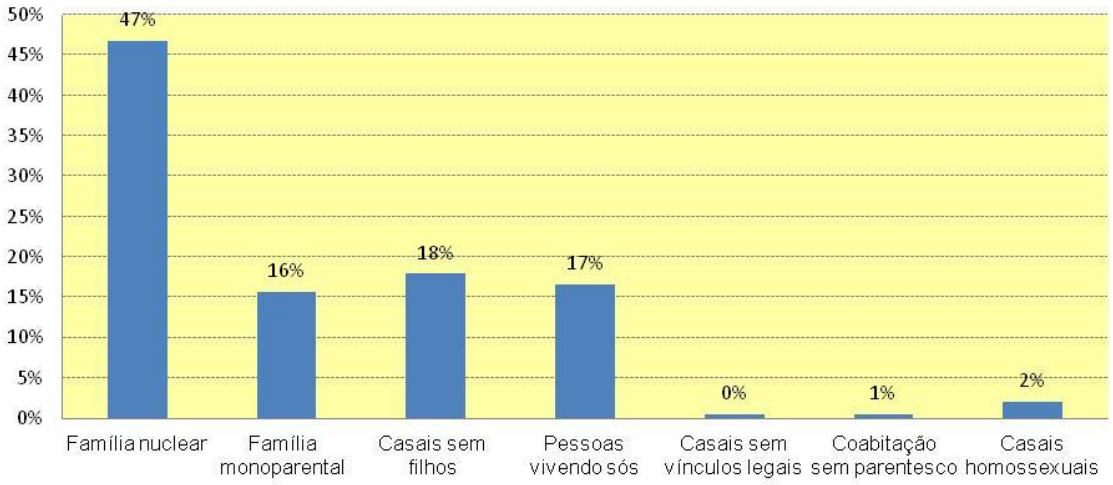


Tabela 15: gráfico percentual grupos domésticos

Fonte: do autor

Quanto ao tamanho dessas famílias por número de membros, pudemos observar que nos projetos residenciais entre 2001 e 2011 não há um predomínio maciço de uma faixa específica. Há no caso dos entrevistados uma distribuição entre os grupos de 1 a 4 membros. Para grupos domésticos de 1 só pessoa, os profissionais fizeram 17% dos projetos entre 2001 e 2011 em Belo Horizonte.

Para grupos de 2 pessoas, foram feitos 21% dos projetos. Para grupos de 3 pessoas foram 24% dos projetos. Para grupos de 4 pessoas, 31% - o que mais apareceu no período. Grupos de 5 pessoas representaram 5%. Os grupos de 6 pessoas quase não tiveram representatividade, ficando abaixo de 1%. E grupos de 7 pessoas ou mais representaram 1% dos projetos. Esses dados aqui mostrados são consequência da redução do número de pessoas por domicílio e a diminuição da família no Brasil detectada nos censos do IBGE.

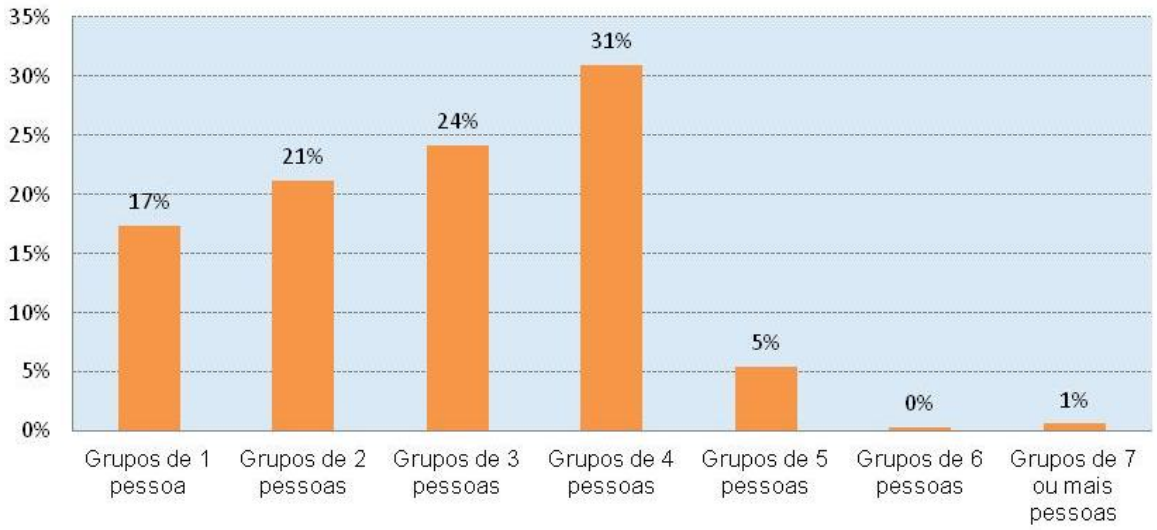


Tabela 16: Gráfico percentual famílias por número de membros

Fonte: do autor

Segundo os profissionais entrevistados os grupos que predominavam nos seus projetos antes de 2001 eram os de 4 pessoas, e o que menos aparecia em projetos residenciais era de 1 só pessoa. Ainda segundo os 16 entrevistados, o grupo que mais cresceu no período investigado foi o composto de 2 pessoas.

5.6 Perfil dos imóveis residenciais

Os imóveis residenciais foram divididos em dois grupos: o de apartamentos e o de casas, mas foi pedido para que os entrevistados apontassem outros tipos de imóvel, caso ocorressem nos dez anos entre 2001 e 2011.

Apartamentos de 1 quarto foram somente 1% dos projetos no período.

Apartamentos de 2 quartos representaram 8% dos projetos.

Apartamentos de 3 quartos foram 20% dos projetos.

Apartamentos de 4 quartos foram 33% do total de projetos.

Apartamentos de 5 ou mais quartos foram 5% dos casos.

Casas de 1 quarto não foram objeto de projeto entre os 16 profissionais- 0%.

Casas de 2 quartos também não aparecem em nenhum dos casos- 0%.

Casas de 3 quartos representaram 4% dos projetos.

Casas de 4 quartos foram 19% do total.

Casas de 5 ou mais quartos representaram 11%.

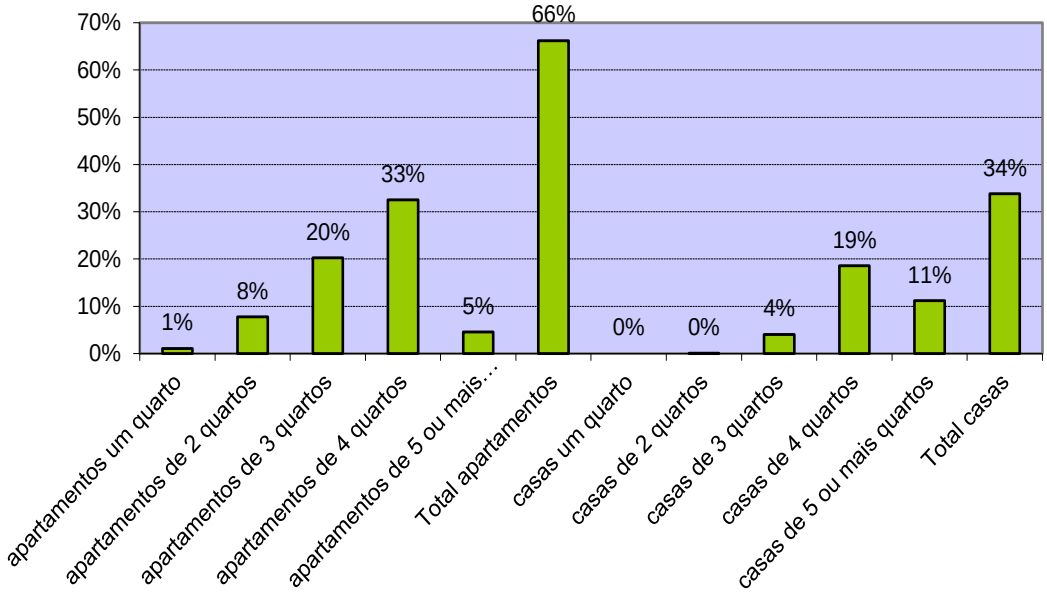


Tabela 17: Gráfico – percentual dos tipos de imóveis

Fonte: do autor

Os dados mostram que os segmentos mais presentes nos projetos residenciais dos profissionais entrevistados foram os apartamentos de 4 quartos [33%], os apartamentos de 3 quartos [20%] e as casas de 4 quartos [19%]. Os apartamentos correspondem a 66% de todos os projetos desses profissionais, e as casas 34% do total no período.

Nos mais de 1.500 trabalhos residenciais aqui analisados somente 1 não se enquadrava nas categorias acima: um *flat* projetado por um dos profissionais. Não é número suficiente para figurar no percentual, pois é próximo de 0%.

Ainda de acordo com os profissionais entrevistados os imóveis que predominavam nos seus projetos residenciais antes de 2001 eram os apartamentos de 3 quartos e as casas de 3 quartos.

5.7 As alterações nos espaços

Nessa questão procuramos detectar que ações de projeto foram mais adotadas nos projetos residenciais no período de 2001 a 2011. Foram dadas 36 alternativas de resposta e foi pedido que os entrevistados indicassem outro tipo não previsto entre as 36, caso ocorresse.

Entre as 36 opções duas se destacaram porque foram executadas por todos os 16, 100% dos entrevistados, em pelo menos um projeto no período: a integração da cozinha à sala e a criação de *home theater*.

Com 90% de incidência aparecem 6 das alternativas: a transformação de um quarto em escritório, a criação de cozinha *gourmet*, a integração da varanda à sala, a integração das salas de estar e de jantar, a criação de quarto de hóspedes, e a renovação do banheiro.

As alternativas que estiveram entre as ações adotadas por 60 a 80% dos entrevistados foram: integração de um quarto à sala, criação de closet, mudança de quarto para estar íntimo, criação de armários em hall/circulação, criação de um banheiro para cada cônjuge, dependência vira despensa/depósito, dependência aumenta cozinha, banheiro de serviço vira lavabo, adaptação de varanda para espaço gourmet, criação de espaço para ginástica, criação de espaço p/ arte/artesanato, criação de espaço para hobby.

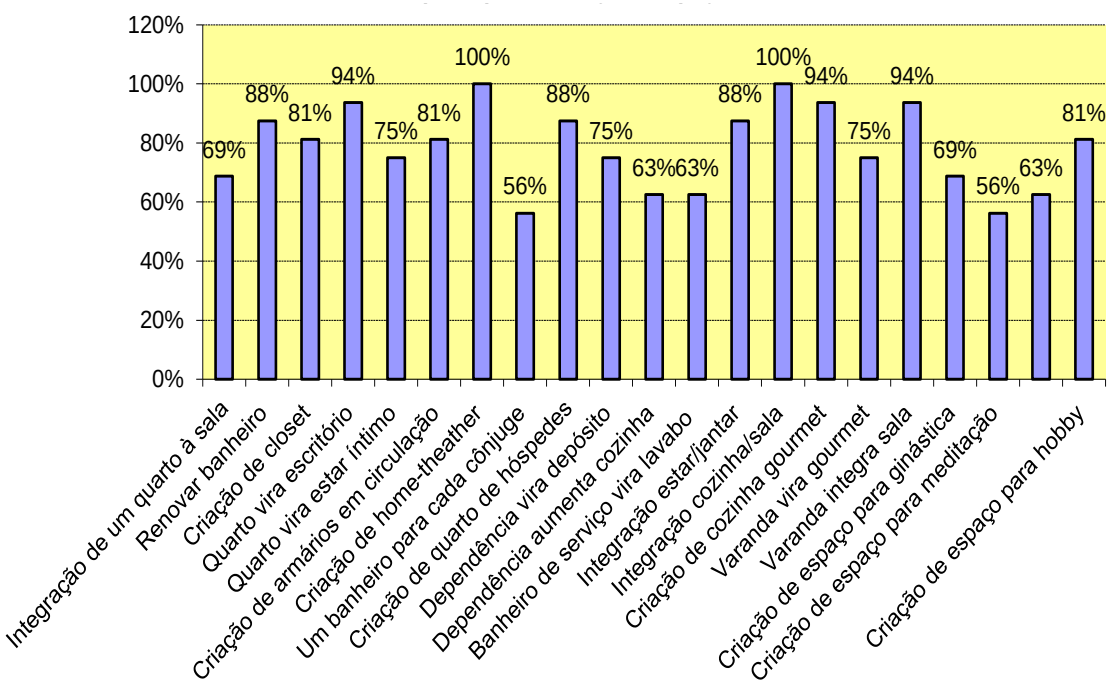


Tabela 18: Gráfico percentual das principais alterações nos espaços

Fonte: do autor

Entre as alternativas que tiveram pouca ou quase nenhuma ocorrência se destacam aquelas que dizem respeito a dividir ou fechar espaços que antes eram integrados, em especial a divisão entre sala de estar e jantar antes integrados que não foi executada em nenhum projeto, 0%.

5.8 A flexibilização nos projetos

Nessa questão, visamos identificar a ocorrência de ações de projeto que visassem tornar os espaços mais flexíveis de forma a possibilitar mais de um tipo de uso no mesmo espaço, através da possibilidade de rearranjo do leiaute e outros recursos.

A ação mais adotada, que 15 dos 16, ou 94% dos entrevistados disseram ter projetado foi a flexibilização de um quarto para permitir atividades de estudo, trabalho, *hobby*, arte ou lazer.

A flexibilização da sala para permitir outros usos foi adotada por 63%%, ou 10 dos 16 profissionais. Assim também ocorreu com a flexibilização de varandas para outros usos, que foi adotada por 10 dos entrevistados, com 63% de incidência. Essa tendência de

configurar os espaços mais nobres das residências para permitir mais de um uso, provavelmente está relacionada à redução gradativa das áreas úteis das moradias e ao surgimento de novas necessidades não previstas no projeto arquitetônico original, especialmente no caso das moradias produzidas em série para o mercado.

25%, ou seja, 4 dos entrevistados disseram ter projetado a flexibilização de área de serviço para possibilitar atividades de trabalho, estudo ou *hobby*.

A flexibilização de banheiros para permitir atividades de ginástica, massagem ou meditação foi adotada por somente 2 dos entrevistados, correspondendo a 13%. E a flexibilização de outras áreas também foi feita por 13%, ou 2 dos 16 profissionais.

Perguntados sobre qual é o percentual aproximado desse tipo de solução nos seus projetos, 7 dos 16 disseram adotar a flexibilização de espaços em mais da metade dos trabalhos, 5 deles disseram adotar em 30% dos projetos em média, e 4 dizem adotar em menos de 10% dos projetos.

5.9 As mudanças nos móveis

Aqui a intenção foi detectar que tipos de móveis têm sido mais usados nos projetos residenciais entre 2001 e 2011, e quais são as principais transformações ocorridas no mobiliário nesses dez anos. Foram sugeridas 62 opções para que apontassem todas as adotadas nesses dez anos.

O grande destaque, com 100% de incidência entre os 16 entrevistados foi o uso de *mdf- medium density fiberboard* nos móveis projetados ou especificados no período.

Com 90% ou mais de incidência entre os entrevistados ficaram 5 opções: o projeto de bancadas para estudo ou trabalho no quarto, o projeto de móvel sob medida ou personalizado, o projeto ou especificação de móvel feito de material de demolição ou reciclado, a especificação de cadeiras de design assinado, e o uso de camas maiores que o padrão.

Também se destacam na faixa de 60% ou mais de adoção pelos profissionais: projeto ou especificação de criados maiores que o padrão, o projeto de armários maiores, projeto ou especificação de mesas de jantar maiores, especificação ou projeto de sofás maiores, uso de sofá que vira *chaise*- com apoio para os pés-, projeto ou especificação de

mesas de centro maiores, especificação de móveis de design assinado, o uso de laminados artificiais nos móveis, o uso de madeiras certificadas nos móveis, adoção de móveis multiuso, uso de móveis embutidos, e móveis com tecnologia de produção surgida entre 2001 e 2010.

As alternativas menos apontadas pelos entrevistados foram: o uso de camas menores, o uso de rede no quarto e na sala, uso de criados menores, uso de sofá menor, sofá com rodízios, e o destaque aqui é que nenhum, 0%, dos 16 entrevistados projetou ou especificou aparador com rodízios.

Pode parecer um paradoxo que as áreas das moradias estejam diminuindo, enquanto os móveis aumentam de tamanho. A explicação foi ventilada em um dos entrevistados, que afirmou que os móveis estão mesmo crescendo, mas o número de móveis é cada vez menor e eles são pensados para desempenhar mais de uma função.

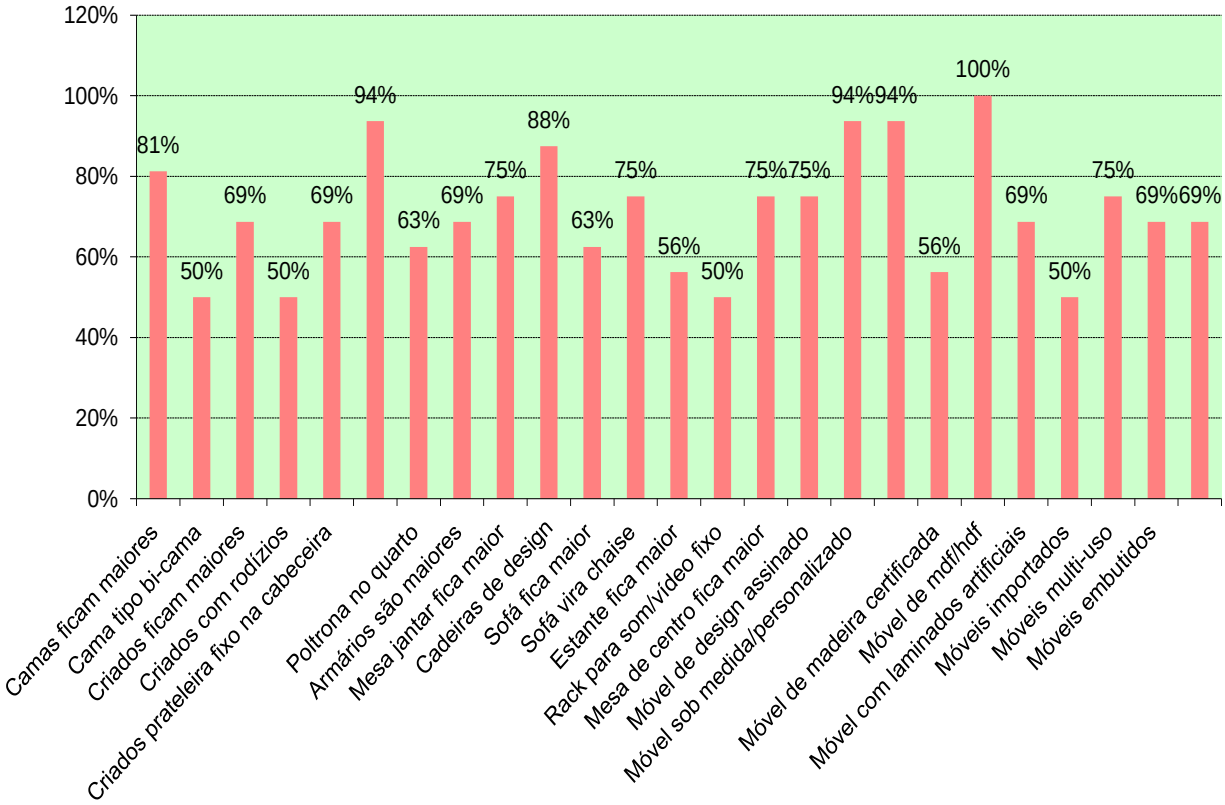


Tabela 19: Gráfico – percentual características dos móveis.

Fonte: do autor.

Perguntados sobre quais dessas mudanças consideraram mais significativas no período pesquisado, a maioria apontou a adoção de móveis projetados sob medida ou personalizados. Inclusive aqueles que antes eram comprados prontos, como camas, mesas,

criados, estantes e racks. Desde que Chippendale começou a vender móveis através de catálogos com os modelos pré-definidos, essa tendência parecia que seria hegemônica, especialmente depois da industrialização e dos processos de produção de móveis mais baratos e de qualidade. Mas, não é o que se vê, conforme os designers e arquitetos aqui entrevistados.

5.10 As novas mídias e equipamentos

Nessa questão, a intenção foi identificar quais os novos equipamentos e mídias adotados ou especificados nos projetos residenciais de 2001 a 2011, pelos entrevistados. Sugerimos 14 alternativas e, no final pedimos que apontassem outra alternativa que porventura tivessem adotado diferente das sugeridas. Constatamos que todos os profissionais adotaram, em algum projeto do período, pelo menos um dos equipamentos ou mídias da lista.

Com 16 ou 100% dos entrevistados apontando seu uso estão duas opções: sistema para internet, telefone e televisão por cabo integrado ao projeto; e adoção de televisão de profundidade reduzida, mas dimensões de tela maior [de plasma, cristal líquido ou led].

A adoção de sistema de segurança, o uso de rede sem fio para internet [*wireless*], projeto para integração de computador pessoal ao espaço, previsão de espaço para computador tipo laptop no projeto, e especificação de adega climatizada, foram ações adotadas por 90% ou mais dos entrevistados.

Entre 60 e 80% dos entrevistados adotaram nos seus projetos sistemas de automação residencial; previsão de espaço para *tablet*- computador portátil-; sistema de aquecimento ou refrigeração inteligentes- controlados digitalmente. Uma opção só foi citada por 6 dos 16 entrevistados, ou seja 38% deles: o uso de eletrodomésticos conectados internet.

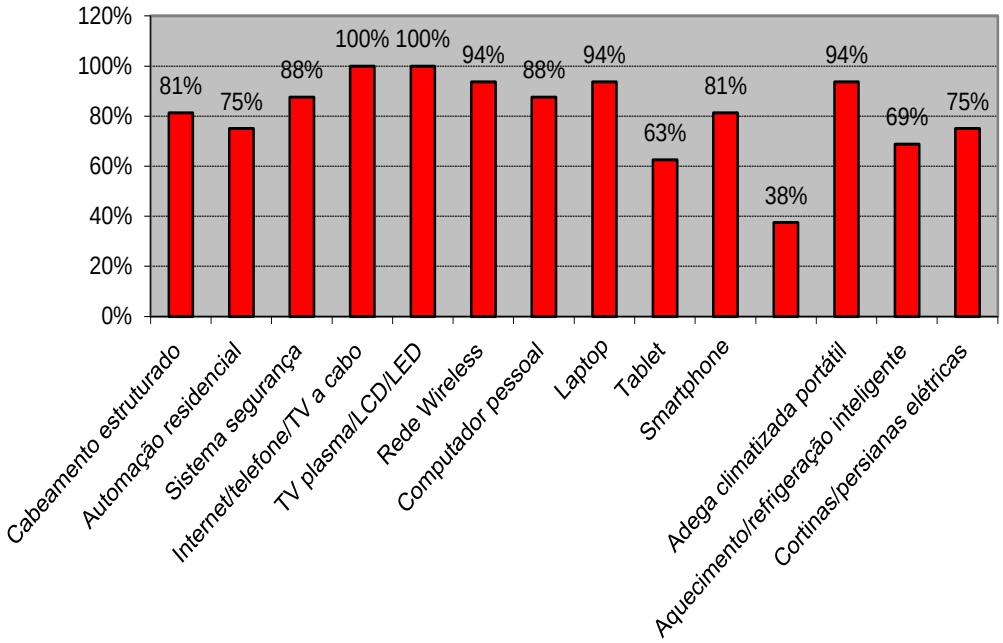


Tabela 20: Gráfico percentual mídias e equipamentos.

Fonte: do autor

Quando solicitados a informar qual dessas mídias e equipamentos foram mais usados, a grande maioria apontou a adoção de televisões de plasma, cristal líquido ou led como o de maior incidência.

5.11 Os novos materiais e tecnologias

Nesse item buscamos identificar que materiais e tecnologias foram mais adotadas nos projetos residenciais no período de 2001 a 2011, pelos profissionais de interiores em Belo Horizonte. Foram sugeridas 40 alternativas para que os entrevistados marcassem todas as adotadas no período. Das 40 opções, 3 foram adotadas por todos os entrevistados, com 100% de incidência: o uso de mdf, o uso de aço inox e uso de vidro laqueado.

Acima de 90% de incidência estão 5 das 40 opções: o uso de couro sintético, o uso de laminados sintéticos tipo Fórmica, uso de madeira laqueada, uso de plotagem ou adesivagem em paredes ou móveis, e a adoção de iluminação por led.

Entre 60 e 80% está a ocorrência de 12 dos itens: uso de chapa de material reciclado ou reciclável, o uso de madeira sintética, o uso de fibras sintéticas, o uso de tecidos sintéticos, o uso de tecidos naturais, o uso do laqueado industrial de nome Gofrato, o uso de

madeira reciclada ou reaproveitada, o uso de alumínio, o uso de vidros especiais ou importados, o uso de policarbonato, o uso de pedras industrializadas, o uso do Corian- material sintético fabricado pela Du Pont, e o uso de tintas menos tóxicas à base de água.

Os materiais ou tecnologias menos usadas pelos entrevistados foram a cortiça, o titânio, o vidro reciclado, a espuma de poliuretano. Nenhum dos 16 profissionais já usou em projetos residênciais a técnica de prototipagem de alta precisão chamada Estereolitografia, que começa a ser utilizada pela indústria para produzir protótipos de objetos e móveis através de processo de moldagem pantográfica digital. Provavelmente porque ainda é uma tecnologia desconhecida da maioria dos profissionais entrevistados, e também porque poucas empresas no Brasil prestem esse tipo de serviço a particulares.

5.12 As ações para a acessibilidade

Essa questão visa apontar que ações foram adotadas para promover a acessibilidade nos projetos residenciais no período de 2001 a 2011, em Belo Horizonte. As 6 opções sugeridas foram adotadas por todos os 16 entrevistados.

A adaptação parcial de espaços para portador de necessidades especiais foi adotada em pelo menos um projeto por 75% dos profissionais, ou seja, 12 entre 16. Assim também foi com a adaptação parcial de espaço para idoso, com 75%, ou 12 dos 16, apontando sua adoção em pelo menos um projeto residencial no período.

A aplicação das normas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas- NBR 9050, foi citada por 69% dos entrevistados, ou 11 dos 16.

A previsão de dimensionamento para futura adaptação na residência também foi adotada por 11 dos 16 entrevistados, com 69%. A adaptação total de residência para idoso foi adotada por 31% dos entrevistados, ou seja, 5 dos 16. A adaptação total de residência para portador de necessidades especiais foi adotada por 25% dos entrevistados, ou seja, 4 dos 16.

Entre as intervenções nos espaços residenciais mais usadas estão a instalação de barras de apoio, citada por 10 dos 16 ou 63%; e melhorias no leiaute e dimensionamento adequado com 6 dos 16, ou 38%.

Somente 1 dos 16 adotou o uso de plataforma elevatória, ou seja, 6%. E também só 1 adotou projeto de iluminação especial.

5.13 As ações para a sustentabilidade

Aqui procuramos saber quais as ações adotadas pelos profissionais de interiores para promover a sustentabilidade nos seus projetos residenciais em Belo Horizonte, entre 2001 e 2011. Essa é considerada por nós uma das questões centrais do século XXI, e acreditamos que os arquitetos e designers de interiores podem adotar ações e tomar decisões de projeto que contribuam para o seu equacionamento. Foram sugeridas 25 opções para que marcassem todas as adotas no período.

As duas ações mais adotadas, com 100% dos profissionais apontando sua ocorrência, foram o uso de madeira reciclada ou de demolição, e o uso de mdf. Um dos entrevistados fez uma ressalva ao uso da madeira de demolição, que considera um modismo.

Acima de 90% de incidência estão 4 opções: o uso de madeira certificada, o uso de laminados sintéticos, o uso de lâmpadas led de baixo consumo, e o reaproveitamento ou reforma de móveis.

Entre 60 e 80% de ocorrência entre os profissionais estão o uso de fibras sintéticas, a especificação de aquecimento solar, a previsão de separação de lixo, e o uso de móveis ou equipamentos flexíveis ou multiuso.

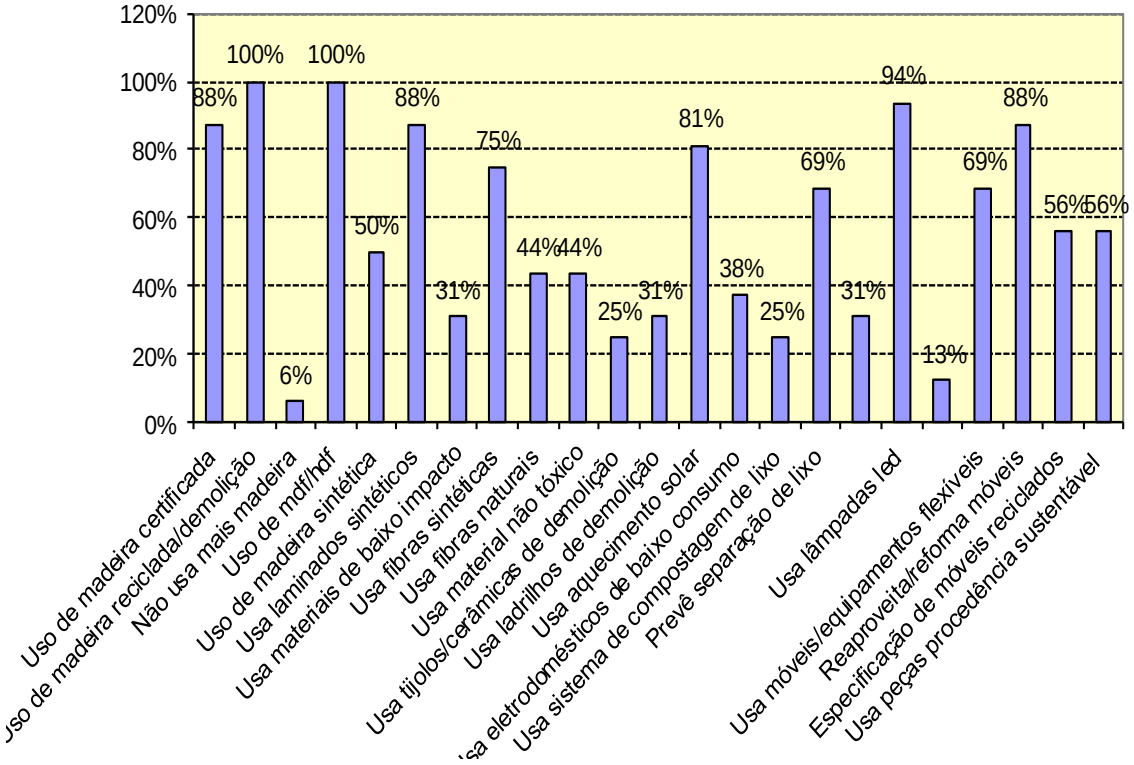


Tabela 21: Gráfico – ações para sustentabilidade. Fonte: do autor

Algumas ações foram adotadas por poucos dos 16 profissionais, entre 6 e 50% deles, mas consideramos importantes por demonstrarem a conscientização cada vez maior dos profissionais de projeto de interiores em relação a essa questão. São elas: o uso de madeira sintética, o uso de sistema de compostagem de lixo, o uso de sistema de reaproveitamento de água da chuva, e a especificação de móveis, adornos, tapetes e objetos de procedência sustentável.

Ações mais radicais como abolir totalmente o uso de madeira, reaproveitar a água da pia ou do banho para descarga são muito pouco adotas e só foram citadas por 2 dos entrevistados, ou seja, 12,5%. Isso se dá, provavelmente, por desconhecimento ou por falta de tradição da adoção desse tipo de alternativa.

A maioria dos profissionais apontou que antes de 2001 as iniciativas que não eram adotadas eram o uso de sistema de reaproveitamento de água da chuva e as lâmpadas led. Enquanto que as iniciativas mais adotadas nos dez anos de 2001 a 2011 foram o uso de mdf, uso de madeira certificada e uso de madeira de demolição ou reciclada.

Ao notarmos que nenhum dos 16 entrevistados acrescentou alternativas diferentes das que já estavam na nossa lista, podemos deduzir que há pouca pesquisa por soluções de projeto e especificação, por parte dos profissionais, que visem a adoção de ações viáveis para promoção da sustentabilidade, apesar do alto índice de conscientização percebido através dos questionários.

6 CONCLUSÕES

A primeira parte da dissertação se propôs a fazer um levantamento das principais transformações por que passaram os modos de vida do homem contemporâneo para entender como essas transformações podem ter influenciado a configuração dos seus espaços domésticos. Pensávamos, a princípio, que bastaria entender quais foram as mudanças ocorridas nas duas ou três últimas décadas do século XX e teríamos um esboço suficientemente adequado do cenário contemporâneo. Entretanto, à medida que fomos nos aprofundando e compreendendo melhor esse contexto e as suas transformações recentes, percebemos que nos faltava o conhecimento da fase que o antecedeu. Ao estudar o período anterior, nossos estudos nos impeliam de volta ao período que o precedia também. Assim, sucessivamente fomos levados de volta à era da descoberta da agricultura no período neolítico, chamada de era pré-industrial por uns, ou era agrária por outros.

Conseguimos identificar as transformações mais essenciais para a compreensão da evolução dos modos de vida até os dias de hoje, e suas relações com os modos de morar. Mas entendemos que seria impossível um levantamento completo de todas essas transformações nos limites desse trabalho. Entre essas transformações gostaríamos de enfatizar, esquematicamente, que no período pré-industrial a inovação importante nos modos de vida foi a possibilidade de fixação das tribos nômades coletoras de alimentos em locais propícios ao cultivo de grãos e à domesticação de animais. Assim se criaram as condições para o desenvolvimento das primeiras moradias duradouras e esse foi o começo de um modo de vida doméstico e o marco inicial do estabelecimento da complexa relação do homem com a sua casa, com o seu lar.

A despeito de todas as evoluções por que passaram as moradias até o advento da revolução industrial e a ascensão da burguesia, a casa pouco mudou em sua essência, como pudemos ver. Mas mudou muito na sua forma externa e interna, especialmente as casas da elite governante, a nobreza e os reis. São exceções que confirmam todas as regras, pois o homem comum ainda morava com pouco conforto e nenhuma privacidade até que esses conceitos fossem inventados pela modernidade, a partir do século XVII, nas casas holandesas. Assim, o modelo de casa medieval havia prevalecido e continuou em muitos outros lugares até que a revolução industrial viesse decretar sua extinção. No Brasil, as casas grandes do período colonial predominaram até quase o início do século XX, e só começaram a mudar com a chegada da Família Real em 1808. O país essencialmente agrário demorou muito a se

industrializar, e os modos de morar seguiram esse ritmo lento até a década de 1920 a 1930, quando um processo ainda incipiente de modernização se inicia. Belo Horizonte, inaugurada no apagar das luzes do século XIX, na verdade já começou moderna[13], ao menos no âmbito do seu desenho urbano e da tecnologia à disposição de seus habitantes, como a energia elétrica disponível nas habitações, na iluminação pública e nos bondes elétricos do transporte público.

O século XX nos legou o modo de morar que vivenciamos hoje, em 2011. Tudo que aprendemos, tudo que fazemos, tudo que compramos, e o que incorporamos ao nosso espaço de morar foi estabelecido a partir das inovações ocorridas no século XX. Esse trabalho procurou também identificar essas inovações, e descobrimos que não foram somente na área da ciência e da tecnologia. As transformações profundas e radicais, que levaram Hobsbawm a nomear o século de "era dos extremos" foram ao mesmo tempo na tecnologia, na ciência e nos comportamentos e na estrutura social. Uma área sempre se imiscuindo no território das outras, se auto-influenciando e se modificando. Uma invenção estritamente da ciência na área militar, como foi o transistor, nos legou posteriormente o rádio portátil e o computador. E ambos mudaram de alguma forma os interiores e seus arranjos, cada um em sua época, portanto mudaram o modo de se morar e de se viver.

Em meados do século XX explodiu a revolução cultural, ou a contracultura. Os anticoncepcionais e liberação sexual, entre outros fatores, decretaram o início de transformações profundas também no âmbito das famílias. Novos grupos domésticos, inexistentes ou quase inexistentes no início daquele século, agora surgem com um peso considerável na formação da sociedade contemporânea. E é inequívoco apontar a emergência dentre esses dos grupos pequenos, como os casais sem filhos e as pessoas vivendo sós.

O Brasil passa, no século XX, por tantas transformações quanto os demais países mais adiantados, só que em outro ritmo e à sua própria maneira. Os modos de viver e de morar evoluem também em meio a crises políticas e econômicas, sob efeito das inovações tecnológicas e das transformações dos comportamentos e das famílias. A maior mudança por que passou o país como um todo foi o crescimento populacional gigantesco no século passado e a explosão da urbanização, que agora se reflete em índices alarmantes de degradação da qualidade de vida em todos os níveis, do social ao ambiental. Belo Horizonte também passou,

[13] Não confundir moderno com modernista. Moderno aqui é entendido como pertencente à modernidade, que segundo Kumar (1999, p. 85) é uma época histórica que podemos considerar que teve seu início na Renascença, e que chega até o advento da pós-modernidade, em fins do século XX.

como mostramos, por esse processo perverso e chegou ao ponto de ter sua população triplicada entre as três décadas de 1960 a 1990.

Quando se inicia o século XXI o mundo está tão transformado pelas comunicações e pela tecnologia que até a nossa percepção do tempo e do espaço foi modificada. As maneiras de viver e de morar no presente século não parecem diferir muito das do anterior, mas descobrimos que há diferenças muito profundas. Essas diferenças podem ser vistas como um aprofundamento de um cenário que já existia no final dos anos 1990, mas agora em 2011 é que podemos enxergar melhor seus contornos. Ninguém poderia prever naquele final de século as reais conseqüências da dissolução do comunismo soviético, da crise que a sucedeu, da nova crise do petróleo de 1990 após a guerra do Kuwait, da globalização da economia e a crise financeira também global de hoje. Mas, principalmente, não havia como se prever naquele final de século XX a extensão da influência que é hoje exercida pelos meios de comunicação digitais instantâneos e onipresentes representados pelos telefones celulares e mais ainda pela rede mundial de computadores- a internet.

O fato é que a forma como vivemos hoje mostra mudanças bem visíveis em relação a como vivíamos no final do século XX. Individualmente ou socialmente, podemos apontar essas diferenças nas relações entre empresas e consumidores, nas relações entre os cidadãos e o estado, entre os pais e os filhos, entre professores e alunos, e até na esfera afetiva das relações. No Brasil, depois do fim da ditadura militar e da abertura do mercado brasileiro ao capital estrangeiro na forma das privatizações, as mudanças ocorreram tão rapidamente quanto em qualquer parte do mundo, em alguns casos até mais rápido. O país que não conseguia fornecer uma linha de telefone fixo a todos que precisavam no início dos anos 1990, hoje tem um número maior de linhas de celular habilitadas do que o número de habitantes[14].

Os modos de morar são influenciados por todas essas mudanças, às vezes de forma imprevista e independente da vontade dos moradores. Nas décadas de 1980 e 1990, por exemplo, a crise do petróleo e a conseqüente crise econômica no país, com a inflação dobrando os preços dos alimentos de um mês para o outro, fez com que muitas pessoas comprassem um *freezer* para estocar alimento em casa. Em geral eram aparelhos grandes, que ocupavam um espaço em moradias que não foram feitas prevendo essa necessidade, o que levava a transformações no arranjo interno das casas e apartamentos de forma improvisada. Passada a crise, hoje, muitos compradores de freezers já estão se livrando deles e ganhando

[14] A ANATEL registra 202 milhões de linhas habilitadas de telefonia celular em dezembro de 2010. Informação disponível em <http://sistemas.anatel.gov.br>. Acesso em 10/11/2011.

mais espaço para novas prioridades. Hoje, em 2011, os dados pesquisados nos mostram que são outros os equipamentos e eletrodomésticos incorporados aos espaços de morar. O computador ganhou seu lugar, o telefone fixo perdeu seu antigo status de ponto de ligação da casa com o exterior, as televisões de grandes dimensões de cristal líquido ou de plasma provocaram o retorno do velho hábito de se reunir a família ou os amigos para ver televisão, e tudo isso muda a configuração e o uso dos espaços sobremaneira. A tal ponto que boa parte dos usuários não consegue solucionar por conta própria a distribuição do arranjo do interior de suas moradias, fazendo-se necessário então procurar ajuda de um profissional da área.

Os dados pesquisados mostram que a família brasileira passa por mudanças importantes na sua estrutura e, principalmente, mostram uma diversificação dos tipos de grupos domésticos com a maior presença de arranjos diferentes da família nuclear tradicional. No final do século XX, a família nuclear ainda era a maioria nos censos realizados. Agora, no século XXI, pela primeira vez na história do Brasil, a família nuclear não é mais maioria absoluta, pois as porcentagens dos demais arranjos já ultrapassam o seu percentual que está em torno de 48% - menos da metade. Isso em si é muito significativo para designers e arquitetos de interiores, pois outros grupos, como casais sem filhos e pessoas morando sós, têm necessidades de espaços e arranjos internos diferentes da família tradicional que predominava nas encomendas de projetos antes de 2001.

A pesquisa também mostrou que os imóveis nos quais os profissionais são solicitados a intervir estão mudando de perfil. O apartamento de três quartos predominou no final do século XX, em Belo Horizonte. Hoje há uma diversidade maior, mas os apartamentos e casas de quatro quartos foram citados como os segmentos que mais cresceram na década de 2001 a 2011. A cidade também passa por um esgotamento da ocupação de suas tradicionais áreas centrais e de bairros tradicionalmente mais valorizados, iniciando uma expansão da ocupação das fronteiras com os municípios como Nova Lima, Brumadinho e outros, principalmente na forma de condomínios fechados e exclusivos.

Quanto aos móveis usados pelos profissionais nos interiores de hoje, pudemos identificar mudanças também em relação ao século passado. Essas mudanças refletem mudanças de comportamento, mas também mudanças nas tecnologias e nos materiais usados no mobiliário. O uso de mdf é hoje amplamente disseminado; a adoção de móveis maiores, mas que possibilitem mais de um uso e a flexibilização dos espaços, a preocupação com a personalização ou customização pode ser fruto do individualismo característico da sociedade contemporânea; e a preocupação com a preservação do ambiente do planeta se reflete inequivocamente nos projetos de reforma, reciclagem ou recuperação dos móveis hoje em dia.

Materiais e equipamentos adotados ou especificados nos projetos dos últimos dez anos também diferem dos anteriormente usados nos interiores do século XX. Não que haja uma hegemonia dos novos materiais e tecnologias, mas nos projetos executados por profissionais podemos perceber uma busca por inovações que venham solucionar antigos problemas. E o mercado tem à disposição diversas opções que são prontamente adotadas pelos designers e arquitetos. Entre elas, os dados nos mostram que os materiais e tecnologias mais adotados no período foram aço inox, iluminação por led, vidros laqueados, plotagem e adesivagem de superfícies, além do onipresente mdf. E também, demonstrando a preocupação com a questão ambiental, houve uma adoção maciça de laminados sintéticos, madeira reciclada ou de demolição, madeiras de procedência certificada, além de uma enorme diversidade de outras ações visando minimizar o impacto do projeto de interiores no ambiente.

As demandas contemporâneas por acessibilidade e sustentabilidade chegaram ao espaço doméstico e à pauta das preocupações dos profissionais da área, como mostram os dados. Não é só uma questão de moda, já que é uma discussão que se estabeleceu mesmo no ambiente acadêmico e faz parte da formação dos novos designer e arquitetos. Isso é incorporado à vida profissional como uma prática cotidiana. Nos dados colhidos há clara demonstração de conhecimento dos problemas e das alternativas de soluções parte dos entrevistados. Mas, há também uma perceptível acomodação às soluções consagradas e disponíveis facilmente no mercado hoje, sem uma pesquisa mais extensa por alternativas pessoais e adequadas a cada caso.

Consideramos que a pesquisa atingiu seus objetivos principais ao responder todas essas questões, mas sentimos necessidade de maior aprofundamento ou desdobramento em outros caminhos pelos quais não tivemos oportunidade de trilhar. Ficam as sugestões para possíveis desdobramentos ou novas pesquisas:

1) Análise das ambientações produzidas entre 2001 e 2011 para se determinar, através dos projetos e das obras concluídas, se e como os interiores refletem essas mudanças em seu uso no dia a dia das casas.
2) Pesquisa por formas diferentes de arranjo e organização dos espaços internos que não existiam no século passado e que possam ser exclusivas do século XXI
3) Estudo da formação dos profissionais, a partir dos currículos das escolas, dos conteúdos das disciplinas e das práticas acadêmicas, para se sugerir mudanças e atualizações demandadas pela prática profissional contemporânea.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Celina. **Morar só está mais fácil**. Estado de Minas. Belo Horizonte, 1º de setembro de 2011. Caderno Lugar Certo, p. 1 a 2.

ARAUJO, Laís Corrêa de (Org.). **Sedução do Horizonte.** Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro, 1996. 244p

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. Tradução: Píer Luigi Cabra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 280 p.

_____. A**rte moderna**. Trad. Denise Bottman e Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. 736 p.

BACHELARD, Gaston. **A Poética do espaço**. Trad. Antonio da Costa Leal e Lídia do Valle Santos Leal. São Paulo: Abril Cultural, 1978. 355p. (Coleção Os pensadores).

BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos**. São Paulo: Perspectiva, 1973. 235 p.

BARDI, Lina Bo. **Tempos de Grossura**: o design no impasse. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 1994. 79 p.

BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte memória histórica e descritiva**. 2. ed. rev. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996. 2 v.

BARTHES, Roland. Elementos de semiologia. Trad. Izidoro Blikstein. 14. ed. São Paulo: Cultrix, 2001. 116 p.

BELL, Daniel. **The coming of post-industrial society:** a venture in social forecasting. New York: Basic Books, 1999. 507 p.

BERQUÓ, Elza. **A família no século XXI**: um enfoque demográfico. In Revista Brasileira de Estudos de Poupulação. v. 6, nº 2, julho/dezembro, 1989. 16 p.

BONSIEPE, Gui. **A tecnologia da tecnologia**. São Paulo: Edgard Blucher, 1983. 196 p.

_____. **Design, Cultura e Sociedade**. São Paulo: Blucher, 2011. 270 p.

BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. Trad. Ana M. Goldberger. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002. 398 p.

CARDOSO, Rafael. **Uma introdução à história do design**. 2. ed. rev. e amp. São Paulo: Edgar Blucher, 2004. 239 p.

CARSALADE, Flávio. **Pampulha**. Belo Horizonte: Conceito, 2007. 96 p. (BH. A cidade de cada um, 10).

CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). **Arquitetura da Modernidade.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. 309 p.

CHARTIER, Roger (Org.). **História da Vida Privada 3**: da Renascença ao Século das Luzes. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 608 p,

CLASSE C é a única que continua a crescer, aponta FGV. **Folha de São Paulo,** São Paulo**,** 27 junho 2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/935502-classe-c-e-a-unica-que-continua-a-crescer-aponta-fgv.shtml>. Acesso: 16/08/2011.

COELHO, Luiz Antonio L. (Org.). **Conceitos-chave em design**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Ed. Novas Idéias, 2008. 280 p.

_____. (Org.). **Design método**. Rio de Janeiro: Ed. PUC- Rio; Teresópolis: Ed. Novas Idéias, 2006. 184 p

COMISSÃO construtora da nova capital. **Revista Geral dos Trabalhos**, agosto de 1895, p. 15. Disponível em: <http://www.comissaoconstrutora.pbh.gov.br/exe_dados_documento.php?intCodigoDoc=CC Dt 12/006&strTipo=DOCUMENTO TEXTUAL#> Acesso em 05/09/2011.

COUTO, Rita Maria de Souza; OLIVEIRA, Alfredo Jefferson de (Org.). **Formas do design**: por uma metodologia interdisciplinar. Rio de Janeiro: 2AB; PUC Rio, 1999. 191 p.

DAMATTA, Roberto**. O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986. 126 p.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. 351 p.

DE CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano 2**: morar, cozinhar. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. 372 p.

DE MASI, Domenico (Org.)**. A sociedade pós-industrial**. São Paulo: Senac, 2000.

DE MASI, Domenico**. Palestra:** Criatividade e desafios na era pós-industrial. Feira do Empreendedor 2010- SEBRAE MG. Expominas. Belo Horizonte, 31 de agosto de 2010.

DIAS, Maria Regina Álvares Correia. **Notas de Aula**: métodos qualitativos aplicados ao design. Mestrado em design da Escola de design da Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, em 10 de outubro de 2010.

DUTRA, Eliana de Freitas (Org.). **BH**: Horizontes Históricos. Belo Horizonte: C/ Arte, 1996. 344p.

FERNÁNDEZ, Silvia; BONSIEPE, Gui (Coord.). **Historia del diseño em América Latina y el Caribe**. São Paulo: Blucher, 2008. 371 p.

FLUSSER, Vílem**. O mundo codificado**. Organizado por Rafael Cardoso. Trad. Raquel Abi-Sâmara. São Paulo: Cosac Naify, 2007. 224 p.

FORTY, Adrian. **Objetos de desejo**: design e sociedade desde 1750/2007. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Cosac & Naify, 2007. 347 p.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Tradução: Maria Cristina F. Bittencourt. 5.ed. Campinas: Papirus, 1990. 56 p.

GOLDANI, Ana Maria. **As famílias brasileiras:** mudanças e perspectivas. Cadernos de Pesquisa n. 91, p.7- 22. São Paulo, novembro de 1994. 16 p. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/743.pdf>. Acesso: 21/09/2011

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos**: o breve século xx: 1914-1991. Trad. Marcos Santarrita. 2 ed. São Paulo: Companhia das letras, 1995. 598 p.

HOBSBAWM, Eric J. **The Age of Revolution**: 1789-1848. New York: First Vintage Books, 1996. 356 p.

IBGE. **Contas Nacionais Trimestrais:** indicadores de volume e valores correntes. Coordenação de contas nacionais. 03 de março de 2010 (sic). 39 p.
Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 15/09/2011.

IBGE. **Estatísticas do Registro Civil.** Vol. 36. 2009. Rio de Janeiro, 2009. 181 p.
Disponível em: http://www.ibge.gov.br. Acesso em 22/09/2011, 20:09.

IBGE. **Sinopse do censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2011. 261 p.
Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 09/08/2011.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira 2009. Rio de Janeiro, 2009b. 252 p.
Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 09/08/2011.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira 2010. Rio de Janeiro, 2010b. 317 p.
Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 07/10/2011.

KAZAZIAN, Thierry (Org.). **Haverá a idade das coisas leves**. Tradução: Eric Roland Rene Heneault. 2 ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009. 194 p.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna**: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997. 258 p.

KUMAR, Krishan. **From post-industrial to post-modern society**: new theories of the contemporary world. 2nd ed. Oxford: Blackwell Publishing, 2005. 289 p.

MACHADO, Maria Lúcia. **Interiores no Brasil**: a influência portuguesa no espaço doméstico. São Paulo: Editora Olhares, 2011. 140 p.

MALARD, Maria Lucia. **As aparências em arquitetura.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. 143 p.

MALARD, Maria Lucia. **Forma, arquitetura.** Belo Horizonte: Escola de Arquitetura. UFMG, 2003. 11 p. Disponível em: <http://www.arq.ufmg.br/eva/art10.pdf>. Acesso em: 18/08/2011.

_____. **O método em arquitetura**: conciliando Heidegger e Popper. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura UFMG, [2003?]. 22 p.
Disponível em: <http://www.arq.ufmg.br/eva/art13.pdf>. Acesso em: 18/08/2011.

_____. **Os objetos do quotidiano e a ambiência.** Belo Horizonte: Escola de Arquitetura. UFMG, [2003b?]. 9 p. Disponível em: <http://www.arq.ufmg.br/eva/art14.pdf>. Acesso em: 16/08/2011.

MALDONADO, Tomás. **Design Industrial**. Lisboa: Edições 70, 1999. 127 p.

MANZINI, Ézio. **Design para inovação social e sustentabilidade: c**omunidades criativas, organizações colaborativas e novas redes projetuais. Rio de Janeiro: E-papers, 2008. 104 p.

MANZINI, Ézio; VEZZOLI, Carlo. **O desenvolvimento de produtos sustentáveis**. São Paulo: Edusp, 2005. 366 p.

MENEZES, Ivo Porto. **Belo Horizonte, residências, arquitetura**: ensaio histórico-documental de fase inicial da arquitetura residencia em Belo Horizonte. Belo Horizonte: Grupo Geraldo Lemos Filho, 1997. 153 p.

MORAES, Dijon De. **Análise do Design Brasileiro**: entre Mimese e Mestiçagem. São Paulo: Edgard Blucher, 2006. 290 p.

_____. **Limites do Design**. São Paulo: Studio Nobel, 1997. 168 p.

_____. **Metaprojeto**: o design do design. São Paulo: Blucher, 2010. 228 p.

MORIN, Edgar; WULF, Christoph. **Planeta:** a aventura desconhecida. Trad. Pedro Goergen. São Paulo: Editora Unesp, 2003. 69 p.

MURTA, Letícia. Decoração agora também é para classe C. **Jornal Pampulha**. Belo Horizonte, 13 a 19 de agosto 2011. Caderno Habitar, p. 1 a 3.

MOURA, Maurício I. Pinta de. **Primeiras Casas de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura – Universidade de Minas Gerais, 1961.

NAVA, Pedro. **Balão Cativo:** memórias/ 2. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974. 338 p.

_____. **Beira Mar**: memórias / 4. 2. ed.. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979. 408 p.

_____. **Galo das Trevas**: memórias */ 5.* 2ª. Ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981. 489p.

NEUMANN, Denise. Peso da indústria no PIB cai para 15,5% e volta ao nível de 1947. **Valor Econômico**, São Paulo, 27 set. 2010.

Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/849045/peso-da-industria-no-pib-cai-para-155-e-volta-ao-nivel-de-1947>. Acesso em 28 dez. 2010.

OLIVEIRA, Maria Eugênia Dias de. **Notas de aula**: Teoria e crítica do design. Disciplina do curso de Especialização em Design de nteriores e cultura do Instituto Metodista Izabela Hendrix, Belo Horizonte, entre 16 de abril e 15 de maio de 2004.

OMNIBUS: uma história dos transportes coletivos em Belo Horizonte**.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996. 380 p.

PALLARES-BURKE, Maria Lucia Garcia. Entrevista com Zigmunt Bauman. **Tempo Social:** revista de sociologia da USP. Vol. 16 número 1. São Paulo, junho de 2004. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702004000100015&script=sci_arttext>.
acesso em 22/ 09/ 2011.

PARQUE Municipal: Crônicas de um século. Belo Horizonte: Companhia Vale do Rio Doce CVRD, 1992.

PILE, John. **A History of interior design**. 2. ed. London: Laurence King, 2005. 432 p.

PILE, John F. **Design:** Purpose, Form and Meaning. New York: W.W. Norton & Company, Inc., 1979. 203 p.

PINHO, Ângela. **Conexão**: apartamentos e mídias em Belo Horizonte. Dissertação de mestrado apresentada à Escola de Engenharia de São Carlos- USP. São Carlos, 2005. 130 p.

RIBEIRO, Darcy. **Os brasileiros**: livro I - teoria do Brasil. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RYKWERT, Joseph. **A Casa de Adão no paraíso:** a idéia da cabana primitiva na história da arquitetura. São Paulo: Perspectiva, 2009. 255 p.

RYBCZYNSKI, Witold**. Casa**: pequena história de uma idéia. Trad. Betina von Staa. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002. 261 p.

_____. **Vida nas cidades**: expectativas urbanas no novo mundo. Trad. Beatriz Horta. Rio de Janeiro: Record, 1996. 235 p.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 95 p.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006. 174 p.

SANTOS, Milton. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Edusp, 2005. 170 p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea**.** Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 820 p.

SENAC. **Releitura das ambientações brasileiras**: cinco séculos de história. Catálogo. São Paulo: Senac, 2003. 80 p.

SEVCENKO, Nicolau. (Org.). **História da vida privada no Brasil.** Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 724 p.

SUDJIC, Deyan. **A linguagem das coisas**. Trad. Adalgisa Campos da Silva. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010. 224 p.

THACKARA, John. **Plano B**: O design e as alternativas viáveis em um mundo complexo. Trad. Cristina Yamagami. São Paulo: Saraiva: Versar, 2006. 304 p.

TRAMONTANO, Marcelo. **Habitação Contemporânea, Riscos Preliminares**. São Carlos: USP, Universidade de engenharia de São Carlos, 2001. 63 p.

_____. **Habitação, hábitos e habitantes**: tendências contemporâneas metropolitanas. São Carlos: Nomads, Núcleo de estudos sobre habitação e modos de vida.
Disponível em: <http://www.eesc.sc.usp.br/nomads/livraria_artigos_online_habitos_habitantes.htm>

TRAMONTANO, Marcelo. **Habitação Moderna, a construção de um conceito**. São Carlos: USP, Universidade de engenharia de São Carlos, 1993. 71 p.

_____. **Habitação, metrópoles e modos de vida**: por uma reflexão sobre o espaço doméstico contemporâneo. São Paulo: Instituto dos Arquitetos do Brasil/Museu da casa brasileira, 1997. 10 p.

_____. **NOMADS.USP. 97_07:** dez anos de morar urbano no Brasil. Relatório de pesquisa.São Carlos: EESC- Universidade de São Paulo, 2007.

_____. **Novos modos de vida, novos espaços de morar**. São Carlos: USP, Escola de engenharia de São Carlos, 1993 b. 31p.

_____; PRATSCHKE, Anja; MARCHETTI, Marcos. **Um toque de imaterialidade**: o impacto das novas mídias no projeto do espaço doméstico. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. 4 p. Disponível em: <http://www.eesc.sc.usp.br/nomads/livraria_artigos_online_novas_midias.htm>

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável:** o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. 220 p.

VERÍSSIMO, Francisco Salvador; BITTAR, William S. M. **500 anos da casa no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999. 142 p.

VIVACQUA, Eunice. **Salão Vivacqua**: lembrar para lembrar. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais – Fundação João Pinheiro (Coleção Centenário), 1997. 144p.

WILLIAMS, Trevor I. **História das invenções**. Trad. Cristina Antunes. Belo Horizonte: Gutemberg, 2009. 317 p.

http://sistemas.anatel.gov.br (último acesso em 10/11/2011, 12:36)

www.abd.org.br (último acesso em 21/09/2011, 9:00)

www.abep.org (último acesso em 21/09/2011, 9:06)

www.amide.com.br (último acesso em 21/09/2011, 9:12)

www.bhtrans.pbh.gov.br (último acesso em 16/10/2010, 19:05)

www.esdi.uerj.br (último acesso em 21/09/2011, 9:16)

www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/petroleo_choque1.shtml (último acesso em 21/09/2011, 9:35)

www.pbh.gov.br (último acesso em 16/10/2011, 19:14)

www.rodhandeland.com/BreakFE1a.htm (último acesso em 21/09/2011, 9:26)

www.siaapm.cultura.mg.gov.br (último acesso em: 10/09/2011, 11:23)

APÊNDICE A - Modelo do questionário

QUESTIONÁRIO: INTERIORES NO SÉCULO XXI

OBJETIVOS

Este questionário é parte de uma pesquisa de mestrado e visa identificar junto aos profissionais da área de projeto de interiores (designers, arquitetos e outros) que mudanças ocorreram na atividade profissional nos primeiros dez anos do século XXI- de 2001 a 2011- em Belo Horizonte. Sua participação será muito importante para a elaboração desta dissertação e, desde já agradeço sua colaboração. Os dados aqui coletados serão mantidos em sigilo e apena este pesquisador terá acesso a eles. Os resultados e os comentários serão compilados e publicados de forma anônima para preservar sua privacidade. Muito obrigado!

Data de preenchimento do questionário: _____/ _____/ _____
Nome: Telefone:
Gênero: masculino ( ) feminino ( )
Idade:
Tempo de atuação profissional: Tempo de atuação em Bhte:

Área de formação profissional: design ( ) arquitetura ( ) autodidata ( )
Outra formação ( ) qual:
Instituição de ensino: Cidade:

Trabalho: pessoa jurídica/empresa ( ) pessoa física/profissional liberal ( )
Local de trabalho: na própria residência ( ) sala/casa comercial ( )
Cargo/função atual: Tempo no atual cargo/função:
Faturamento anual (média aproximada):
Nº de sócios: Nº de colaboradores: Nº de estagiários: outros:
Nº de pessoas efetivamente na produção/execução do trabalho:
Nº de trabalhos (aproximado) concluídos ou em execução entre 2001 e 2011:

Nº (aproximado) de trabalhos entre 2001 e 2011 na **categoria residencial**:

Na categoria Comercial: Industrial: Serviços:

Outros (quais): Número:

1 Mudanças na forma de trabalhar experimentadas entre 2001 e 2011:

(Podem ser marcadas várias opções, se ocorridas nos últimos 10 anos)

a) Mudou cargo/função/atribuição dentro da equipe ( )

b) Mudou método/processo de trabalho ( ) c) terceirizou parte do trabalho ( )

d) Passou a ser empresa/pessoa jurídica ( ) e) passou a profissional liberal ( )

f) Passou a gerenciar/administrar ( ) g) passou a fazer contatos/captação ( )

h) Passou a criar ( ) i) passou a desenhar/produzir ( ) j) passou executar obra ( )

k) Passou a usar só computador/CAD ( ) l) passou a usar CAD+ prancheta ( )

m) Mudou local de trabalho ( ) para: menor ( ) maior ( ) melhor localizado ( )

n) Mudou trabalho de casa para outro espaço ( ) o) passou trabalhar em casa ( )

p) Passou a trabalhar com equipe/funcionários ( ) q) Passou a trabalhar só ( )

r) Aumentou equipe ( ) s) Diminuiu equipe ( )

Comentários/observações: (Que mudança considera mais importante?)

2 Mudanças na formação profissional ocorridas entre 2001 e 2011

(Podem ser marcadas várias opções, se ocorridas nos últimos 10 anos)

Cursou/está cursando: doutorado ( ) mestrado ( ) especialização ( ) outro ( )

Exerce outra atividade além de projeto ( ) palestras ( ) ensino ( ) outro ( )

Fez curso de atualização ( ) Qual:

Fez curso de software/CAD/3D ( ) Qual:

Assiste/busca assistir palestra/seminário/workshop na área ( ) outras áreas ( )

Freqüenta mostras de design/decoração ( ) em BH ( ) fora de BH ( )

Atualiza-se através de leitura de revistas ( ) livros ( ) outras leituras ( )

Atualiza-se através de mídia eletrônica ( ) TV ( ) internet ( ) vídeos/DVD ( )

Atualiza-se de outra forma ( ) Qual:

Considera desnecessário se atualizar ( )

Considera toda a formação cursada até agora: suficiente ( ) insuficiente ( )

Comentários/observações: (que atualização considera mais importante?)

3 Perfil do cliente residencial em Belo Horizonte de 2001 a 2011

(Preencher com zero as opções não ocorridas nos últimos 10 anos)

Nº de trabalhos **residenciais** entre 2001 e 2011 para cliente de a) até 19 anos:

b) Entre 20 e 29 anos: c) entre 30 e 39 anos: d) entre 40 e 49 anos:

e) Entre 50 e 64 anos: f) 65 anos ou mais:

Que faixa predominava em trabalhos **residenciais** antes de 2001:

Das faixas que constam entre 2001 e 2011, quais não aparecem antes de 2001:

Em que faixa mais crescem as encomendas entre 2001 e 2011:

Comentários/observações:

Nº de trabalhos **residenciais** entre 2001 e 2011para cliente com rendimento

(Valor médio do salário dos 3 últimos anos para efeito de estimativa: R$ 500,00)

a) abaixo de 1 salário mínimo: b) de 1 a 2 salários: c) de 2 a 4:

d) de 4 a 6 salários: e) de 6 a 8: f) de 8 e 10:

g) de 10 a 15 salários: h) de 15 a 20: i) de 20 a 30:

j) acima de 30 salários:

Que faixa predominava em trabalhos **residenciais** antes de 2001?

Das faixas que constam entre 2001 e 2011, quais não aparecem antes de 2001?

Em que faixa mais crescem as encomendas entre 2001 e 2011:

Comentários/observações:

Nº de trabalhos **residenciais** para: (a) **família nuclear** (pai e mãe com filhos):

(b) **Família monoparental** (só mãe ou só pai com filhos):

(c) **Casais sem filhos** (filhos mudaram ou não há):

(d) **Pessoas vivendo sós**:

(e) **Casais sem vínculos legais** (união livre):

(f) **Coabitação sem vínculo conjugal ou de parentesco**:

(g) **Casais homossexuais**:

Qual desses grupos era predominante nos trabalhos **residenciais** antes de 2001?

Dos grupos que constam entre 2001 e 2011, quais não aparecem antes de 2001?

Em que grupo mais cresceu o nº de encomendas nos últimos 10 anos?

Comentários/observações:

Nº de trabalhos **residenciais** de 2001 a 2011 para grupos domésticos compostos

a) De 1 pessoa: b) de 2 pessoas: c) de 3 pessoas: d) 4 pessoas:
e) De 5 pessoas: f) de 6 pessoas: g) de 7 ou mais pessoas:
Qual desses grupos era predominante nos trabalhos **residenciais** antes de 2001?
Dos grupos que constam entre 2001 e 2011, quais não aparecem antes de 2001?
Comentários/observações:

4 Perfil dos imóveis residenciais em Belo Horizonte entre 2001 e 2011

(Preencher com zero as opções não ocorridas nos últimos 10 anos)

Nº de trabalhos **residenciais** entre 2001 e 2011 em **apartamentos** de: a) um quarto:
b) de 2 quartos: c) de 3 quartos: d) de 4 quartos: e) de 5 ou mais quartos:
Nº de trabalhos **residenciais** em **casas** de: f) um quarto: g) casas de 2 quartos:
h) de 3 quartos: i) de 4 quartos: j) de 5 ou mais quartos:
Nº de trabalhos **residenciais** em outros tipos de imóvel (especificar):
Qual dos tipos acima predominava nos trabalhos **residenciais** antes de 2001?
Qual o segmento que mais cresce atualmente?
Comentários/observações:

5 Alterações executadas nos imóveis residenciais entre 2001 e 2011

(Podem ser marcadas várias opções, se ocorridas nos últimos 10 anos)

a) Integração de um quarto à sala ( ) b) Integração de 2 ou mais quartos à sala ( )
c) Criação de banheiro ( ) d) Dividir de banheiro em dois ( ) e) Renovar banheiro ( )
f) Criação de closet ( ) g) Integrar closet ao quarto ( ) h) Quarto vira escritório ( )
i) Quarto vira estar íntimo ( ) i) Criação de armários em hall/circulação ( )
j) Integração de hall/circulação à sala ( ) k) Banheiro social vira suíte ( )
l) Banho suíte vira social ( ) m) Criação de home-theather ( )
n) Um quarto para cada cônjuge ( ) o) Um banheiro para cada cônjuge ( )
p) Criação de quarto de hóspedes/ filhos que moram com ex-cônjuge ( )
q) Dependência vira despensa/depósito ( ) r) Dependência aumenta cozinha ( )
s) Dependência aumenta sala ( ) t) Banheiro de serviço vira lavabo ( )
u) Divisão estar/jantar antes integrados ( ) v) Integração estar/jantar ( )
w) Fechamento de cozinha integrada à sala ( ) x) integração cozinha/sala ( )
y) Criação de cozinha gourmet ( ) z) Varanda vira gourmet ( )

a1)Varanda integra sala ( ) b1)Varanda integra quarto ( )
c1) Varanda vira escritório ( ) d1) Criação de espaço para jogos ( )
e1) Criação de espaço para ginástica ( ) f1) Criação de espaço para meditação ( )
g1) Criação de espaço p/ música) h1) Criação de espaço p/ arte/artesanato ( )
j1) Criação de espaço para hobby ( ) Outra alteração ( ) Qual:
Quais mais se destacaram?
Comentários/observações:

As opções abaixo são sobre **flexibilização** para possibilitar outros usos junto com o original, através de divisórias móveis, mobiliário/equipamento com rodízio ou rebatíveis/embutidos, etc.

Flexibilização de quarto para estudo/trabalho/hobby/arte/lazer ( )
Flexibilização da sala para outros usos ( ) Flexibilização da varanda ( )
Flexibilização de área de serviço/dependência para estudo/trabalho/etc. ( )
Flexibilização do banheiro para ginástica/massagem/meditação/etc. ( )
Flexibilização de outra área ( ) Qual:
Qual a porcentagem aproximada desse tipo de solução em seus projetos?
Comentários/observações:

6 Mudanças no mobiliário residencial constatadas entre 2001 e 2011

(Podem ser marcadas várias opções, se ocorridas nos últimos 10 anos)

a) Camas ficam maiores ( ) b) Camas ficam menores ( ) c) Cama tipo bi-cama ( )
d) Camas separadas para cada cônjuge no mesmo quarto ( )
e) Cama de casal que vira duas de solteiro ( ) f) Cama com baú embaixo ( )
g) Cama tipo japonesa ( ) h) Cama com inclinação/vibração/controle remoto ( )
i) Rede no quarto ( ) j) Rede na sala ( ) k) Rede na varanda ( )
l) Criados são maiores ( ) m) Criados são menores ( ) n) Criados com rodízios ( )
o) Criados substituídos por outro elemento/prateleira/bancada fixo na cabeceira ( )
p) Mesas/bancadas de estudo/trabalho no quarto ( ) q) Poltrona no quarto ( )
r) Berços viram cama ou outro móvel ( ) s) Berços desmontáveis/portáteis ( )
t) Armários são maiores ( ) u) Armários são menores ( ) v) Armários no closet ( )
w) Mesa jantar fica maior ( ) x) Mesa fica menor ( ) y) Mesa ganha rodízios ( )
z) Mesa jantar usada para outros fins ( ) a1) Mesa jantar só para refeições ( )

b1)Cadeiras são maiores ( ) c1)cadeiras são menores ( ) d1)cadeiras de design( )
e1) Sofá fica maior ( ) f1) Sofá fica menor ( ) g1) Sofá vira *chaise* ( )
h1) Sofá com rodízios ( ) g1) sofá de design ( ) i1) Sofá com bi-cama ( )
j1) Sofá modular/componível ( ) k1) Sofá embutido/rebatível ( )
l1) Estante fica maior ( ) m1) Estante fica menor ( ) n1) Estante com rodízios ( )
o1) Rack para som/vídeo fixo ( ) p1) Rack com rodízios ( )
q1)Mesa de centro maior ( ) r1)Mesa de centro menor ( ) s1)Mesa centro rodízio ( )
t1) Mesa de canto maior ( ) u1) Mesa de canto menor ( )
v1) Mesa de canto com rodízio ( ) x1) Aparador maior ( ) y1) Aparador menor ( )
z1) Aparador com rodízio ( ) a2) Móvel de design assinado ( )
b2) Móvel sob medida/personalizado ( ) c2) Móvel de material não convencional ( )
d2) Móvel de material reciclado/demolição ( ) e2) Móvel de madeira certificada ( )
f2)Móvel de mdf/hdf ( ) g2) Móvel com laminados artificiais ( )
h2) Móveis importados ( ) i2) Móveis multi-uso ( ) j2) Móveis embutidos ( )
k2) Móveis com tecnologia de produção/instalação criada de 2001 a 2011 ( )
Outro tipo de móvel ( ) Qual:
Quais as mudanças mais significativas?
Comentários/observações:

7 Materiais, tecnologias e técnicas novas usadas nos interiores residências entre 2001 e 2011
(Podem ser marcadas várias opções, se usados nos últimos 10 anos)

a) Mdf ( ) b) Hdf ( ) c) Chapas de material reciclado/reciclável ( )
d) Madeira sintética ( ) e) Metais de liga leve ( ) f) Fibras sintéticas recicladas ( )
g) Fibra de carbono ( ) h) Fibras naturais recicladas ( ) i) Tecidos sintéticos ( )
j) Tecidos naturais ( ) k) Couros naturais ( ) l) Couros sintéticos ( )
m) Cortiça ( ) n) Laminados/fórmica ( ) o) Laqueados ( ) p) Gofrato ( )
q) Vernizes/proteção/imunização para madeira ( ) r) Madeira reciclada ( )
s) Madeira recomposta ( ) t) Chapa de madeira curvada ( ) u) Titânio ( )
v) Alumínio ( ) w) Aço inox ( ) x) Aço inox colorido ( ) y) Cristal ( )
z) Vidros laqueados ( ) a1) Vidros especiais ( ) b1) Vidro reciclado ( )
c1) Policarbonato ( ) d1) Polímeros ( ) e1) Pedras industrializadas ( )
f1) Corian ( ) g1) Espuma de poliuretano ( ) h1) Plotagem/adesivagem ( )

i1) Estereolitografia/prototipagem de alta precisão ( ) j1) Iluminação por led ( )
k1) Estamparia/impressão digital de grandes superfícies ( )
l1) Tintas à base de água/menos tóxicas ( ) m1) Tintas de última geração ( )
Outros materiais/técnicas ( ) Quais:
Comentários/observações: (comente que materiais vem usando nas suas obras com mais freqüência)

8 Equipamentos e mídias incorporados aos interiores residenciais entre 2001 e 2011 (Podem ser marcadas várias opções, se usados nos últimos 10 anos)

Cabeamento estruturado ( ) Automação residencial ( ) Sistema segurança ( )
Internet/telefone/TV a cabo ( ) TV plasma/LCD/LED ( ) Rede Wireless ( )
Computador pessoal ( ) Laptop ( ) Tablet ( ) Smartphone ( )
Eletrodomésticos conectados à internet ( ) Adega climatizada portátil ( )
Aquecimento/refrigeração inteligente ( ) Cortinas/persianas elétricas ( )
Outros ( ) Quais:
Especifique os mais adotadas:
Comentários/observações:

9 Mudanças relacionadas à acessibilidade entre 2001 e 2011
(Podem ser marcadas várias opções, se adotadas em projeto/obra nos últimos 10 anos)

Aplicação das normas de acessibilidade- NBR 9050- em projeto residencial ( )
Adaptação parcial de residência para portador de necessidades especiais ( )
Adaptação total de residência para portador de necessidade especial ( )
Previsão de dimensionamento para futura adaptação na residência ( )
Adaptação parcial de residência para idoso ( ) Adaptação total para idoso ( )

Especifique as ações mais adotadas: (dimensionamento, instalação de barras, etc.)

Comentários/observações:

10 Mudanças relacionadas a sustentabilidade entre 2001 e 2011

(Podem ser marcadas várias opções, se adotadas em projeto/obra nos últimos 10 anos)

a) uso de madeira certificada ( ) b) Uso de madeira reciclada ou de demolição ( )
c) Não usa mais madeira ( ) d) Uso de mdf/hdf ( ) e) Uso de madeira sintética ( )
f) Usa laminados sintéticos ( ) g) Usa materiais de baixo impacto na produção ( )
h) Usa fibras sintéticas ( ) i) Usa fibras naturais ( ) j) Usa material não tóxico ( )
k) Usa tijolos/cerâmica/telhas de demolição ( ) l) Usa ladrilhos de demolição ( )
m) Usa aquecimento solar ( ) n) Usa eletrodomésticos de baixo consumo ( )
o) Usa sistema de compostagem de lixo ( ) p) Prevê separação de lixo ( )
q) Usa sistema de reaproveitamento de água da chuva ( ) r) Usa lâmpadas led ( )
s) Usa sistema de reaproveitamento de água da pia/banho para descarga ( )
t) Usa móveis/equipamentos flexíveis ( ) u) Reaproveita/reforma móveis ( )
v) Especificação de móveis/peças de demolição/reciclados ( )
w) Usa peças/móveis/tapetes de procedência sustentável social e ecológica ( )
x) Promove iniciativas de comércio justo (fair trade), slow-food e similares ( )
y) Participa de grupo ou comunidade para implantação de projetos sustentáveis ( )
Outras iniciativas ( ) Quais:
Das opções que constam entre 2001 e 2011, quais não aparecem antes de 2001?

Que iniciativa é a mais adotada nos projetos nos últimos 10 anos?

Comentários/observações: